



Joaquim Miranda Sarmiento
 “É um Orçamento pragmático e equilibrado”

■ P.4-5

Entrevistas

Pedro Fugas

“Consolidação deixa pouco espaço para mais ambição no alívio fiscal”

■ P.8-10



O Jornal Económico

Especial OE2027
 Análise dos impactos e das políticas que traduz

Em parceria com **EY**

Diretor João Marcelino Diretores-adjuntos Lúcia Simões e Ricardo Santos Ferreira | Preço €2 (Cont.) | Quarta-feira | OE 2027 | 21.10.2026

Fórum: setor económico avalia proposta



Armindo Monteiro
 Presidente da CIP



Gustavo Paulo Duarte
 Presidente da CCP



Francisco Calheiros
 Presidente da CTP



Álvaro Mendonça e Moura
 Presidente da CAP

Sob o signo do custo de vida Orçamento traz continuidade



Proposta ■ Confirma tendência do OE2026: poucas medidas fiscais novas e outras de alcance limitado. Privilegia as contas certas, mais do que reformas para estimular a economia, a capitalização das empresas, a poupança das famílias ou a oferta da habitação.

O que muda para as famílias. Impostos, habitação e pensões

■ P.20, 21, 28, 29, 32 e 33

As medidas com impacto nas empresas

■ P.26,27, 28, 29, 32, 32

Dívida desce abaixo de 85%, mas juros disparam

■ P.12-13

Receita fiscal atinge recorde acima de 70 mil milhões

■ P.16

PRR foi ‘shot’ de investimento. Vem aí a ressaca?

■ P.18

Simulações: IRS dá poupanças até 669 euros

■ P.22-23

Despesa dos ministérios sobe 2,1%

■ P.34-35

Impostos à lupa por especialistas da EY



Anabela Silva
 IRS



Amílcar Nunes
 Indiretos



Bruna Melo
 Património



Jaime Rocha
 IRC

Editorial

Um orçamento descafeinado, sem rasgo e pouca ambição



Lígia Simões
Diretora-adjunta

Foi entregue o segundo Orçamento do Estado desta legislatura. Chegou novamente mais cedo que a data-limite e leve em matérias fiscais, com o Governo a optar a incluir na sua proposta apenas alterações legislativas cirúrgicas, reservando as opções de política fiscal para diplomas avulsos. Opções que não deixam de ter impacto financeiro, como se constata no relatório do OE2027, que já trazia uma mochila às costas do ano passado com um peso de 4,8 mil milhões de euros de políticas já aprovadas e da evolução estrutural da despesa e da receita. Um impacto que teve de acomodar antes de introduzir novas medidas.

A pressão está sobretudo nas pensões, salários da Administração Pública e também nos juros, com a crise energética a passar fatura à dívida pública portuguesa: 1.548 milhões de aumento de custos de financiamento, o maior desde a troika. A fatura da inflação estende-se aos bolsos das famílias e empresas que esperavam neste Orçamento medidas para desapertar o garrote do esforço fiscal e respostas para um crescimento económico robusto e sustentado.

Estamos, pois, perante mais um orçamento, acostumado a apanhar boleia do contexto, mas sem rasgo para o alterar. Uma

espécie de OE descafeinado, sem novidades de fundo, nem alterações significativas, como admite o ministro das Finanças que volta a afastar boleias e cavaleiros orçamentais. Quanto mais simples, menos polémico o documento que sinaliza um investimento ambicioso e margem orçamental apertada.

Com o crescimento da despesa a deixar Miranda Sarmento no limiar do cumprimento das regras de Bruxelas, foi entregue uma proposta que não está isenta de fragilidades, com um Governo otimista sobre o crescimento da economia no próximo ano e confiante no controlo das contas públicas. Ao mesmo tempo, consolida a estratégia dos últimos anos. Uma proposta vazia de medidas, sem novos apoios para fazer face ao aumento do custo de vida das famílias de menores rendimentos e mitigar os efeitos da crise energética nas empresas.

Ficam as críticas das empresas de um OE insuficiente e pouco ambicioso perante um ministro das Finanças que acena com o diabo: o país não pode voltar ao défice. Afinal, está em jogo a reputação externa do país das contas certas que, para 2027, se propõe a fixar a dívida pública abaixo dos 85%. Uma redução 4 p.p. mais rápida face ao acordado com Bruxelas, dando um sinal importante para a credibilidade do país que já levou a cinco subidas de rating.

Paralelamente, teme-se, uma vez mais, que o investimento seja parente pobre do orçamento. O Estado ainda pode atingir um saldo equilibrado, mas é necessário perceber se o equilíbrio é conseguido através de uma trajetória sustentável da despesa e da receita ou através da sub execução do investimento.

A “tática” do Governo ao prever um excedente de 0,1% do PIB para 2027 é, pois, “apertar os cordões à bolsa” no debate orçamental. Caberá ao parlamento o ónus de assumir eventuais derrapagens no sagrado equilíbrio das contas públicas. E ao Governo levar a sério os alertas de aumento da despesa pública em três anos de política expansionista.

Diz-nos a lição da cigarra e da formiga que os países devem aproveitar os ciclos económicos mais favoráveis para ganharem músculo financeiro com o objetivo de enfrentar os tempos difíceis que acabam sempre por chegar. Quando chegou ao poder em 2024, o Governo AD herdou um excedente orçamental correspondente a 1,3% do PIB, o maior da história democrática. Um saldo positivo de 3.193,5 milhões de euros que encolheu em três anos entre aumentos salariais ou cortes fiscais. A festa traz sempre o risco de aproximar-se a ressaca.

Condicionado pelas regras europeias da despesa líquida e pelas medidas já decididas no passado, o Governo perde margem orçamental e combustível na expectativa social, política e económica.

Estamos perante um documento já carimbado com a pré-anunciada abstenção socialista. O sinal de José Luis Carneiro poupa-nos tempos instáveis e crises indesejadas perante um Orçamento que o ministro das Finanças classifica de “pragmático”, que muitos dirão de mera circunstância; “equilibrado”, ainda que com poucos sinais para transformar um Estado cada vez mais pesado e mais caro; e de “responsabilidade”, numa proposta descafeinada, suavizada da ambição reclamada pelas empresas e famílias.



ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

OE2027 a caminho da aprovação, mas ainda falta a especialidade

Parlamento ■ A abstenção socialista promete viabilizar o Orçamento do Estado para 2027. Mas falta passar pela especialidade e pelas propostas que os socialistas ou o Chega vão apresentar. Há ideias que são comuns. Miranda Sarmento já fez avisos, mas falta saber o até onde vai a margem.

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

A proposta de Orçamento do Estado para 2027 (OE2027) deverá ser viabilizada na Assembleia da República pela abstenção do PS, o que limita a tensão. Mas isso não quer dizer que se absterá de apresentar propostas de alteração na discussão na especialidade. O que gera receio de coligações negativas, em que a oposição se une para contrariar o Governo.

O secretário-geral dos socialistas, José Luís Carneiro, garante que não será responsável por uma crise política, porque agravaria as dificuldades económicas e sociais. Mas avisa: "Pelas nossas convicções mais profundas, este orçamento merecia um voto contra, mas o nosso primeiro dever é servir o país".

O PS, a terceira força parla-

mentar, pretende apresentar propostas na especialidade para reduzir os encargos das famílias com os combustíveis, o gás, a eletricidade e os bens alimentares essenciais. Entre as medidas defendidas estão a redução do IVA de produtos alimentares e o alívio fiscal sobre os combustíveis. Estas são propostas que o Chega, a segunda maior bancada na Assembleia da República, também defende. A que junta a redução da idade da reforma e o reforço das verbas para saúde, educação e segurança interna.

André Ventura critica mais o PS do que o Governo. Considera que a antecipação da abstenção socialista retirou capacidade negocial à oposição. "É um voto muleta", acusou.

O ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, já avisou a oposição para não desvirtuar a proposta orçamental. E

considera que a viabilização anunciada pelo PS atribui aos socialistas uma responsabilidade acrescida pela preservação do equilíbrio das contas públicas.

"O Orçamento que sair tem de ser o que entrou", afirmou Miranda Sarmento, alertando para o risco de aprovação de medidas que reduzam receitas ou aumentem despesas sem compensação financeira e para o regresso aos défices orçamentais.

A margem de negociação é reduzida.

Ventura já disse que aceitaria um défice, se fosse para aliviar os impactos do aumento dos custos de vida, mas não governa. A pressão será maior para o PS, preso entre a imposição das suas medidas, ao lado do Chega, e a posição pública assumida de viabilizar a proposta governamental. O exercício será perceber onde se podem traçar as linhas.

Parceiros sociais elogiam contas equilibradas, mas criticam tudo o resto no Orçamento

■ Mais críticas do que elogios entre os parceiros sociais. De positivo, as contas certas. Quase só. A CIP – Confederação Empresarial de Portugal saúda o equilíbrio orçamental, mas quer que resulte mais da contenção da despesa do que da receita. Defende investimento público e privado para combater o défice de produtividade e espera mudanças na especialidade. Gustavo Paulo Duarte, presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, destaca a dívida abaixo de 85% e a descida do IRS, favorável ao consumo. Mas considera-o um orçamento de continuidade para as empresas: o IRC já estava decidido, a carga fiscal e contributiva não baixa e os

custos do trabalho aumentam. A Confederação dos Agricultores de Portugal denuncia a ausência de resposta estrutural à crise rural. Álvaro Mendonça e Moura pede a utilização integral das medidas excecionais autorizadas pela Comissão Europeia. A UGT reclama medidas mais ambiciosas para salários, poder de compra e negociação coletiva, além de respostas na habitação e saúde. E avisa que o PS não deverá voltar a viabilizar um orçamento se o Governo insistir nas alterações à legislação laboral. A CGTP considera que a proposta "não só não responde, como agrava os problemas" da população, acusando o Governo de degradar serviços públicos e favorecer grandes grupos com benefícios fiscais.

O orçamento

Lígia Simões
lsimoes@medianove.com



Dívida pública desce 3 p.p. para 84,5%

■ O Executivo estima a redução do rácio da dívida em 3 p.p. face aos 87,5% estimados para este ano, fixando-se abaixo dos 85% do PIB em 2027. A diminuição é mais rápida face ao acordado com Bruxelas: 4 p.p. abaixo da trajetória estabelecida. Um sinal importante para a credibilidade do país e que já levou a cinco subidas de rating.



Mexidas no IRS dão novo alívio fiscal de 431 milhões

■ Vão ser atualizados em 3,88% os escalões do IRS, que já incorporam o corte de taxas até ao 6.º escalão aplicável aos rendimentos deste ano. Está ainda prevista para o próximo ano a atualização do mínimo de existência e da dedução específica. As novas mexidas no IRS somam um alívio de 431 milhões. Podem ajudar a mitigar a perda do poder de compra das famílias, mas o seu alcance é limitado.



ISP dá mais 186 milhões aos cofres do Estado

■ A receita do ISP aumenta 5,2%, bem acima da inflação, no próximo ano. São mais 186 milhões com o Estado a encaixar 3.796 milhões. O Governo justifica com o aumento do consumo privado. Mas persiste a preocupação da indústria, face ao aumento dos custos operacionais para as empresas com este imposto. E para as famílias que contam com o desconto mais como um paliativo do que um alívio financeiro real.



Mais 1.231 milhões de gastos com pessoal na Função Pública

■ As despesas com pessoal na Administração Pública continuam a crescer na proposta do OE2027. São mais 1.231 milhões de euros face a 2026. Um crescimento de 5,3% na Função Pública ainda antes de eventuais novas medidas aplicadas na especialidade. Esta despesa rígida do Estado reflete uma forte pressão sobre as contas públicas e retira margem orçamental.

Entrevista ■ Ministro das Finanças diz que OE2027 garante a consolidação orçamental, reforça investimento e prossegue redução da carga fiscal. Miranda Sarmento assegura que as famílias mais vulneráveis não são esquecidas com reforço de apoios sociais. E fala numa redução de impostos para as empresas, via IRC, de 1.200 milhões de euros.

“É um Orçamento pragmático, equilibrado, de responsabilidade”

Lígia Simões, Ricardo Santos Ferreira, João Barros e Vítor Rodrigues Oliveira
lsimoes@medianove.com

Como classifica este Orçamento do Estado?

É um Orçamento pragmático, equilibrado, de responsabilidade, que prossegue a consolidação orçamental, continuando o caminho de redução da carga fiscal, mantendo a despesa pública controlada, reforçando o investimento e a melhoria dos serviços públicos, assim como a valorização dos rendimentos das famílias e das carreiras dos trabalhadores da Administração Pública e dos pensionistas.

Numa altura de grande incerteza, com vários focos de instabilidade internacional, este equilíbrio é extremamente relevante.

Este é um Orçamento que não aumenta nenhum imposto, nem mesmo a atualização dos impostos especiais sobre o consumo à taxa de inflação. Ao mesmo tempo, teremos a sexta descida do IRS em três anos, contando já com a redução extraordinária em novembro deste ano.

O Governo admite manter em 2027 o mecanismo extraordinário de desconto no ISP, se os preços dos combustíveis continuarem elevados, ou exclui essa possibilidade?

Tal como disse na apresentação da proposta de Orçamento de Estado, este mecanismo representa, neste momento, um desconto de cerca de 23 centavos por litro. Esse apoio totaliza cerca de 1,3 mil milhões de euros em 2026. A isto somam-se os apoios a vários setores, incluindo os operadores de transportes, atenuando por essa via o alastramento do impacto do aumento dos preços dos combustíveis pelas cadeias de valor e, consequentemente, na inflação com que as famílias se veem

confrontadas. Vamos continuar a acompanhar a situação e a apoiar setores específicos.

A aplicação de medidas transversais é pouco eficiente e tem um custo orçamental muito elevado. Não é o Governo que o diz – todas as principais instituições internacionais defendem apoios direcionados (FMI, Comissão Europeia, OCDE, BCE...). É preferível continuar a dar mais rendimento às famílias para que estas possam fazer as suas escolhas e foi essa a opção que o Governo tomou. O Governo continua atento e a monitorizar a situação. Recorde-se, aliás que fomos dos primeiros a agir quando começou o conflito no Irão e, de acordo com a Comissão Europeia, o quinto Estado europeu com mais medidas em percentagem do PIB.

O que é que justifica a diferença entre o excedente de 0,1% do Governo e o défice previsto pelo CFP de 0,2%?

O CFP tem as suas previsões e nós temos as nossas, e respeitamos absolutamente a independência desta instituição. Recordo que, em 2025, praticamente todas as entidades oficiais previam défice e o Governo foi o único, a caminhar até um pouco isolado, a acreditar que acabaria o ano com um excedente e assim foi. Em 2025, terminámos o ano

com um excedente de 0,7% quando o CFP previa saldo nulo. O FMI, a única instituição com previsões orçamentais atualizadas para Portugal além do CFP e do Ministério das Finanças, prevê um saldo orçamental equilibrado em 2026 e 2027. Portanto, nós acreditamos que será possível terminar este ano de 2026 com um saldo em torno de zero e que no próximo teremos um ligeiro excedente em torno de 0,1% do PIB.

Está previsto um crescimento do PIB de 2,1% no próximo ano ainda aquém da meta de crescimento de 3% que consta do programa do Governo. A que se deve este menor crescimento face ao cenário projetado de 2,9% em 2027, estabilizando em 3,2% em 2028 e 2029?

Temos de ter presente todos os choques externos que, entretanto, ocorreram e que não afetaram só Portugal, mas a Europa e o Mundo, bem como o facto de nem todas as reformas que o governo propõe no seu programa eleitoral tenham passado no Parlamento, como é o caso do Código do Trabalho. Desde as tarifas norte-americanas, à duração do conflito Rússia-Ucrânia ou mais recentemente ao conflito no Irão, todos foram fatores de instabilidade política e económica com impactos nas cadeias comerciais. Acresce ainda o ressurgimento da inflação e subsequente aumento da restritividade da política monetária, contrariando as expectativas do início do ano, que apontavam para algum alívio adicional das taxas de juro.





CRISTINA BERNARDO

No caso português, em particular, enfrentamos ainda as tempestades no início deste ano com todos os custos inesperados que daí ocorreram.

O que importa reter é que, mesmo com estes fatores externos, que não dependem da vontade do Governo, Portugal está a crescer acima da média europeia e as previsões apontam para que assim se mantenha nos próximos anos. Estamos a conseguir manter as contas públicas equilibradas e a reduzir a dívida pública a um ritmo superior a alguns dos nossos parceiros europeus.

Que despesa permanente foi ou vai ser criada pelo PRR? Ou seja, que reformas e despesas permanentes terão de continuar a ser financiadas pelo Orçamento

do Estado mesmo depois do fim do PRR? Que custo anual terão essas despesas?

Como já é público, foi aprovado em Conselho de Ministros a disponibilização de 200 milhões de euros para os projetos do PRR que ficaram por concluir até ao final de 2026, via Orçamento do Estado. Como sempre dissemos, nenhum projeto ficará por fazer. Para lá de 2026, persistem vários efeitos orçamentais do PRR, muito difíceis de quantificar de forma agregada: tratando-se os projetos do PRR em muitos casos de infraestruturas, naturalmente terão custos de manutenção. No entanto, muitos projetos, como a digitalização da Administração Pública, poderão levar a poupanças significativas para o Estado. Adicionalmente, os investimentos do PRR deverão

ter um impacto positivo na produtividade e, como tal, no crescimento económico do país, com reflexos positivos na receita fiscal.

Empresários avaliam o próximo OE como insuficiente e com falta de respostas para o crescimento económico. Argumentam que o esforço fiscal continua a pressionar a economia e dificulta atividade das empresas. É necessário ir mais longe, ainda que as contas públicas não o permitam, no próximo Orçamento?

Este é um orçamento que pretende dar resposta aos problemas dos portugueses, sejam eles famílias, mas também empresas.

Vamos implementar a terceira



Os investimentos do PRR deverão ter um impacto positivo produtividade e, como tal, no crescimento económico do país, com reflexos positivos na receita fiscal

redução consecutiva de IRC. Repare que, quando chegámos ao Governo, esta taxa estava nos 21% e no próximo ano vai baixar para os 18%, estando já aprovada a redução para 17% em 2028. Estamos a falar de uma redução de impostos para as empresas, só por esta via, de 1.200 milhões de euros. Ainda assim, mantemos o rigor orçamental que nos tem colocado numa perspetiva bastante positiva junto de investidores internacionais, o que fortalece não só o financiamento da República, como o clima económico no país.

Mas, igualmente importante para as empresas, para a captação de pessoas e alento, são as reduções de IRS que fizemos (este OE é a 6ª), reduzindo as taxas marginais, que em muitos casos, dificulta a contratação de mão-de-obra.

Porquê a aposta na redução do IRC e o adiamento da redução gradual das derramas (estadual e municipal) prevista no programa de Governo da AD?

Como já tive oportunidade de dizer, nós vamos avaliar a descida da derrama estadual após 2028. Repetimos o que sempre dissemos até aqui: faremos tudo para proporcionar um alívio das obrigações fiscais das famílias e empresas sem hipotecar o futuro.

Como avalia as preocupações do setor empresarial

quanto aos incentivos à capitalização e ao investimento produtivo e da melhoria das condições de financiamento?

Quanto a essas matérias que refere, como os incentivos à capitalização e ao investimento, há uma série de medidas que já decorrem do programa Acelerar a Economia e que se mantêm no terreno, além de que temos hoje um setor financeiro e um Banco de Fomento muito mais musculados para dar resposta às questões do financiamento.

O corte das taxas do IRS tem sido apontado como uma medida que deixa de fora metade dos agregados familiares que já estão isentos do IRS devido aos baixos rendimentos. Este Orçamento protege estas famílias mais vulneráveis?

As famílias mais vulneráveis não são esquecidas neste Orçamento. Como refere, na impossibilidade de apoiar estas famílias através da redução do IRS, o Governo tem atualizado e reforçado os apoios sociais e é isso que vamos continuar a fazer no próximo ano.

Por exemplo, em 2027 haverá o quarto aumento consecutivo no Complemento Solidário para Idosos, passando dos atuais 670 para 720 euros, num reforço de 100 milhões de euros. A proposta de Orçamento do Estado para 2027 protege também os rendimentos mais baixos porque volta a reduzir novamente o IRS, atualizando o mínimo de existência, para que quem auferir o salário mínimo continue a não pagar imposto (e aumentamos novamente o SMN).

É preciso recordar que todas as decisões de alívio fiscal deste Governo, desde 2024, têm beneficiado sobretudo os escalões mais baixos. Os valores acumulados de todas as reduções já permitiram devolver perto de um salário a esses escalões de menores rendimentos, de acordo com as nossas simulações. Ao não aumentar nenhum imposto, nem mesmo à taxa de inflação, também estamos a proteger aqueles que têm menores rendimentos. Ainda assim, o Governo mantém-se atento e tudo fará para proteger o presente das famílias e empresas, sem hipotecar o seu futuro.

E o que acontece se o petróleo voltar a disparar em 2027?

Energia ■ Guerras estão longe de acabar e vão continuar a pressionar os preços das matérias-primas e dos combustíveis. Exportações de petróleo do Médio Oriente estão a regressar a níveis pré-guerra, mas preços continuam acima dos 100 dólares, com a pressão sobre o gasóleo.

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

O petróleo continua bem acima dos 100 dólares por barril sem previsão de que haja uma descida assinalável no curto e médio prazo.

As guerras no Médio Oriente e entre a Ucrânia e a Rússia não dão sinais de abrandamento, pressionando os preços para os 110 dólares por barril.

Na proposta de Orçamento do Estado para 2027, o Governo prevê o petróleo nos 86,1 dólares por barril em 2027, face aos

93 dólares previstos para este ano, e os 68 dólares registados em 2025.

Mas o Executivo de Luís Montenegro também prevê um cenário extremo: O que é que acontece à economia nacional se o petróleo disparar 20% face aos 86 dólares por barril?

“Teria um impacto negativo de 0,1 p.p. no crescimento real do PIB, devido ao menor crescimento do consumo privado e do investimento, parcialmente compensado pela desaceleração das importações”, segundo o relatório da proposta do OE2027.

“O impacto sobre o deflator do

PIB seria residual, dado que o aumento do deflator das importações compensaria o acréscimo nos restantes deflatores. Dado o peso dos bens energéticos nas importações superior ao das exportações, verificar-se-ia uma perda dos termos de troca, originando uma deterioração na balança de bens e serviços e na capacidade de financiamento da economia face ao exterior em 0,2 p.p. do PIB”, pode-se ler no documento.

A guerra está a custar 200 milhões de euros extra por dia em custos com o gasóleo. São 46 mil milhões de euros de custo extra com combustível na Europa desde o início da guerra, segundo a estimativa do grupo ambientalista “Transport & Environment”.

O preço do gasóleo negociado na Europa disparou mais de 133% no espaço de um ano para 1 500 dólares por tonelada.

Mas há bons sinais. As exportações de petróleo a partir do Médio Oriente já regressaram praticamente a níveis pré-guerra, com os petroleiros a passar o estreito de Ormuz em modo ‘fantasma’, para não serem detetados, mais o petróleo saudita que sai do porto de Yanbu no Mar Vermelho, que vem do ‘pipeline’ Leste-Oeste com 1 200 km, e do porto de Fujairah nos Emirados Árabes Unidos, que fica no Golfo de Omã.

“Se as exportações de petróleo mantiverem a sua tendência ascendente graças aos petroleiros ‘fantasma’, os preços devem começar a cair imediatamente”, segundo o Commerzbank.

O banco alemão prevê que o



Petróleo vindo do estreito de Ormuz está a regressar a níveis pré-guerra, mas o ataque a refinarias no Médio Oriente e na Rússia estão a pressionar os preços do combustível

barril recue para os 85 dólares por barril até ao final deste ano, menos 25 dólares face ao valor atual.

No gasóleo, o cenário é mais negativo. A Agência Internacional de Energia (AIE) prevê que continue a persistir a escassez de gasóleo, apesar da recuperação do petróleo. A causa são os ataques a refinarias no Médio Oriente e na Rússia, que estão a apertar ainda mais o mercado.

A AIE prevê que os merca-

dos de gasóleo continuem debaixo de pressão até meados de 2027. A juntar às refinarias danificadas pela guerra, estão os ‘stocks’ que estão em níveis baixos face à média histórica.

A juntar aos preços elevados dos combustíveis está a subida da inflação que levou a nova subida das taxas de juro, criando ainda mais pressão sobre famílias e empresas e pressionando o consumo.

Os custos elevados do petróleo devem-se a “stocks” em mínimos, ‘frete’ elevados e riscos geopolíticos persistentes”, segundo o Saxo Bank.

“A melhor prova de que o mercado permanece longe do normal” é a continuação dos preços elevados no gasóleo.

A Agência Internacional de Energia constatou o óbvio: “os preços ‘recorde’ de gasóleo já estão a ter consequências económicas alargadas ao aumentar o custo dos bens e impactando os rendimentos, atividade económica e a inflação”.

82%

Petróleo O preço do barril de Brent disparou mais de 80% no espaço de um ano para mais de 110 dólares. Os preços do gás na Europa ultrapassaram os 90 euros por MWh esta semana, o valor mais alto registado desde dezembro de 2022, ano da invasão da Ucrânia pela Rússia.

133%

Diesel O preço do gasóleo negociado na Europa disparou mais de 133% no espaço de um ano para quase 1.500 dólares por tonelada. A Agência Internacional de Energia planeia libertar mais 20 milhões de barris de gasóleo, depois de 8 milhões de barris libertados em setembro.

Custos

Combustíveis

Subida Os custos extra com gasóleo na Europa atingem mais de 200 milhões de euros por dia. No total, os habitantes da União Europeia já pagaram 46 mil milhões de euros a mais em combustíveis desde o início da guerra no Médio Oriente.



Apoios serão necessários caso petróleo não desça como Governo espera

Crise energética ■ OE assenta na descida do barril de petróleo, em linha com as instituições de referência, mas probabilidade de acordos em Ormuz e Ucrânia é ainda baixa. Inflação e juros podem ficar acima do esperado.

João Barros

jbarros@medianove.com

Depois do disparo energético este ano, o Governo antecipa uma descida do preço médio do barril de petróleo no próximo ano, uma previsão com um risco e volatilidade associados consideráveis e que pode alterar substancialmente o panorama global da economia. Na ausência de um acordo entre EUA e Irão em Ormuz ou do fim dos ataques às refinarias russas, a inflação arrisca ficar acima do projetado, pressionando os juros diretores e arrastando consigo o custo de vida, dificultando ainda mais o cenário para empresas e famílias.

O relatório do Orçamento do Estado para 2027 (OE2027) aponta a um barril Brent numa média de 73,8 euros no próximo ano, um recuo em relação aos 79,8 deste ano. A projeção fica em linha – e até ligeiramente acima – com as instituições internacionais de referência, como a Agência Internacional de Energia (IEA) ou o banco de investimento Goldman Sachs, mas a volatilidade associada é ainda considerável.

O Goldman Sachs, por exemplo, alerta para um cenário severo em que o barril andarà na casa dos 125 dólares (111,21 euros) na eventualidade de não ser atingido qualquer acordo entre Washington e Teerão, o que implicaria a continuidade das hostilidades em torno da crucial via do estreito de Ormuz – uma possibilidade que aparenta, por enquanto, perfeitamente real e plausível.

“O principal pressuposto da proposta de OE2027 é que o cho-

que energético seja temporário”, começa por apontar Pedro Fugas, Country Tax & Law Leader da EY Portugal, Angola, Moçambique e Cabo Verde. “Se a escalada do conflito se prolongar e se traduzir em preços da energia persistentemente elevados, é pouco claro que as medidas atualmente previstas sejam suficientes para neutralizar esse impacto”, completa.

O mesmo aponta o economista e professor universitário António Nogueira Leite, lembrando que a estabilização dos preços “não depende de um único agente, depende de pelo menos dois conflitos sobre os quais não há a mínima certeza quanto ao seu término”. Na eventualidade de não haver paz, os efeitos negativos na economia serão vários, sobretudo via inflação.

“Se se mantiver durante muito tempo, pode ter impactos em vários sectores, nas perspectivas dos consumidores e, sobretudo, na distribuição da capacidade de acomodar esse choque pelas diferentes classes de rendimento”, afirma, lembrando o

impacto desmedido para as famílias de menores rendimentos. Como tal, “há o risco de se ter de tomar mais medidas e mais eficazes”.

No limite, e caso o impacto nos preços continue, haverá mais subidas de juros diretores e, em sentido inverso, o euro arrisca continuar a perder força nos mercados, sobretudo face ao dólar e a divisas fortes nos últimos tempos, como o franco suíço. Tal traria ainda mais inflação via importações e afetaria os custos de financiamento de empresas e famílias, muitas ainda ligadas a taxas variáveis e, portanto, vulneráveis a estas flutuações de mercado.

“Isto é uma bola de neve”, ilustra Jorge Pisco, presidente da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME). “Tememos gravemente a situação das PME no início do próximo ano, não só fruto da questão dos combustíveis, mas também do aumento das taxas de juro”, completa. A isto junta-se ainda uma subida nas rendas, levando o representante empresarial a argumentar que “não há resposta da parte do Governo a fundo perdido para estas situações”. Ainda assim, Nogueira Leite mostra-se confiante que o Governo tenha equacionado estes possíveis problemas e alterações no cenário base.

“Tem de haver alguma preparação para a materialização de pelo menos alguns dos riscos que estão em cima da mesa. Admito que o Governo a tenha feito – não a mostrou, mas deve ter feito, até pelas pessoas que estão à frente da questão e pelo que conhecem do tema, que é bastante”, remata.

Os riscos da volatilidade energética

■ Mais inflação

Os aumentos de custos serão repassados ao longo da cadeia de valor até aos consumidores, que suportam grande parte da subida

■ Bancos centrais pressionados

Perante uma inflação crescente e persistente, os bancos centrais ver-se-ão obrigados a subir taxas

■ Mercados pedem mais juros

Investidores passam a exigir juros mais altos na dívida pública e empresarial,

agravando custos para os Estados e empresas

■ Euribor ajusta em alta

Taxa Euribor sobe em linha com juros diretores e yields soberanas, fazendo subir as prestações que famílias pagam ao banco por habitação

■ Euro perde força

A moeda única desvaloriza face às principais concorrentes, tornando as importações relativamente mais caras e agravando ainda mais a dinâmica da inflação

“Há risco de se ter de tomar mais medidas e mais eficazes” caso o petróleo não recue como projeta o Governo, sobretudo para famílias mais vulneráveis, alerta Nogueira Leite

Pedro Fugas ■ O Country Tax Leader da EY considera a proposta do OE2027 de continuidade em detrimento de reformas estruturais para acelerar o crescimento. Diz que falta ambição no estímulo ao investimento e competitividade. Considera alívio no IRS na direção certa, mas de alcance limitado. Nas empresas, Executivo poderia ter ido mais longe na redução da derrama estadual, das tributações autónomas e simplificação de incentivos.

“Proposta do OE é de continuidade, mais do que transformação económica”

Lígia Simões

lsimoes@medianove.com

Este é um OE que ajuda a economia portuguesa a crescer e a atenuar os efeitos da crise energética?

É uma Proposta de Lei de Orçamento do Estado (PLOE) de estabilidade e continuidade, mais do que de transformação económica. Protege rendimentos e preserva uma trajetória de redução de impostos, mas não parece ser particularmente instigadora de crescimento.

Pela positiva, destaque, sobretudo, a ausência de agravamentos fiscais relevantes para as famílias e empresas e a manutenção de alguma previsibilidade fiscal. Pela negativa, continua a faltar alguma ambição no estímulo ao investimento e à competitividade. Ao nível da tributação das empresas ficaram por concretizar medidas como a redução/eliminação da derrama estadual, a redução das tributações autónomas, a simplificação do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) e do incentivo fiscal à valorização salarial ou a criação de um incentivo extraordinário ao investimento, particularmente relevante numa fase de desaceleração do crescimento e de menor impulso do PRR. Em suma, é uma PLOE pensada

para ajudar a economia a atravessar um contexto mais adverso, focada numa trajetória já recorrente de equilíbrio orçamental, privilegiando a prudência e a estabilidade em detrimento de reformas estruturais capazes de acelerar o crescimento potencial do país.

Tem respostas adequadas aos riscos de aumento do preço do petróleo e das taxas de juro, bem como da redução da procura interna?

Diria que parcialmente. A PLOE reconhece esses riscos e pro-

cura mitigar alguns dos seus efeitos, mas fá-lo sobretudo através da prudência orçamental e da preservação do rendimento disponível, mais do que através de novos estímulos económicos.

No caso do aumento do preço do petróleo, é relevante a manutenção do mecanismo de restituição do ISP e a ausência de agravamentos da tributação sobre combustíveis, o que ajuda a limitar o impacto sobre famílias e empresas. Relativamente às taxas de juro, a principal resposta deste Governo passa pela manutenção de contas públicas sólidas, com um excedente orçamental e uma trajetória descendente da dívida pública, reduzindo a vulnerabilidade do país num contexto de custos de financiamento mais elevados. Já quanto à redução da procura interna, as medidas de alívio fiscal em IRS e IRC, bem como os incentivos na habitação, contribuem para sustentar o consumo e o investimento. Contudo, podem ser insuficientes para compensar integralmente o abrandamento esperado do consumo privado e, sobretudo, a desaceleração do investimento associada ao fim do PRR.

O OE2027 volta a estar mais focado no saldo orçamental e na dívida e menos na economia?

Penso que sim, e essa é simultaneamente uma das suas principais virtudes e uma das suas limitações.

A PLOE 2027 surge num contexto de elevada incerteza internacional, com diversos conflitos e guerras ativos, de subida dos preços da energia, pressão sobre os custos de financiamento soberano, ilustrado pelas obrigações francesas a dez anos, cuja taxa de juro atingiu cerca de 4,96% em 1 de outubro, de fim do ciclo do PRR e de desaceleração económica. Perante esse cenário, o Governo opta claramente por privilegiar a consolidação orçamental, prevenindo um excedente de 0,1% do PIB e a continuação da redução da dívida pública, prevendo-se que alcance 84,5% do PIB em 2027 e 83,2% em 2028.

Essa prudência é positiva porque reforça a resiliência da economia portuguesa perante eventuais choques externos e limita os riscos associados a um contexto de taxas de juro elevadas. Contudo, o reverso da medalha é que a PLOE revela menor ambição do lado da economia. Embora mantenha a trajetória de redução do IRS e do IRC, ficam por concretizar medidas mais estruturais de estímulo ao investimento, à produtividade e à competitividade.

Como avalia o facto de contar já com um aumento da despesa de cerca de 4,8 mil milhões, com as chamadas medidas carry-over?

O aumento da despesa associado às chamadas medidas *carry-over* não é necessariamente preocupante, mas evidencia uma realidade importante: uma parte crescente da despesa pública passou a ter natureza permanente. O problema não está nos 4,8 mil milhões de euros em si, mas no facto de uma parcela muito significativa desse montante resultar de compromissos que dificilmente podem ser revertidos, como pensões, progressões remuneratórias na Administração Pública ou prestações sociais. Isto significa que, mesmo que o crescimento económico abrande ou a receita fiscal fique abaixo do esperado, a despesa continuará a crescer quase automaticamente.

Esta realidade reduz a margem de manobra do Governo para responder a novos choques económicos ou para financiar medidas adicionais de competitividade sem recorrer a aumentos de receita ou a cortes noutras áreas. Em

certa medida, ajuda também a explicar a prudência da PLOE 2027. Por isso, mais do que o aumento da despesa, o que merece atenção é a sua composição. Se a despesa adicional se traduzir em ganhos de produtividade, melhor funcionamento dos serviços públicos ou maior capacidade de crescimento da economia, será mais fácil acomodá-la no futuro. Caso contrário, há o risco de aumentar despesa estrutural sem reforçar a capacidade de o país a financiar de forma sustentável.

Há equilíbrio entre a gestão das finanças públicas e os estímulos necessários ao investimento?

Creio que a PLOE 2027 procura evitar desequilíbrios. Não sacrifica as contas públicas para apoiar a economia, mas também não abandona totalmente os sinais de apoio ao investimento e ao rendimento disponível.

A redução continuada do IRC e do IRS demonstra que existe uma preocupação com a competitivi-





CRISTINA BERNARDO

dade e com o crescimento. Contudo, o contexto económico, orçamental e mesmo político poderá ter limitado a margem para medidas mais ambiciosas. Em particular, ficaram por concretizar medidas que poderiam ter um impacto mais direto nas decisões de investimento das empresas, como referi anteriormente.

Vê medidas que podem contribuir para mitigar os efeitos da crise energética?

Diria que apenas de forma limitada. Não contém um pacote específico de resposta ao agravamento do conflito no Médio Oriente ou a um eventual choque petrolífero. Ainda assim, existem algumas medidas que ajudam a amortecer os seus efeitos, como a manutenção do mecanismo de restituição do ISP e a ausência de aumentos da tributação sobre os combustíveis.

Por outro lado, as medidas de alívio em IRS e IRC contribuem para proteger o rendimento disponível das famílias e empresas face ao aumento dos preços.

Contudo, o principal pressuposto da PLOE é que o choque energético seja temporário. Se a escalada do conflito se prolongar e se traduzir em preços da energia persistentemente elevados, é pouco claro que as medidas atualmente previstas sejam suficientes para neutralizar esse impacto.

O corte de taxas do IRS até ao 6º escalão terá alguma eficácia para mitigar o custo de vida?

O custo de vida é hoje influenciado por fatores que não são totalmente controlados localmente e que dependem grandemente do contexto internacional, como os preços da energia ou da própria habitação. Neste contexto, o impacto positivo das medidas anunciadas será necessariamente limitado.

Algumas medidas parecem ir na direção certa (reduções de IRS, a atualização dos escalões, do mínimo de existência e da retribuição mínima mensal garantida, entre outras) e podem ajudar a mitigar a perda de poder de compra, mas o seu alcance é limita-

do (as reduções de taxa e atualizações de escalões têm um impacto bastante reduzido) e dificilmente serão suficientes para eliminar as pressões sobre o custo de vida que resultam do atual contexto económico e geopolítico. Seria necessária uma redução muito mais significativa das taxas de IRS, com especial atenção à dita classe média (em vias de desaparecer em virtude do salário mínimo nacional estar a aproximar-se do salário médio em Portugal), e uma redução da taxa de IVA de 23% para 21%. Contudo, para que estas alterações fossem possíveis, teríamos de estar dispostos a sacrificar o equilíbrio orçamental e regressar a uma situação de défice orçamental, o que também se poderá revelar pouco cauteloso face à conjuntura e expectativa de subida de custos de financiamentos soberano que está a preocupar a Europa e os investidores. É um equilíbrio muito difícil de gerir, mas tenho confiança que este Governo está à altura do desafio.

Impostos ■ Pedro Fugas defende que OE2027 poderia ter ido mais longe na atualização de algumas deduções fiscais, inalteradas há vários anos. E na redução da derrama estadual e das tributações autónomas.

Consolidação deixa pouco espaço para mais ambição no alívio fiscal

Este Orçamento podia ir mais além no alívio da carga fiscal sobre as empresas e famílias?

Sem dúvida. Aliás, uma das críticas que pode ser feita à PLOE 2027 é precisamente a de que, mantendo uma forte preocupação com a consolidação orçamental, acaba por deixar pouco espaço para medidas mais ambiciosas de alívio fiscal.

Nas empresas, poderia ter ido mais longe na redução da derrama estadual, das tributações autónomas e na simplificação dos incentivos ao investimento, áreas que continuam há vários anos a ser identificadas como fatores de perda de competitividade. Do lado das famílias, além das medidas já previstas em IRS, poderia ter sido equacionada a atualização de algumas deduções fiscais que permanecem inalteradas há vários anos, nomeadamente atualizar o limite de 250 euros por sujeito passivo da dedução de despesas gerais familiares, inalterado desde 2015, ou a introdução de incentivos à poupança de médio e longo prazo.

Quais as medidas fiscais com maior impacto nas empresas?

Em primeiro lugar, a redução da taxa geral de IRC para 18%, inserida na trajetória já definida de redução gradual da tributação das empresas. É a medida com maior impacto transversal na competitividade do tecido empresarial. Em segundo lugar, a manutenção e prorrogação de vários incentivos fiscais, incluindo o SIFIDE II. E em terceiro, algumas medidas de simplificação e redução de encargos administrativos, como o novo adiamento da entrega do SAF-T da contabilidade e a dispensa de determinadas obrigações relacionadas com inventários.

A principal nota é que as medidas com maior impacto para as empresas são precisamente as que já tinham sido anunciadas ou aprovadas fora da própria PLOE 2027. A PLOE em si contém poucas novidades relevantes em matéria de fiscalidade empresarial, o que reforça a ideia de que estamos perante uma PLOE de continuidade mais do que de reforma.

Quais as medidas fiscais com maior impacto nas famílias?

Por um lado, a nova redução das taxas de IRS do 1.º ao 6.º escalão, entre 0,3 e 0,5 p.p., aplicável aos rendimentos de 2026 e abrangendo rendimentos coletáveis anuais até 43.090 euros. Esta medida foi aprovada à margem da PLOE 2027. Por outro lado, e já no âmbito da PLOE 2027, propõe-se a atualização dos escalões de IRS, da dedução específica e do limite do mínimo de existência para 2027, bem como confirma-se a prorrogação do Programa Regressar e da isenção de IRS no âmbito do incentivo fiscal à habitação dos trabalhadores, bem como a manutenção do IRS Jovem.

Qual é o impacto da atualização dos escalões do IRS no rendimento das famílias?

A alteração nos escalões do IRS traduz-se, de acordo com as simulações efetuadas, num aumento do rendimento disponível em todos os níveis salariais analisados, embora com impactos diferenciados. É também relevante a subida do limiar de aplicação da taxa adicional de solidariedade, de 80 mil para 89.995 euros de rendimento coletável, passando a taxa incidir apenas no último escalão.

Nas empresas, as medidas são suficientes face aos problemas crónicos de capitalização?

Diria que não. O problema da capitalização das empresas portuguesas é estrutural e a PLOE 2027 pouco acrescenta nesta matéria.

A continuidade da redução do IRC é positiva, mas não substitui uma estratégia de reforço dos capitais próprios das empresas. Num contexto de taxas de juro mais elevadas e de desaceleração económica, seria desejável uma maior aposta em medidas que incentivassem a entrada de capital nas empresas e a retenção e reinvestimento de lucros.

Nesse sentido, teria sido interessante reforçar o Incentivo à Capitalização das Empresas, por exemplo através do alargamento das entradas elegíveis para efeitos do benefício ou do aumento da taxa potencialmente aplicável.

“Ficaram por concretizar medidas de reforço da capitalização das empresas”

Este é um OE amigo do investimento como acelerador do crescimento económico?

Diria que é uma PLOE favorável ao investimento privado, atendendo à estabilidade fiscal promovida pelo Governo, mas não particularmente ambiciosa nessa matéria. Há sinais positivos, como a continuação da redução do IRC ou a manutenção do SIFIDE. No entanto, as principais medidas já eram conhecidas e a PLOE 2027 traz poucas novidades capazes de alterar de forma material as decisões de investimento das empresas. Em particular, sente-se a ausência de uma simplificação do RFAI, que continua a ser um dos principais incentivos ao investimento produtivo, mas cuja complexidade continua a limitar a sua utilização e previsibilidade. Também urge introduzir medidas de simplificação do incentivo fiscal à valorização salarial. Da mesma forma, ficaram por concretizar medidas de reforço da capitalização das empresas ou um incentivo extraordinário ao investimento numa fase em que o impulso do PRR começa a diminuir.

Ao nível do IVA, quais são as principais novidades deste OE?

A proposta mantém a linha de estabilidade fiscal já evidenciada noutros domínios da tributação indireta. Entre as poucas medidas identificadas encontra-se a prorrogação até ao final de 2027 da isenção de IVA aplicável a determinados bens destinados à produção agrícola, bem como a alimentos destinados a animais acolhidos por associações de proteção animal. Fora destes ajustamentos pontuais, não são propostas alterações estruturais ao imposto. Com impacto nas obrigações de faturação em matéria de IVA, destaca-se a prorrogação até 31 de dezembro de 2027, da equiparação da fatura em pdf na sua produção de efeitos equiparáveis a uma fatura eletrónica. Para as empresas, esta estabilidade tem uma leitura positiva. Após vários anos marcados por alterações legislativas, regimes transitórios e adapta-

ções, a previsibilidade constitui um fator relevante para o planeamento e redução dos custos de compliance fiscal.

Na tributação do património quais são as novidades?

São relativamente limitadas e concentram-se essencialmente na habitação. Destaco: A atualização dos escalões de IMT em 2,3%, acompanhando a inflação. A atualização, também em 2,3%, dos limites da isenção de IMT para jovens até aos 35 anos na aquisição da primeira habitação. A atualização do limite de valor dos imóveis elegíveis para a taxa reduzida de IVA de 6% em determinadas operações de construção e reabilitação habitacional, que passa a acompanhar a evolução dos preços. E a prorrogação dos benefícios associados ao emparcelamento de prédios rústicos, mantendo-se as isenções de IMT e Selo aplicáveis a estas operações. A nota mais relevante é talvez aquilo que não mudou. A PLOE 2027 não traz alterações estruturais em matéria de IMI, AIMI ou IMT, nem responde a algumas reivindicações do setor imobiliário, nomeadamente a revisão dos regimes agravados das taxas de IMI e IMT aplicáveis a determinadas estruturas de investimento. Em suma, é uma PLOE de ajustamentos e atualização de limites, mais do que de reforma da tributação do património.

Quais são as alterações que traz este OE nos IEC?

Também nos Impostos Especiais de Consumo (IEC) o OE2027 é marcado pela continuidade. Não exis-



Faltam medidas de reforço da capitalização das empresas e incentivo extraordinário ao investimento numa fase em que o impulso do PRR começa a diminuir



CRISTINA BERNARDO

tem aumentos generalizados das taxas dos principais impostos especiais, nem alterações estruturais ao respetivo enquadramento legal. Mantém-se, contudo, o regime favorável de redução de taxa de IABA aplicável às aguardentes e licores produzidos a partir do medronho em determinadas regiões do país. Nos produtos energéticos, o Governo prossegue a estratégia, já adotada em anteriores orçamentos, de eliminação gradual de alguns benefícios fiscais considerados prejudiciais do ponto de vista ambiental, sem introduzir agravamentos adicionais das percentagens atualmente previstas. Mantém-se igualmente vários mecanismos de apoio associados ao gasóleo colorido e marcado, destinado a determinados setores económicos. Tal como sucede com o IVA, a nota dominante nos IEC é a estabilidade. Esta estabilidade em conjunto com o crescimento económico projetado trará certamente mais receita fiscal.

Em 2027, a carga fiscal de impostos vai diminuir 0,3 p.p. para 23,8%. Já a carga fiscal e contributiva mantém-se em 35%. É suficiente?

A redução dos impostos é positiva, mas o facto de a carga fiscal e contributiva se manter nos 35% significa que o alívio anunciado não se traduz, pelo menos para já, numa

redução da pressão fiscal e contributiva global sobre a economia. O aumento das contribuições resulta de fatores positivos, como a evolução do emprego e dos salários. Mas num contexto em que o custo de vida aumentou significativamente, seria desejável que a trajetória de redução dos impostos se traduzisse progressivamente num alívio mais efetivo da carga global sobre as famílias e as empresas. Ainda assim, o indicador revela que o Governo mantém a sua estratégia de redução gradual dos impostos sem colocar em causa o equilíbrio das contas públicas. Isso é importante, mas está longe de representar uma mudança estrutural na pressão fiscal sobre a economia. E mais relevante do que a redução dos impostos em 0,3 p.p. é perceber onde essa redução ocorre. Se estiver concentrada no trabalho, no investimento e na atividade empresarial, poderá ter um impacto positivo na competitividade e no crescimento. Se for muito dispersa ou estiver concentrada em determinados setores ou grupos específicos, o efeito económico tende a ser mais reduzido.

Qual é a maior incerteza sobre o OE2027 e principais riscos?

A maior incerteza da PLOE 2027 é, na minha opinião, o contexto exter-

no em que assenta. O cenário macroeconómico da PLOE pressupõe que o choque energético associado ao conflito no Médio Oriente seja temporário e que a economia portuguesa continue a crescer cerca de 2,1%, apesar do abrandamento da zona euro e do fim do PRR. O principal risco é que estes pressupostos se revelem demasiado otimistas.

Há ainda um segundo risco que merece atenção: a desaceleração do investimento. A própria PLOE prevê uma redução muito significativa do crescimento do investimento face aos anos anteriores, refletindo o menor impulso do PRR. A grande questão é saber se o investimento privado conseguirá preencher esse espaço.

O período pós PRR criará pressão financeira adicional?

Sendo 2027 o primeiro ano pós-PRR, o mesmo será um ano de normalização depois de um nível excepcional de financiamento europeu. Contudo, Portugal não irá ficar sem fundos europeus. O que será necessário é uma recomposição das fontes de financiamento do investimento público, continuando uma parte importante a ser suportada por instrumentos europeus estruturais, designadamente PT 2030, FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e FSE (Fundo Social Europeu).

Adicionalmente, haverá um novo orçamento europeu para 2028-2034, atualmente em discussão. Ou seja, o debate não é sobre o desaparecimento dos fundos europeus, mas sobre qual será a dimensão, arquitetura e distribuição do financiamento europeu pós-2027.

Para além do efeito de compensação dos novos instrumentos de fundos europeus, a questão estratégica é a de saber até que ponto Portugal está disposto a financiar com recursos nacionais os investimentos que considera estratégicos quando estes deixam de poder contar com subvenções europeias. Trata-se de uma decisão estratégica que cabe aos agentes de política pública e que tem como “reverso da medalha” o controlo do défice e da dívida pública.

As 10 medidas do OE2027 que mexem nos bolsos das famílias e empresas

Mexidas ■ Entre atualização dos escalões do IRS, que incorporam já corte de taxas deste imposto, redução de taxas do IRC, novo patamar de isenção do IMT Jovem e renovação do benefício fiscal para empresas que aumentem salários, conheça as medidas com impacto nas famílias e empresas.

Lígia Simões

ilsimoes@medianove.com

Proposta do OE2027 prevê várias medidas que vão mexer na vidas das famílias e empresas. Saiba quais são algumas das mudanças.

Atualização em 3,88% dos escalões do IRS

Escalões do IRS vão ser atualizados em 3,88% no próximo ano, abaixo do referencial de 4,5% para os aumentos salariais do setor privado. Contribuintes com aumentos salariais superiores ao valor da atualização dos escalões arriscam a ver o imposto agravado no próximo ano. Já o ministro das Finanças assegura que existe neutralidade fiscal para quem tenha aumentos salariais de até 4,5%. Justifica com a conjugação da subida dos escalões, que incorpora o corte de taxas do IRS, com a atualização do mínimo de existência e o ajustamento na dedução específica. Quanto às taxas de IRS, mantêm-se os valores previstos na proposta de redução adicional do imposto entre 0,3 p.p e 0,5 p.p até ao 6.º escalão para 2026, que já

teve luz verde do Parlamento.

Os mais ricos têm ainda um alívio no IRS através da subida do limiar mínimo a partir do qual é aplicada a taxa de solidariedade de €80.000 para €89.995 de rendimento coletável anual, pelo que passa a aplicar-se apenas ao último escalão do rendimento coletável. Este limiar mínimo mantinha-se inalterado desde a troika. A taxa mantém-se nos 2,5% para quem tenha rendimentos coletáveis compreendidos entre 89.995 e 250.000 euros. Acima desse valor, continua a aplicar-se uma taxa de 5% sobre o excedente, com a taxa de solidariedade a passar a aplicar-se apenas ao último escalão.

Salários até 970 euros não pagam IRS

O Governo propõe também atualizar o mínimo de existência, mecanismo destinado a proteger os rendimentos mais baixos. O Executivo atualiza, assim, o mínimo de existência para 13.580 euros. Um patamar que assegura a isenção de IRS para quem ganha até 970 euros, com o relatório que acompanha o OE2027 a prever um aumento do valor da retribuição mínima mensal que se prevê que passe de 920

euros para 970 euros, o que corresponde a um aumento de 50 euros.

CSI vai aumentar 50 euros

O valor de referência do complemento solidário para idosos (CSI) vai subir 50 euros, atingindo 720 euros no próximo ano. A despesa total com esta prestação, que serve para complementar os outros rendimentos do beneficiário, deverá atingir o montante de 100 milhões de euros. O Executivo tem como meta aumentar progressivamente o valor de referência do CSI até atingir os 870 euros em 2029 e equiparar ao valor do salário mínimo nacional na próxima legislatura.

Isenção do IMT Jovem sobe para 338 mil euros

Os jovens até aos 35 anos que comprem a primeira habitação própria e permanente poderão beneficiar de isenção total de IMT em imóveis até 338.141 euros, mais cerca de 7.600 euros do que em 2026. A proposta atualiza os escalões deste imposto em 2,3%. Entre esse valor e 676.185 euros, paga-se 8% apenas sobre a parte que excede o limite da isenção. Acima deste último valor, deixa de existir isenção de IMT e de Imposto do Selo. Os jovens continuarão ainda a beneficiar da garantia pública no crédito à habitação e da isenção do Imposto do Selo na compra da primeira casa, desde que cumpram os requisitos legais.

Dedução das rendas no IRS aumenta para 1.000 euros

Os inquilinos poderão deduzir até 1.000 euros das rendas pagas na declaração de IRS relativa a 2027, mais 100 euros do que o limite aplicável este ano. Para os contribuintes com rendimentos coletáveis enquadrados no primeiro escalão de IRS, o teto sobe de 1.050 para 1.100 euros. A dedução mantém-se fixada em 15% das rendas suportadas com habitação própria e permanente.

IRC desce 1 p.p. para 18% com custo de 300 milhões

A taxa do IRC irá descer 1 ponto percentual (p.p.) no próximo ano de 19% para 18%, numa medida já aprovada no Parlamento e que tem um impacto orçamental previsto de 300 milhões de euros em 2027. Esta medida, estando já prevista no Código do IRC, não consta do OE, com o documento a contemplar apenas o seu impacto orçamental. O Parlamento aprovou na especialidade, em outubro do ano passado, a proposta de lei do Governo para reduzir a taxa do IRC para 19% em 2026 e 18% em 2027, numa norma transitória incluída no Código do IRC. A tributação chegará aos 17% em 2028.

Alterações ao SIFIDE II, mas incentivo à inovação mantém-se

Nos incentivos à investigação e desenvolvimento, o Executivo acaba com possibilidade de aplicação indireta do SIFIDE II através de fundos de investimento. Medida permitirá uma redução da despesa fiscal estimada em cerca de 124 milhões de euros. Com o fim do SIFIDE II indireto, o incentivo passa a estar centrado no investimento direto em atividades de I&D.

Renovado incentivo fiscal à valorização salarial

A proposta do OE2027 prevê a alteração aos requisitos de acesso ao incentivo fiscal à valorização salarial, que permite a majoração em 200% dos encargos com aumentos salariais de trabalhadores com contrato de

trabalho a tempo indeterminado. Em 2026, o acesso a este benefício estava condicionado a um aumento mínimo de 4,6% da retribuição base anual dos trabalhadores. Para 2027, a proposta reduz este limiar para 4,5%. Exige-se, ainda, que os trabalhadores com retribuição base anual igual ou inferior à retribuição base média anual da empresa beneficiem de um aumento mínimo de 4,5%.

Prémios de produtividade mantêm benefícios fiscais

Também os prémios de produtividade e desempenho atribuídos pelas empresas aos trabalhadores até ao limite de 6% da retribuição base vão continuar isentos de IRS no próximo ano. Para beneficiar da medida, as empresas terão de cumprir determinadas condições de valorização salarial, incluindo aumentos mínimos de 4,5% na remuneração base manual média e na mesma medida nos salários dos trabalhadores que recebam menos do que a média.

À semelhança dos dois últimos, estes prémios, ainda que isentos de imposto, vão fazer retenção na fonte em 2027, correspondendo a taxa à que é aplicada à remuneração mensal do trabalho.

Novos incentivos para veículos elétricos

Em 2027 será reforçada a descarbonização do setor dos transportes, através da implementação de medidas que promovam a mobilidade sustentável, os transportes públicos e a eletrificação dos consumos, estando prevista, nomeadamente, a atribuição de novos incentivos para a compra de veículos sem emissões, nos quais se incluam os veículos elétricos.

Esta é a única medida prometida no OE2027, mas a proposta orçamental não indica nem valores, nem calendário. Ou seja, fica por perceber o perímetro da medida. Este ano, em junho, no último programa que esgotou em poucas horas, os apoios aos carros elétricos somaram com 10 milhões, com apoios até 5.000 euros por veículo.

Governo otimista vê PIB a crescer, dívida a cair e inflação ajuda

Macro ■ Dívida cai (com ajuda da inflação e PIB), mas juros disparam à boleia do turbilhão dos mercados. Ministro das Finanças rejeita que Portugal esteja em risco de ser alvo da disciplina de Bruxelas, apontando às medidas extraordinárias.

João Barros
jbarros@medianove.com

Crescimento acima de 2% com novo excedente orçamental (ainda que marginal) e dívida em queda: assim se resume o cenário macroeconómico em que assenta a proposta de Orçamento do Estado para 2027 (OE2027), que revela um ligeiro otimismo do Executivo perante uma situação global ainda altamente volátil e incerta. A dívida beneficiará com a subida de preços, que desvaloriza o stock, mas a despesa com juros dispara à boleia do turbilhão nos mercados obrigacionistas.

O cenário macro em que assenta o OE2027 aponta a um crescimento de 2,1% no próximo ano, um abrandamento em relação aos 2,3% previstos para 2026, com avanços menos expressivos em todas as categorias, mas com contributos positivos tanto da procura interna, como da externa. O consumo interno até abranda em relação a este ano, mas mantém algum dinamismo com um crescimento de 2,1%, enquanto os gastos públicos crescem 1,2% – também aqui menos do que os 1,7% deste ano.

Já o investimento assume destaque ao cair de forma mais assinalável após o forte impacto do PRR em 2026, com um avanço de apenas 2% contra os 5,3% deste ano. Este é um dos pontos para os quais as empresas mais chamam a atenção, relembrando o impacto positivo no PIB este ano da ‘bazuca’ europeia.

Do lado externo, as exportações mantêm a força demonstrada este ano, sendo expectá-

vel que cresçam 3,1% depois de 3,5% em 2026, ao passo que as importações abrandam marcadamente de 6% para 2,8%. Contas feitas, a procura externa passará de um contributo líquido negativo de 1,2 pontos percentuais (pp) este ano para um positivo de 0,1pp, retornando o impulso dado pelas exportações à economia.

Olhando para a dinâmica do mercado laboral, o Governo prevê que se mantenha o crescimento do emprego, apesar dos recordes batidos recentemente, e aponta a 1,4% mais de população empregada. Já a taxa de desemprego é vista a recuar marginalmente para 5,7%, sublinhando ainda mais marcadamente a situação de pleno emprego que se vive na economia portuguesa.

Numa análise orçamental, o Governo espera novo excedente, o terceiro consecutivo, mas também o mais curto, representando 0,1% do PIB. Com apoio minoritário, o Executivo pede “responsabilidade” aos partidos da oposição para não fazerem derrapar esta performance com medidas aprovadas à sua revelia no Parlamento.

Na mira de Bruxelas?

Para chegar a este resultado, a expectativa é que a receita fiscal cresça 3,3% enquanto a despesa corrente cresce 2,6%. No entanto, as medidas extraordinárias dos últimos anos (face às crises pandémica e energética, combinadas com os eventos climáticos extremos) e o PRR influenciam este resultado, lembrou o ministro das Finanças, rejeitando quaisquer possíveis problemas com as regras orçamentais de Bruxelas.

Assim, Miranda Sarmento ressaltou, aquando da apresentação do OE2027, que “devemos olhar para a despesa corrente primária [...], mas retirando um conjunto de medidas temporárias”, o que mostra que, “entre 2024 e 2026, a despesa estrutural cresceu ao nível do PIB nominal”. “Cumprimos a conta controlo dada a flexibilidade da despesa de defesa e energia”, continuou, criticando a inclusão de medidas temporárias para o indicador, dado que não fazem parte da despesa corrente primária.

Portanto, a despesa corrente primária “está perfeitamente controlada”, resumiu.

“Não podemos olhar para a despesa nominal porque está muito influenciada pelas despesas do PRR”, reforçou, rejeitando tecer considerações sobre o mérito do desenho do Plano, lembrando que tal foi da responsabilidade de Executivos anteriores.

O tema levou a uma troca de argumentos pública entre o atual ministro e um dos seus sucessores, Mário Centeno, que falou num desvio de 12 mil milhões de euros e questionou a fiabilidade das projeções do Governo. Em jeito de resposta, Miranda Sarmento defendeu, em entrevista conjunta à Antena 1 e ‘Jornal de Negócios’, que a conta de controlo com a Bruxelas está “dentro das regras que a Comissão definiu e, portanto, não há nenhum problema na despesa líquida, nem nenhum problema na conta de controlo”.

“Em 2027, a projeção mais recente indica que a despesa líquida deverá crescer 2,5%. Ape-



Crescimento acima da média europeia, excedente e dívida a cair: Governo mostra-

sar de esta estimativa exceder a recomendação do Conselho da União Europeia (1,2%), o que implica o registo de um débito na conta de controlo, o desvio não excede, contudo, o limite máximo de 0,6% do PIB em termos acumulados após ser considerada a flexibilidade decorrente de maior despesa em defesa”, lê-se no relatório da proposta orçamental.

Dívida desce, mas juros disparam

Por outro lado, o OE2027 prevê nova redução assinalável do rácio de dívida pública, desta feita de 87,5% do PIB para 84,5%. A redução beneficia do crescimento do PIB e do excedente primário, mas acarreta também um disparo nos custos de financiamento à boleia das yields soberanas.

O relatório do OE2027 começa por destacar que, “em 2025,

“Cumprimos a conta controlo dada a flexibilidade da despesa de defesa e energia”, garante Joaquim Miranda Sarmento



se confiante apesar da turbulência na economia global

a dívida pública ficou cerca de 4 pontos percentuais (pp) do PIB abaixo da trajetória acordada com a Comissão Europeia” no Plano Orçamental Estrutural Nacional de Médio Prazo (POENMP), o que sublinha a prestação positiva do país no que respeita às contas públicas. “Na atual governação económica europeia, esse é um dos elementos centrais das regras orçamentais: a análise de sustentabilidade da dívida pública”, acrescenta o documento.

No detalhe, o rácio cai 3,9 pp fruto do crescimento do PIB, enquanto o excedente primário retira outros 2,5 pp e a inflação 2,1 pp (menos do que os 2,6 pp deste ano); em sentido inverso, “a despesa com juros e os ajustamentos défice-dívida deverão contribuir para o aumento do rácio da dívida em 2,4 pp e 0,9 pp do PIB, respetivamente”.

Importa referir que a despe-

sa com juros deve disparar 23,2% em relação a 2026, ou seja, de 6.669 milhões para 8.217 milhões de euros – em termos relativos, o salto é de 2% para 2,4% do PIB.

Esta previsão fica em linha com o disparo recente das yields soberanas nos mercados, com os títulos portugueses a 10 anos a negociarem em torno dos 4% nas últimas semanas. Ainda assim, o spread para as bunds alemãs de igual maturidade mantém-se controlada e em valores historicamente baixos, ao contrário, por exemplo, de França ou Itália.

O documento refere que os juros “crescem significativamente face ao ano anterior, em resultado da previsão de subida das taxas de juro em todas as maturidades, com o consequente impacto no serviço da dívida pública”, em linha com esta evolução.

CFP alerta para otimismo no crescimento e inflação

■ Apesar de considerar o cenário em que assenta a proposta de OE “estatisticamente provável”, o Conselho de Finanças Públicas (CFP) alerta para o otimismo no crescimento e inflação, alertando para os riscos inerentes à economia global e para o impacto do fim do PRR dentro de portas. No parecer emitido à proposta, o CFP começa por deixar claro que os números avançados pelo Governo são alcançáveis, mas relembra o otimismo no que respeita ao crescimento se comparado com as instituições de referência. A OCDE é a mais pessimista do grupo, apontando a 1,7%, enquanto o FMI é o com a expectativa mais alta, em 1,9%, mas a média de 1,8% mostra uma diferença clara para os 2,1% projetados no OE.

Para este cenário se materializar, a economia portuguesa teria de crescer a 0,6% em cadeia por trimestre no próximo ano – ou seja, uma aceleração para o dobro do esperado no resto deste ano para que se concretize a expectativa de 2,3% de avanço em 2026. Em particular, o investimento pode ser das componentes que mais sairá sobrestimada, dado o fim do PRR. Num cenário em que os custos de financiamento estão em valores historicamente elevados e não dão sinais de recuo, a subida nominal de 13% no investimento acarreta um risco considerável. Já do lado dos preços, também parece haver otimismo do Executivo, mas sobretudo na previsão para este ano. Para 2026 fechar com uma inflação de 2,9%, seria necessário os preços da energia recuarem 7% e assim se mantivessem até final do ano; já para o próximo ano, a incerteza continua a reinar, pelo que o CFP defende que a proposta incorre num risco de subestimação da variação de preços.

OE2027 em números

2,1%

Crescimento da economia Apesar das contrariedades, a economia deve crescer acima da média da zona euro e de 2%

970€

Salário mínimo É uma subida de 5,4% com o terceiro aumento seguido da remuneração mínima, mas sindicatos queriam mais

2,3%

Inflação Disparo dos preços este ano terá arrastamento para 2027, mas índice harmonizado desacelera

3,88%

Escalões do IRS Vão ser atualizados abaixo dos 4,5% de aumentos salariais do setor privado. Executivo diz que há neutralidade fiscal ao juntar o corte de taxas do IRS e a atualização do mínimo de existência e da dedução específica

0,1%

Excedente Terceiro saldo positivo consecutivo, embora mais curto do que os anteriores, com o Governo a pedir uma Assembleia responsável

84,5%

Dívida Rácio beneficia com crescimento do PIB e inflação, mas despesa com juros salta 23,2% à boleia do sell-off global das dívidas soberanas

86,1

dólares por barril

Petróleo Depois do disparo este ano à boleia das guerras no Golfo Pérsico e na Ucrânia, o Governo antecipa uma queda dos 92,6 dólares de média em 2026 para 86,1 por barril

5,7%

Desemprego Taxa cai mesmo no que é amplamente considerado pleno emprego

70.672

milhões de euros Receita fiscal Valor histórico para os cofres do Estado. Impostos indiretos dão o principal contributo com grande fatia a caber ao IVA.

3.798,8 milhões de euros Despesa com defesa cresce apenas 1,4% apesar da pressão conjunta da NATO e EUA para que os países da Aliança cumpram objetivo de 3,5% do PIB. Lei de Programação Militar tem corte de 44,2% em relação a este ano e, excluindo PRR em 2026, dotação global cai 1,8%.

1.231 milhões de euros

Gastos com pessoal Impacto de medidas já aprovadas na despesa da Administração Pública. Inclui os aumentos previstos no acordo de rendimentos, progressões e promoções, aumento da retribuição mínima mensal garantida e os acordos salariais.

Margem da “bazuca” consumida pelos juros

Saldo ■ O fim do PRR gerou uma margem de 0,6% do PIB no Orçamento, mas boa parte é absorvida pelo aumento dos juros. Os patrões queriam mais ambição, mas a busca pelo equilíbrio continua a ser a grande prioridade.

Vítor Rodrigues Oliveira
voliveira@medianove.com

Várias associações empresariais bem queriam que o Governo fosse mais longe, apostando no investimento para mitigar o fim do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mas o Orçamento do Estado para 2027 (OE2027) ficou-se por pequenos ajustes nas diferentes rubricas, com o saldo orçamental a melhorar em uma décima do PIB face ao saldo nulo estimado para este ano.

Entre o dinheiro que chegou de Bruxelas e o que foi gasto no terreno, o fim da “bazuca” significa uma margem de cerca de 2 mil milhões de euros para o Estado em 2027 (0,6% do PIB). Só que a esmagadora maioria desse valor não serviu para substituir investimento público, que cai 31%, nem para reduzir a carga fiscal, mas para pagar mais 1,5 mil milhões em juros do que o estimado para 2026 (acréscimo equivalente a 0,4% do PIB).

A fatura com os custos da dívida sobe 23,2%, de 6,7 mil para 8,2 mil milhões de euros, atingindo, neste momento, 2% do PIB. O contexto é de crise do mercado de dívida, com subidas generalizadas em toda a Europa, e em que França e Itália pagam uma taxa a 10 anos superior à dos paí-

ses resgatados pela Troika, como Portugal e até a Grécia.

Os problemas internacionais, diz o economista Pedro Braz Teixeira ao Jornal Económico (JE), são motivo para preocupação, nomeadamente “os problemas gravíssimos em França”.

Também António Nogueira Leite está particularmente atento aos gigantes da moeda única: “O que mais me preocupa é a situação política e económica dos países-âncora da Zona Euro, como França”. Mesmo que não tenha consequências mais graves, “pode ter implicações por via da deterioração de mercados exportadores para Portugal” e, portanto, no PIB, afirma o antigo secretário de Estado do Tesouro e das Finanças ao JE. O encarecimento das dívidas “é relevante” e está interligado, mas Nogueira Leite considera que este risco francês para a economia “é potencialmente maior”. “São os riscos que me tirariam o sono” se estivesse no Governo, diz Nogueira Leite.

Pouca ambição, menos risco

Apesar de este orçamento trazer algumas medidas de alívio fiscal (como a atualização dos escalões de IRS, a redução da tributação no arrendamento acessível ou a descida da taxa de IRC de 19% para 18%), a receita com



O Orçamento aponta para um saldo de 0,1% em 2027

Despesa líquida blindada por gastos militares

■ A despesa líquida, o indicador central de Bruxelas para controlar as contas públicas, deverá subir 2,5% em 2027, mais do dobro dos 1,2% recomendados pela UE. O desvio anual rondará 1,6 mil milhões de euros e o acumulado atingirá 2,9 mil milhões, ou 0,9% do PIB – acima do limiar de 0,6%. Contudo, Portugal conta com a flexibilidade para a despesa em defesa, que deverá reduzir o desvio acumulado para 0,5% do PIB.

impostos aumenta 2,5 mil milhões de euros (+3,3%) face ao estimado para 2026.

Como a subida fica abaixo da evolução do PIB nominal, o peso destas receitas em 2027 acaba por cair em 0,3% do PIB. Mas esta quebra foi mais do que compensada pelas contribuições sociais, que cresceram em 2,8 mil milhões (+6,7%).

As receitas fiscais representam agora 23,8% do PIB, a percentagem mais baixa desde 2012. Juntando as contribuições sociais efetivas, a carga fiscal atinge 35% do PIB, o mesmo valor de 2026.

Mas pode a evolução do emprego ser um risco para o excedente orçamental? O Conselho das Finanças Públicas sublinha, no parecer ao Orçamento do Estado, que a evolução do emprego previsto, de 1,4%, “é a mais

elevada de entre as instituições de referência”, o mesmo acontecendo com as remunerações por trabalhador. O efeito conjugado “pode resultar em riscos acrescidos” para a receita, indica o CFP.

O economista Braz Teixeira reconhece ao JE que “se houver menos contribuições sociais para a segurança social, é um risco para o excedente orçamental”, embora recorde que “o ministro das Finanças pode cativar” despesa. O diretor do gabinete de estudos do Fórum para a Competitividade considera que “ter uma décima de excedente ou de défice é irrelevante, é sobretudo simbólico”.

Também Nogueira Leite responde que é uma situação “gerível” e que “está dentro da margem do ministro”, pelo que “não deverá ser problemático”. Houve “situações mais complicadas nos últimos 15 anos”, realça. Após a crise que obrigou o país a ser resgatado pela troika, de 2011 a 2014, “os sucessivos ministros das Finanças criaram mecanismos de controlo da execução orçamental melhores do que havia antigamente”, nota ainda.

Os riscos externos, insiste, “é que são mais complicados”, mas “o Orçamento tem um grau de ambição limitado e, por isso, os riscos também são bastante limitados”, considera o economista. “Se fosse mais ambicioso, teria riscos próprios”.

“Margem pequena”

As restantes rubricas acabam por praticamente compensar-se umas às outras. As despesas com prestações sociais, que aumentam em 2,1 mil milhões (+3,8%), caem o equivalente a 0,2% do PIB, enquanto os subsídios descem uma décima. Mas as rubricas de “outra despesa de capital fora do PRR” e de “outra despesa corrente fora do PRR” sobem uma décima do PIB cada.

É um orçamento “sem grandes surpresas, nem grandes mudanças”, nota Pedro Braz Teixeira. “Não há praticamente alterações nos impostos em relação ao que estava previamente acordado. E na despesa também não há surpresas, infelizmente”, afirma.

António Nogueira Leite sublinha, por seu lado, que “a margem de manobra é relativamente pequena”, porque “a política orçamental atual tem muitas limitações”, defende.

PAULO NOVAIS/LUSA

Setor económico e oposição avaliam proposta de Orçamento para 2027

Fórum ■ Partidos da oposição e representantes dos setores económicos como a indústria, turismo, agricultura, comércio e serviços, saúde, justiça e defesa, avaliam proposta apresentada pelo Executivo. Consideram insuficiente e dão conta dos aspetos a melhorar. **Continua nas páginas 19,31, 24 e 25**

1. Como é que avalia a proposta de Orçamento do Estado para o próximo ano? É suficiente?



Armindo Monteiro
Presidente da Confederação
Empresarial de Portugal (CIP)

■ O OE2027 cumpre a função orçamental - autorizando a realização de despesas e a cobrança de receitas -, mas tem de cumprir também uma função económica, estabelecendo um propósito. Para nós, o propósito deverá ser o crescimento económico e, nesse sentido, parece-nos que carece de alguma ambição, porque aceita um abrandamento em relação ao ano em curso. A estimativa de crescimento de 2,1% parece-nos escassa, assentando numa redução do investimento público bastante significativa. De alguma forma, este orçamento é órfão do PRR, que era o instrumento mais importante de investimento público. O OE2027 prevê uma redução de cerca de 30% do investimento público e presume um aumento do investimento privado em 10,4%. Claramente, assenta em premissas que carecem de mais incentivos. O incentivo ao investimento é o que mais falta faz no OE2027. Naturalmente, há aspetos positivos, como a redução da taxa de IRC, o equilíbrio das contas ou a redução da dívida em relação ao PIB, mas podia ter também ambição no crescimento económico.



Gustavo Paulo Duarte
Confederação do Comércio
e Serviços de Portugal (CCP)

■ Reconhecemos o mérito de ter as contas equilibradas e a dívida abaixo de 85%. E a descida do IRS devolve rendimento às famílias e isso sustenta o comércio e os serviços. Mas este é um orçamento de continuidade e insuficiente para as empresas. O que muda no IRC já estava decidido, a carga fiscal e contributiva não desce e os custos do trabalho crescem mais do que a economia. Vamos levar à especialidade propostas concretas para corrigir esta situação.



Francisco Calheiros
Presidente da Confederação
do Turismo de Portugal

■ O OE2027 contém medidas positivas, mas fica aquém do necessário se não acelerar as decisões que a economia portuguesa reclama. O País precisa de um Estado mais eficiente e de uma política fiscal que premeie o

investimento e a criação de riqueza. Não basta aumentar a receita fiscal: é necessário estimular a capacidade da economia para gerar riqueza. O Orçamento mantém a preocupação com o equilíbrio das contas públicas, mas a consolidação orçamental não pode ser o objetivo final da política económica. Deve ser um instrumento ao serviço do crescimento, do investimento, da produtividade e da competitividade das empresas. Em específico, a redução da carga fiscal deve continuar a ser uma prioridade. É necessário acelerar a trajetória de redução do IRC, criar condições para reforçar a capitalização empresarial e garantir que os aumentos salariais se traduzem em maior rendimento líquido. É igualmente necessário eliminar desperdícios no Estado, simplificar procedimentos e tornar a Administração Pública mais eficiente, célere e previsível. O fim do PRR exige também uma estratégia clara para assegurar a continuidade do investimento estruturante. Já no Turismo, importa olhar para além dos valores globais do orçamento e distinguir as verbas extraordinárias associadas ao PRR do financiamento das políticas estruturais. A ambição de consolidar Portugal como destino de referência internacional exige uma aposta consistente na promoção, na qualificação, na competitividade das empresas, a par de uma avaliação rigorosa dos resultados. Por outro lado, a solução para os constrangimentos aeroportuários, principal obstáculo ao crescimento, deve continuar a ser uma prioridade.



Álvaro Mendonça e Moura
Presidente da Confederação
dos Agricultores de Portugal (CAP)

■ A nossa principal objeção é a ausência de uma visão estrutural clara de resposta à crise no mundo rural. Esperamos que em sede de discussão parlamentar possam ser introduzidas medidas de fundo de apoio ao sector, nomeadamente que fique prevista a utilização integral do conjunto de medidas autorizadas, a título excecional, pela Comissão Europeia como resposta à crise. Igualmente, preocupa-nos que as verbas relacionadas com a estratégia "Água que une" – a reforma mais importante para a agricultura e florestas das últimas décadas –, pareçam indiciar que poderá vir a não ser cumprido o objetivo do Governo de investir 5 mil milhões de euros nesta estratégia até 2030. Acresce que não está prevista, mas só de lapso se pode tratar, a prorrogação dos artigos relativos aos incentivos fiscais à atividade silvícola e agrícola, medidas da maior importância em termos da floresta. É positiva a prorrogação do incentivo fiscal à habitação dos trabalhadores, há muito proposta pela CAP, e a manutenção da isenção do IVA para as transmissões de bens usados na produção agrícola.



Luís Miguel Ribeiro
Presidente da Associação
Empresarial de Portugal (AEP)

■ O OE2027 não é suficiente para responder aos desafios estruturais da economia. Apesar de reconhecermos medidas positivas, como a redução gradual do IRC e a prorrogação do SIFIDE II, a proposta fica aquém da ambição necessária para reforçar a competitividade das empresas e promover um crescimento sustentado. Num contexto de elevada carga fiscal, a redução de apenas 0,1 p.p. do peso no PIB é manifestamente insuficiente. É necessário ir mais longe na redução da fiscalidade empresarial, no reforço dos incentivos à capitalização e ao investimento produtivo e na melhoria das condições de financiamento. Falta também uma aposta mais ambiciosa no redimensionamento empresarial, essencial para que as empresas ganhem escala e capacidade para competir nos mercados internacionais. A competitividade exige ainda uma resposta firme aos custos de contexto, à burocracia e à morosidade da Justiça económica e fiscal. O equilíbrio das contas públicas é importante, mas deve ser acompanhado por uma maior ambição de crescimento.

Estado encaixa mais 2,9 mil milhões

Impostos ■ Receita fiscal vai atingir um valor histórico acima dos 70 mil milhões. Impostos indiretos dão o principal contributo: mais 2,1 mil milhões com a grande fatia a caber ao IVA.

Lígia Simões

lsimoes@medianove.com

O Governo estima arrecadar, no próximo ano, 70.672 milhões de euros em impostos, mais 2.864 milhões (4,2%) essencialmente devido aos impostos indiretos. O IVA e o ISP são os impostos que mais contribuem para o aumento da receita com acréscimos de 1.526 milhões e 186 milhões, respetivamente. Para este ano, o nível de receita ultrapassa em 3.571 milhões o montante previsto no OE2026 que era 64.237 milhões de euros e é agora revisto para 67.808 milhões. Os impostos indiretos vão pesar 57% da receita fiscal.

De acordo com o documento, o aumento de receita em 2027 resulta da evolução positiva tanto dos impostos diretos, cujo encaixe deverá aumentar 751 milhões (2,5%), quanto dos impostos indiretos, para os quais se prevê um acréscimo de 2.113 milhões de euros (5,5%).

Só o IVA dará um contributo de 30.283 milhões, mais 5,3% (1.526 milhões) para a receita fiscal do Estado, representando 43% da varia-

ção total (no OE2026 contribui com 41%). Segundo o Executivo, “o crescimento da receita do IVA reflete o crescimento do consumo privado nominal”.

No que respeita ao IRC, o Executivo estima que a receita fiscal, em 2027, diminua em 99 milhões, situando-se em 9.605 milhões. Menos 1%, refletindo o corte de 1 p.p. da taxa de IRC.

No IRS, a receita aumenta 3,4% para 20.385 milhões, mais 679 milhões que refletem sobretudo a evolução favorável esperada do emprego e da remuneração por trabalhador. Também este ano a receita do imposto que recai sobre as famílias deverá ficar 1.147 milhões de euros acima face ao inicialmente previsto no OE2026 (18.559 milhões), refletindo o alívio do IRS já sentido este ano as mexidas do Orçamento em vigor.

IVA, ISP e Selo representam mais de metade da receita

A receita do IVA, ISP e Selo vai contribuir com 52% da receita de impostos que irá entrar nos cofres do Estado num total de 36.564 milhões, com a grande fatia a caber ao IVA (30.283 milhões). No que respeita aos Impostos Especiais de Consumo, prevê-se que, em 2027, a receita do ISP aumente em 186 milhões de euros, o que corresponde a uma subida de 5,2% para 3.796 milhões. Este aumento decorre do crescimento esperado no consumo privado. E no Selo, a receita ascenderá a 2.485 milhões (mais 6,1%).

O Executivo estima ainda que a receita do Imposto sobre o Tabaco aumente em 139 milhões de euros (8,1%) e que a receita do Imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes (IABA) aumente 27 milhões de euros (7,5%), atingindo 392 milhões.

Já a receita de ISV deverá ascender a 486 milhões de euros, mais 22 milhões (4,7%) que, segundo o Executivo, decorre do aumento esperado no consumo privado. No Selo, estima-se que a receita venha a crescer em 126 milhões (5,4%) para 2.485 milhões. Também no IUC se prevê um efeito positivo na receita, decorrente da evolução do mercado automóvel. São mais 23 milhões com a receita a totalizar 611 milhões.

Opinião

OE 2027: estabilidade fiscal, mas poucas medidas novas



Pedro Fugas

Country Tax Leader da EY

A Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2027 (PLOE27) confirma uma tendência já observada no exercício anterior: o documento orçamental contém poucas medidas fiscais novas e de alcance estrutural. Esta opção resulta, em parte, de várias decisões com impacto em 2027 terem sido aprovadas ou anunciadas através de iniciativas legislativas autónomas, fora da proposta orçamental.

É o caso da redução da taxa geral de IRC de 19% para 18%, já prevista na trajetória de descida gradual para 17% em 2028. Segundo o Quadro de Políticas Invariantes, esta medida representará uma redução de receita de €300 milhões em 2027. Também a nova descida das taxas de IRS entre o primeiro e o sexto escalões, entre 0,3 e 0,5 pontos percentuais, foi apresentada à margem da PLOE27. O mesmo sucede com o pacote fiscal para a habitação, no qual se destacam a aplicação da taxa reduzida de IVA de 6% a determinadas empreitadas de construção e reabilitação e a redução de 25% para 10% da taxa de IRS sobre rendimentos prediais associados a contratos de arrendamento habitacional com renda moderada.

Neste contexto, as medidas incluídas na proposta assumem sobretudo uma natureza de atualização, prorrogação ou continuidade. Em IRS, prevê-se a atualização dos escalões, da dedução específica e do

mínimo de existência. Os escalões serão atualizados em 3,88%, o mínimo de existência aumentará para €13.580 e a proposta considera uma Retribuição Mínima Mensal Garantida de €970, sujeita a acordo em concertação social. É igualmente prorrogado o Programa Regressar e o incentivo fiscal à habitação dos trabalhadores, mantendo-se o IRS Jovem.

Em matéria patrimonial, são atualizados os escalões de IMT e o valor máximo da isenção aplicável a jovens até aos 35 anos na aquisição da primeira habitação. No IRC, para além da redução da taxa geral já anteriormente legislada, não se preveem alterações relevantes, embora sejam prorrogados vários incentivos fiscais. No IVA, mantém-se a equiparação das faturas em PDF a faturas eletrónicas. Nos impostos especiais de consumo, não são propostas alterações de taxas, incluindo no ISP sobre os combustíveis. Mantém-se ainda as contribuições extraordinárias aplicáveis, entre outros, aos setores bancário, farmacêutico, dos dispositivos médicos e energético.

A reduzida densidade fiscal da proposta traduz uma escolha clara por estabilidade e previsibilidade. A ausência de alterações frequentes pode favorecer o planeamento das famílias e das empresas. Contudo, o documento não aproveita o processo orçamental para introduzir reformas com maior capacidade de estimular o investimento, a capitalização, a poupança ou a oferta de habitação.

Entre as matérias que permanecem por concretizar encontram-se a redução gradual da derrama estadual, prevista no Programa do Governo, e a diminuição das tributações autónomas, rela-

tivamente às quais foi assumido em concertação social o objetivo de uma redução acumulada de 20% até 2028. Também poderiam ter sido simplificados o Regime Fiscal de Apoio ao Investimento e o Incentivo Fiscal à Valorização Salarial, ou ponderado um incentivo temporário ao investimento inspirado no Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento.

Na habitação, subsistem questões técnicas com impacto potencial na atração de capital para o mercado residencial. Entre elas, o alargamento da taxa reduzida de IVA a empreitadas relativas a imóveis adquiridos por investidores para posterior arrendamento habitacional a rendas moderadas. Mantém-se igualmente por resolver o efeito das taxas agravadas de IMI e IMT sobre estruturas de investimento dominadas ou controladas por entidades localizadas em jurisdições incluídas na lista portuguesa de regimes fiscais mais favoráveis, mesmo quando estejam em causa investidores regulados, transparentes e cooperantes.

Para as famílias, seria também justificável reavaliar o limite da dedução de despesas gerais familiares, fixado em €250 por sujeito passivo desde 2015, e desenvolver incentivos fiscais à poupança de médio e longo prazo.

Em suma, a proposta para 2027 privilegia a continuidade e a disciplina orçamental, mas apresenta um conteúdo fiscal limitado. As principais medidas com impacto no próximo ano foram deslocadas para legislação autónoma, ficando por concretizar uma estratégia fiscal plurianual mais abrangente, orientada para o investimento, a poupança e o aumento da oferta de habitação.

35%

Rácio de carga fiscal e contributiva (receitas de impostos e de contribuições sociais) mantém-se em 2027 ao nível deste ano, pela evolução do mercado de trabalho e crescimento salarial.

23,8%

Carga fiscal de impostos em 2027, menos 0,3 p.p. face a este ano com cortes no IRS e IRC, IRS Jovem, Isenção de IMT e IS e pacote fiscal da habitação.



Shape the future
with confidence

**Como pode
Portugal
transformar
a resiliência em
competitividade
a longo prazo?**



Quanto melhor a pergunta. Melhor a resposta.
Melhor trabalha o Mundo.

PRR foi 'shot' de investimento. Haverá agora ressaca?

Dúvidas ■ O Governo acredita que o investimento estrangeiro e outros fundos europeus vão mitigar o fim da 'bazuca'. E argumenta que o PRR tem retirado espaço aos privados. CFP e patrões desconfiam das previsões.

Vítor Rodrigues Oliveira
voliveira@medianove.com

Habitado a receber cheques chorudos da UE, Portugal confrontou-se nos últimos anos com um desafio de outra dimensão: ingerir 22 mil milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em poucos tragos. Só este ano, o OE2027 estima que haja 11 mil milhões de euros de despesa em contabilidade nacional, entre investimento, consumo intermédio e outros gastos associados à "bazuca". Despesa que, nessa mesma ótica contabilística de compromisso, simplesmente desaparece em 2027. Como não sentir a ressaca?

O Governo, pelo menos, espera mitigá-la. É certo que o investimento público deverá cair 32,5% no próximo ano (31% em termos nominais), mas o Executivo também acredita que "uma maior execução dos restantes fundos europeus" e o investimento direto estrangeiro vão manter o investimento total em rota de crescimento: 2% em termos reais (4,3% nominais), depois dos 5,7% estimados para 2026.

Além disso, a 'bazuca' fica agora com o ónus de ter retirado força a investimentos empresariais, considera o Governo no relatório do OE2027. "O fim do ciclo de investimento associado ao PRR abre também espaço para uma maior participação do setor privado no desenvolvimento das infraestruturas nacionais. A concentração de recursos financeiros, técnicos e administrativos na execução do PRR limitou, nos últimos anos, a capacidade de lançar novos projetos assentes em modelos alternativos de financiamento", argumenta o Executivo. No período pós-PRR, será, portanto, "recuperada essa margem de atuação, promovendo



O PRR significou uma injeção de 22 mil milhões de euros na economia

PTRR. 268 milhões com foco em infraestruturas de transportes

■ O Plano de Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR), lançado após as tempestades deste ano, tem inscritos 268 milhões de euros de despesa no OE2027, dos quais 73,5 milhões de despesa efetiva. As verbas destinam-se sobretudo à recuperação de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias afetadas pelas intempéries. Depois da

resposta de emergência às tempestades, o programa deverá também reforçar a proteção civil, as comunicações de emergência e a resiliência digital do Estado. O Governo prevê mobilizar 22,6 mil milhões de euros até 2034, entre financiamento público nacional, fundos europeus e capital privado.

do uma maior mobilização de capital privado para projetos de interesse público".

O relatório aponta para um maior recurso a "parcerias público-privadas, concessões e outros modelos de cooperação com investidores institucionais", que "poderão desempenhar um papel mais relevante, não apenas pela capacidade de financiamento que proporcionam, mas também pelo contributo que podem dar em matéria de gestão, inovação, eficiência e partilha de risco". O Governo quer que o investimento deixe "de assentar predominantemente num instrumento extraordinário e temporário".

O Conselho das Finanças Públicas é que tem mais dúvidas. Em termos reais, o crescimento de 2% do investimento total previsto pelo Governo está acima de todas as projeções das instituições de referência, que variam "entre -2,5% do FMI e 1,7% da OCDE", nota o CFP. E a previsão de crescimento do investimento privado, de 13% em termos nominais, é vista como particularmente ambiciosa. "Este aumento do investimento privado, a verificar-se, seria o mais elevado desde 2017 excluindo o período marcado pela pandemia (2020-2022) e compara com um aumento médio de 9,4% entre 2015-2019 e 8,0% entre 2023-2025", sinaliza a entidade. Ainda por cima, recorda, esperam-se "condições de financiamento mais restritivas para as famílias e empresas".

O presidente da CIP também desconfia das previsões. "Estou preocupado com o investimento", afirma Armindo Monteiro ao Jornal Económico, duvidando que as empresas consigam compensar a quebra do investimento público. O responsável entende que a previsão do Governo é "otimista" e que o OE2027 ficou "órfão do PRR".

Saldo da Segurança Social com revisão em alta de 1,6 mil milhões

■ A Segurança Social deverá terminar este ano com um excedente de 8,1 mil milhões de euros, em contabilidade nacional, bem acima do inicialmente previsto para 2026. São mais 1,6 mil milhões de euros (+24%) do que o Governo tinha inscrito há um ano no OE2026.

Em contabilidade pública, a revisão em alta do saldo é de 1,3 mil milhões, explicada em grande medida pela despesa, que deverá ficar 888 milhões abaixo do inicialmente orçamentado. Entre as despesas revistas em baixa estão as pensões (menos 381 milhões de euros), a parentalidade (menos 114 milhões) e o complemento solidário para idosos (menos 58 milhões).

A receita, por outro lado, deverá superar o previsto em 437 milhões, com as contribuições e quotizações a renderem mais 270 milhões. Já as transferências de fundos europeus ficam 349 milhões abaixo do previsto.

Excedente sobe 9% em 2027

No próximo ano, o excedente da Segurança Social deverá continuar a subir, desta vez para 8,9 mil milhões de euros, mais 9% do que em 2026.

O Governo antecipa aumentos da despesa de 31,7% na parentalidade e de 15,6% no complemento solidário para idosos, devido à melhoria das condições de atribuição e à subida do valor de referência desta prestação em 50 euros mensais. Esses aumentos, no entanto, partem de estimativas para 2026 revistas em baixa.

Por sua vez, as contribuições e quotizações devem subir 7,8%, à boleia do emprego e dos salários. O Conselho das Finanças Públicas já avisou, no entanto, que as previsões do Executivo para estas duas variáveis assentam em pressupostos otimistas.

Vítor Rodrigues Oliveira

**Ricardo Gomes**

Presidente da Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN)

■ Tem medidas relevantes, mas não nos parece que crie condições para responder aos desafios estruturais da economia e, em particular, da construção e do imobiliário. Apela à substituição do investimento público – que diminui com o fim do PRR – pelo privado, mas não prevê os instrumentos necessários para concretizar essa transição. As dotações orçamentais devem traduzir-se em concursos, adjudicações e obras executadas, com calendários previsíveis, preços adequados aos custos reais e pagamentos atempados. Na habitação, é fundamental passar dos incentivos e dos programas anunciados ao aumento efetivo da oferta, através da construção nova, da reabilitação e da mobilização do investimento público e privado. A redução dos custos de construção, a simplificação de licenciamentos e a estabilidade fiscal são determinantes para acelerar projetos e disponibilizar habitação a preços mais acessíveis. A competitividade das empresas exige também medidas que reduzam a carga fiscal e os custos de produção, nomeadamente no combustível, bem como condições que promovam o investimento, a produtividade, a qualificação profissional e a internacionalização. Contém avanços, mas subsistem prioridades por concretizar. Portugal precisa de uma estratégia integrada, estável e previsível, que mobilize a capacidade das empresas para executar investimento, reforçar a oferta habitacional e modernizar as infraestruturas. Mais do que inscrever verbas no Orçamento, importa garantir a execução e obter resultados concretos para a economia e para os cidadãos.

**José Couto**

Presidente da Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel (AFIA)

■ Sempre dizemos que a economia nacional necessita de ser mais competitiva, isso obriga a que as nossas empresas sejam competitivas, mas obriga a que o Estado tenha políticas que estimulem a competitividade, que reforcem as infraestruturas que o permita, que criem um ambiente de envolvimento competitivo. Portanto, é necessário um programa que reforce e valorize as condições de acréscimo de competitividade. Foco no VAB e na substituição de importações deveria ser um tema a privilegiar. Medidas que favoreçam investimentos para aumentar a intensidade tecnológica e incrementos de produtividade parece-nos incontornável – é imprescindível que o país cresça mais, portanto é necessário construir as condições que permitam que as empresas reforcem o investimento, aumentem a produtividade e criem emprego qualificado, que o haja um plano de investimento público para apoiar o desafiante projeto europeu de reindustrialização. A simplificação e a redução transversal da carga administrativa deverão ser uma prioridade efetiva das políticas públicas.



Pedro Ginjeira do Nascimento
Secretário-geral da Business Roundtable Portugal (BRP)

■ Há 25 anos que Portugal não converge com a UE em produtividade. Em 2000, cada hora trabalhada gerava 67,6% da média europeia. Em 2025, 66,9%. Ajuda a explicar os baixos salários e a dificuldade em financiar melhores serviços públicos. Crescer é um bem público. Redistribuir é necessário. Mas redistribuir a riqueza de uma economia que cres-

ce é mais eficaz e sustentável do que dividir sempre o mesmo bolo. É esse o problema do OE2027: melhora rendimentos hoje, mas pouco muda para criarmos mais riqueza amanhã. Faltam três decisões. Primeiro, o investimento. Em 2027, o investimento público ficará em 2,8% do PIB, contra cerca de 4% na UE. Prorrogar o SIFIDE é positivo, mas apoiar I&D não chega. Precisamos de um crédito fiscal simples e forte ao investimento produtivo. Sem melhores ferramentas não recuperaremos o atraso de produtividade.

Segundo, a progressão salarial. O OE dispersa o alívio do IRS por taxas, escalões, deduções e mínimo de existência, mas não resolve a penalização do sucesso. Numa simulação do BRP, à saída do salário mínimo, um aumento de 150 € brutos custa 186 euros à empresa e entrega apenas 68 euros líquidos ao trabalhador. O restante fica em IRS e contribuições sociais. Propomos reduzir esta penalização marginal de 63% para 33%. Não basta subir o salário mínimo. Precisamos de salários médios muito mais altos.

Terceiro, o crescimento das empresas. A taxa normal de IRC desce para 18%, mas mantém-se a derrama estadual. Penalizamos o sucesso e desincentivamos o crescimento. O BRP propõe eliminar a derrama estadual.

Portugal não está condenado a ser um país de salários baixos. Podemos ser muito mais. Mas temos de investir e de encorajar, em vez de penalizar, o sucesso das pessoas e das empresas. Este Orçamento faz pouco para mudar isso.



Manuel Maria Gonçalves
CEO da Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários (APPII)

■ Confirma que a habitação é uma prioridade e dá continuidade a um caminho importante, criar condições para aumentar a oferta. Os 1.513 milhões de euros previstos para programas de promoção e reabilitação de habitação em 2027 e o financiamento anunciado para 45 mil habitações fora do PRR juntam-se às reformas fiscais e aos instrumentos de incentivo ao investimento apro-

vados em 2026. São medidas relevantes para a construção e o arrendamento a preços moderados. O Governo tem demonstrado abertura para ouvir o setor e trabalhar em soluções estruturais. Essa disponibilidade é importante porque não há resposta à escala de que Portugal precisa sem mobilizar o investimento público, as autarquias e os promotores privados. É fundamental que as reformas sejam aplicadas com estabilidade, clareza e previsibilidade.

São suficientes? Reconhecemos ser impossível exigir a um qualquer Orçamento de Estado que resolva, por si só, um problema desta magnitude acumulado ao longo de vários anos. Importa consolidar as medidas e produzir resultados no terreno. Licenciamento célere, solo disponível, custos compatíveis com os rendimentos das famílias e segurança jurídica são condições para construir mais. A APPII reconhece os passos dados e continuará disponível para trabalhar com o Governo e com os restantes parceiros na concretização destas medidas. O desafio é assegurar condições de estabilidade e previsibilidade que permitam mobilizar investimento privado de longo prazo, viabilizar projetos e aumentar a oferta de habitação à escala de que o país necessita.



Paulo Gonçalves
Diretor executivo da Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos (APICCAPS)

■ Portugal precisa de um Orçamento do Estado que coloque a competitividade empresarial no centro da estratégia económica. Num contexto de crescente concorrência internacional, o país não pode limitar-se a gerir equilíbrios orçamentais: tem de criar condições para produzir mais, inovar e exportar melhor. Em 2027, cinco prioridades devem orientar a política económica: 1) reduzir a fiscalidade sobre as empresas que investem, inovam e criam emprego qualificado; 2) reforçar os incentivos à modernização industrial, à automação e à digitalização; 3) apoiar a internacionalização, a promo-

ção externa e o acesso a novos mercados; 4) acelerar a qualificação dos trabalhadores e a formação técnica, aproximando empresas e sistema de ensino; 5) simplificar o licenciamento, reduzir a burocracia e garantir maior previsibilidade regulatória.



Jorge Pisco
Presidente da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME)

■ Consideramos este um orçamento minimalista, dado que já há opções que foram tomadas fora do OE, como as do IRS, o pacote da habitação ou o IRC. Há quem considere que este é um orçamento de continuidade e até de prorrogação. A nossa opinião é que este é um orçamento minimalista, porque, na realidade, apenas refere, nas 466 páginas do relatório, uma única vez as micro, pequenas e médias empresas (PME). Não dá resposta a nenhuma das questões relacionadas com o custo de vida, as calamidades, o aumento das taxas de juros nem os custos da energia. Para nós, é preocupante perante a situação das PME.

Há um desinvestimento muito grande, tendo em conta que deixa de haver PRR e há uma quebra de 31%. Neste caso, isso vai afetar substancialmente as PME, porque muitas delas trabalhavam com empresas com projetos ligados ao PRR.

E a redução das receitas públicas será para engordar, a nosso ver, os grandes grupos económicos. Temos um conjunto de propostas a apresentar, assentes nas 46 medidas que já apresentamos para o desenvolvimento económico e social do país e que se centram em cinco eixos: finanças, legislação e regulação, transportes e mobilidade, digitalização e transição digital, e formação. É nestes eixos que apresentaremos as nossas propostas, muito ligadas ao arrendamento comercial, às comissões bancárias, aos pagamentos a tempo e horas e aos apoios às empresas afetadas pelas calamidades e tempestades.

Mexidas no IRS dão alívio fiscal até 669 euros

Impostos ■ Atualização dos escalões, que incorporam já o corte de taxas até ao 6.º escalão para este ano, vai resultar num alívio para os trabalhadores dependentes. Salários intermédios e médio-altos são os que mais beneficiam.

Lígia Simões
lsimoes@medianove.com

As mexidas no IRS previstas na proposta do OE2027 passam pela atualização dos escalões em 3,88%, que incorporam já o corte de taxas até ao 6.º escalão previsto para este ano, e vai resultar num alívio para os trabalhadores dependentes. Simulações da consultora EY para o Jornal Económico, apontam para “poupanças” anuais entre 36,57 e 668,45 euros para rendimentos brutos entre 1.500 e 5.000 euros (ver págs 22 e 23).

Contribuintes com rendimentos intermédios e médio-altos são os que beneficiam de uma poupança anual mais elevada. É o caso de contribuintes casados em que cada um ganhe 10.000 euros brutos mensais, que terão uma variação no rendimento líquido anual de 1.397 euros. Contudo, em termos relativos, considerando o efeito conjunto das reduções das taxas até ao 6.º escalão e da atualização dos escalões, o impacto tende a ser mais expressivo nos níveis remuneratórios intermédios. Nos rendimentos mais baixos, a poupança é necessariamente mais reduzida, uma vez que a coleta de IRS já é limitada.

“As alterações nos escalões do IRS traduzem-se num aumento do rendimento líquido para todos os níveis remuneratórios analisados, embora com impactos diferenciados”, explica ao JE Anabela Silva, partner da EY, dando conta de que, em termos relativos, o impacto tende a ser mais expressivo nos salários intermédios entre 2.000 euros a 2.500 euros mensais. Segundo a fiscalista, a alteração dos limites de todos escalões acaba por ter também um impacto positivo para todos os níveis remuneratórios. Saliencia ainda o aumento do limiar mínimo do rendimento coletável para aplicação da taxa adi-

cional de solidariedade (de 80.000 para 89.995 euros), numa medida que levará à aplicação da taxa de solidariedade apenas para os contribuintes do último escalão. Vamos a exemplos. Um trabalhador solteiro, sem filhos, com um salário bruto de 1.500 euros por mês, terá uma poupança anual de 36,57 euros (cerca de três euros mensais) pela atualização dos escalões do IRS e de 65,38 euros (5,4 euros por mês) pelo corte das taxas ainda pendente de aprovação.

Este mesmo trabalhador solteiro, sem filhos, com um salário bruto de 2.000 euros por mês, vê o seu rendimento líquido anual aumentar de 20.832 euros para 20.911 euros, o que representa uma poupança adicional de cerca de 79,32 euros por ano, ou 6,6 euros mensais, apenas por mera atualização dos escalões. Acresce a poupança de 100,38 euros resultante da redução das taxas do IRS que já teve ‘luz verde’ do Parlamento. Ou seja, este contribuinte tem um acréscimo de rendimento líquido anual de 201 euros, cerca de 17 euros mensais.

Se o rendimento mensal for de 2.500 euros, a poupança dos contribuintes solteiros sobe para cerca de 160 euros por ano, apenas por mera atualização dos escalões, a que acresce a poupança de 133,35 euros resultante do corte das taxas. O valor duplica para os contri-

buintes casados, com ou sem filhos, com o mesmo salário bruto, elevando para 320 euros o acréscimo do rendimento líquido anual devido à atualização dos escalões. Soma-se ainda, neste caso, 266,7 euros da redução de taxas, num total de 587 euros anuais.

Já para rendimentos de 5.000 euros mensais ou superiores, a poupança individual para contribuintes solteiros ascende a 334,23 euros anuais apenas por mera atualização dos escalões, somando-se a poupança de 171,38 euros, resultante da redução das taxas. Contas feitas, neste caso, o acréscimo do rendimento líquido anual ascende a 506 euros, ou 42 euros por mês. Com o mesmo salário bruto, os contribuintes casados, com ou sem filhos, asseguram uma poupança anual de 668,45 euros e mais 342,76 euros pelo corte de taxas do IRS previsto para este ano. Ou seja, um acréscimo de rendimento líquido anual total de 1.011,21 euros.

Para contribuintes com rendimentos mensais de 10.000 euros, a poupança ascende a 698,38 euros, devido ao aumento do limite do rendimento coletável para aplicação da taxa adicional de solidariedade (apenas por mera atualização dos escalões, a que acresce a poupança de 171,38 euros resultante da redução das taxas ainda pendente de aprovação).

Escalões do IRS

RENDIMENTO COLETÁVEL (EUROS)	TAXAS %	
	Normal	Média
Até 8 666	12,20	12,200
De mais de 8 666 até 13 075	15,20	13,212
De mais de 13 075 até 18 530	20,70	15,416
De mais de 18 530 até 23 985	23,60	17,277
De mais de 23 985 até 30 538	30,60	20,136
De mais de 30 538 até 44 762	34,60	24,732
De mais de 44 762 até 48 373	43,10	26,104
De mais de 48 373 até 89 995	44,60	34,658
Superior a 89 995	48,00	-

Escalões de IRS sobem 3,88%

Os escalões do IRS vão ser atualizados em 3,88% no próximo ano, abaixo do referencial de 4,5% para os aumentos salariais do setor privado. Contribuintes com aumentos salariais superiores ao valor da atualização dos escalões arriscam a ver o imposto agravado no próximo ano. Já o ministro das Finanças assegura que existe neutralidade fiscal para quem tenha aumentos salariais de até 4,5%. Justifica com a conjugação da subida dos escalões com a atualização do mínimo de existência e o ajustamento na dedução específica, que permite que uma parcela do rendimento bruto fique livre de imposto. Com esta atualização, o primeiro escalão passa de 8.342 para 8.666 euros e o limite superior do oitavo escalão sobe de 86.634 para 89.995 euros. Quanto às taxas de IRS, mantêm-se os valores previstos na redução adicional do imposto, que já teve luz verde do Parlamento: de 0,3 p.p no 1.º escalão; de 0,5 p.p do 2.º ao 5.º escalão e de 0,3 p.p no 6.º escalão. No 7.º ao 9.º escalões são mantidas as taxas normais.



Programa Regressar prolongado mais um ano

A proposta prevê o prolongamento por mais um ano do programa “Regressar”, criado em 2019 para atrair o regresso de ex-residentes fiscais em Portugal, que tenham estado fora durante pelo menos cinco (inicialmente três) anos, e que expirava no final deste ano. Assim, este regime será aplicável aos contribuintes que se tornem fiscalmente residentes até 2027 e que não tenham sido considerados residentes em território português em qualquer dos cinco anos anteriores, tenham sido residentes em território português em qualquer período antecedente e tenham a sua situação tributária regularizada.



CSI vai aumentar 50 euros

O valor de referência do complemento solidário para idosos (CSI) vai subir 50 euros, atingindo 720 euros no próximo ano. A despesa total com esta prestação, que serve para complementar os outros rendimentos do beneficiário, deverá atingir o montante de 100 milhões de euros. O Executivo tem como meta aumentar progressivamente o valor de referência do CSI até atingir os 870 euros em 2029 e equiparar ao valor do salário mínimo nacional na próxima legislatura.

Dedução das rendas aumenta para 1.000

Os inquilinos poderão deduzir 1.000 euros das rendas pagas na declaração de IRS relativa a 2027, mais 100 euros do que o limite aplicável este ano. Para os contribuintes com rendimentos coletáveis enquadrados no primeiro escalão de IRS, o teto sobe de 900 para 1.000 euros. A dedução mantém-se fixada em 15% das rendas suportadas com habitação própria ou permanente. O benefício efetivo depende do montante anual de rendas pago e do rendimento coletável.



Alívio do IRS dos mais ricos

O limiar mínimo a partir do qual é aplicada a taxa de solidariedade sobe de 80.000 para 89.995 euros de rendimento coletável anual, pelo que passa a aplicar-se apenas ao último escalão do rendimento coletável. Este limiar mínimo mantinha-se inalterado desde 2013, tendo as sucessivas atualizações dos limiares dos escalões de rendimento coletável implicado que a taxa adicional de solidariedade se aplicasse atualmente já a rendimentos coletáveis enquadrados a partir do oitavo escalão. A taxa mantém-se nos 2,5% para quem tenha rendimentos coletáveis compreendidos entre 89.995 e 250.000 euros. Acima desse valor, continua a aplicar-se uma taxa de 5% sobre o excedente, com a taxa de solidariedade a passar a aplicar-se apenas ao último escalão.

Quem ganha até 970 euros não vai pagar IRS



O patamar de isenção de IRS em 2027 para quem tem rendimentos mais baixos vai depender do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) do próximo ano, mas, para já, a proposta orçamental assegura que este referencial abrangerá, pelo menos, o novo salário mínimo, de 970 euros. A atualização do mínimo de existência no IRS prevê que “o valor de referência do mínimo de existência é igual ao maior valor entre 13.580 euros e 1,5×14×IAS. Este ano, o valor era equivalente ao maior valor entre 12.880 euros e 1,5×14×IAS, ou seja, 920 euros. O mínimo de existência é uma regra do IRS que garante uma isenção total ou parcial do imposto para quem tem rendimentos mais baixos e, para isso, a lei prevê um valor fixo de rendimento até ao qual os contribuintes não pagam qualquer valor de IRS, havendo, depois, uma redução do imposto para quem tem rendimentos acima desse valor.

no IRS euros

até 1.000
claração
00 euros
ano. Para
ntos
meiro
1.050
antém-

pria e
vo
e rendas
el.



Dedução específica e novos escalões dão alívio de 431 milhões

A atualização dos escalões do IRS e da dedução específica, valor que se subtrai ao rendimento bruto anual dos trabalhadores antes de se calcular o IRS a pagar, têm um impacto de 431 milhões de euros. A atualização da dedução fixa, atualmente em 4.587,09 euros, não é identificada na proposta do OE2027 ainda que o Executivo quantifique o custo de ambas as medidas.

Opinião

IRS 2027: algum alívio, mas os desafios permanecem



Anabela Silva
Partner/Principal | People
Advisory Services

As medidas contempladas em sede de IRS na Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2027, apresentada pelo Governo a 8 de outubro, eram já previsíveis, mantendo a trajetória dos anos mais recentes de algum alívio fiscal para as famílias portuguesas, ainda que, no cômputo global se preveja que, em 2027, a receita de IRS cresça cerca de 3,4%, para mais de 20 mil milhões de euros.

Este desagrevamento fiscal resulta da conjugação de várias medidas, entre as quais a atualização dos limiares mínimos e máximos dos escalões de rendimento coletável em cerca de 3,88% (aquém dos 4,5% constantes do acordo de valorização dos rendimentos), do limiar mínimo do escalão de rendimento coletável a partir do qual se aplica a taxa adicional de solidariedade (que sobe de €80.000 para €89.995), da atualização do mínimo de existência (em linha com a atualização da retribuição mínima mensal garantida de €920 para €970) e da atualização da dedução específica, medidas com um impacto orçamental estimado de cerca de 550 milhões de euros.

Este alívio acresce à redução das taxas de IRS entre 0,3 e 0,5 pontos percentuais até ao 6.º escalão já aprovada na Assembleia da República a 9 de outubro de 2026, e cujos reflexos serão sentidos já no próximo mês de novembro, em virtude de o Governo ter determinado uma redução em 50% das retenções na fonte aplicáveis aos rendimentos do trabalho e às pensões pagas durante o mês de novembro, incluindo o subsí-

dio de Natal devido nesse mês, com exceção dos rendimentos cujo valor mensal exceda cerca de 20.200 euros no caso do trabalho dependente e 18.500 euros nas pensões. Esta redução na retenção na fonte terá, naturalmente, um impacto no imposto devido no final do ano, pelo que importará que os contribuintes acautelem devidamente este efeito.

Para além destas medidas, importa referir o prolongamento do Programa Regressar, que expirava no final deste ano, sendo agora o regime estendido por mais um ano e aplicável aos contribuintes que se tornem fiscalmente residentes até 2027 e cumpram as restantes condições do regime, e que se destina a atrair o regresso da diáspora portuguesa (mas não só), tendo abrangido até meados de 2025, segundo dados veiculados pelos media, mais de 36.000 beneficiários.

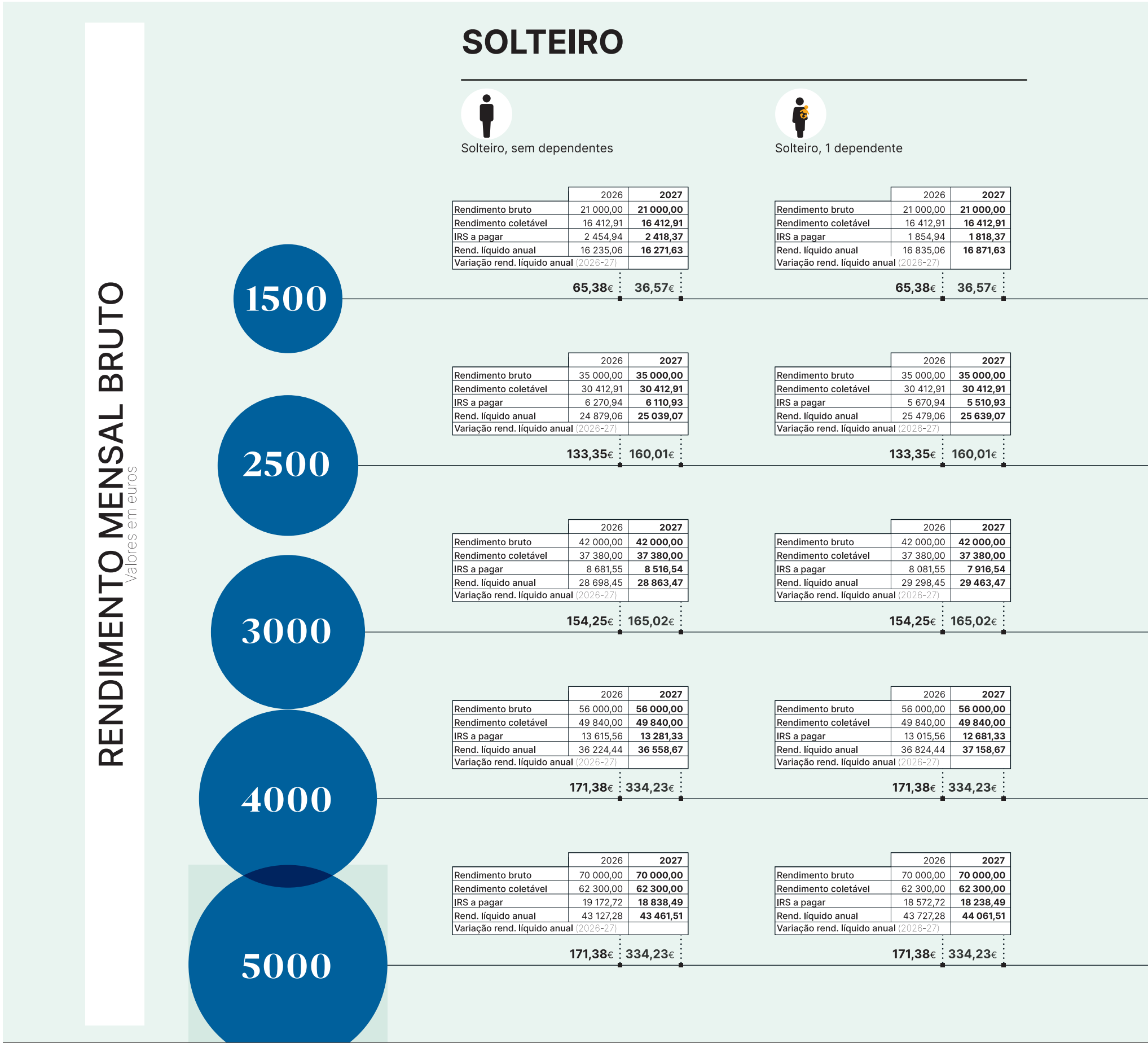
Foi ainda prolongada a medida do incentivo fiscal à habitação dos trabalhadores e continuará a ser aplicada a isenção de IRS e de Segurança Social nos prémios, medida esta que, no entanto, entendemos continuar a ser de aplicação limitada, pelo facto de apenas abranger o caso de prémios pagos de forma voluntária e sem carácter regular e nas condições previstas no incentivo à valorização salarial.

Na atual conjuntura, estas medidas parecem ainda escasas para que as famílias portuguesas possam endereçar os desafios associados ao aumento do custo de vida, impulsionado pelo preço dos combustíveis e habitação, podendo ponderar-se medidas adicionais como o aumento da dedução à coleta das despesas gerais familiares, o aumento dos limites individuais e globais de deduções à coleta em face, por exemplo, do aumento das despesas de saúde e educação, dedução com juros de dívidas de crédito à habitação, bem como o alargamento de benefícios associados à poupança e capitalização das famílias.

Simulações

VEJA OS EFEITOS DA ATUALIZAÇÃO DOS ESCALÕES DE IRS N

As mexidas no IRS previstas na proposta do OE2027 que passam pelas atualizações dos escalões em 3,88%, e que incorporam já o corte de taxas até ao 6.º escalão previsto para este ano, vão resultar num alívio para os trabalhadores dependentes. A atualização fica abaixo do referencial de 4,5% para os aumentos salariais do setor privado. Mas o ministro das Finanças assegura que existe neutralidade fiscal, justificando com a conjugação da subida dos escalões com a atualização do mínimo de existência e o novo patamar da dedução específica. Quanto às taxas de IRS, mantêm-se os valores de redução adicional do imposto entre 0,3 p.p e 0,5 p.p até ao 6.º escalão para 2026, que já teve luz verde do Parlamento. Com as novas mexidas na proposta do OE2027, os contribuintes com rendimentos intermédios e médio-altos são os que beneficiam de uma poupança anual mais elevada. Simulações da consultora EY para o JE,



O IMPOSTO A PAGAR E RENDIMENTO LÍQUIDO

apontam para “poupanças” anuais entre 36,57 e 668,45 euros para rendimentos brutos entre 1.500 e 5.000 euros pela atualização dos escalões. É o caso de um trabalhador solteiro, sem filhos, com um salário bruto de 1.500 euros por mês, terá um aumento no rendimento líquido anual de 36,57 (cerca de três euros mensais) e de 65,38 euros (5,4 euros por mês) pelo corte das taxas do IRS, num total de 101, 95 euros. Já os contribuintes casados, com ou sem filhos, com um salário bruto de 5.000 euros asseguram uma poupança anual de 668,45 euros e mais 342,76 euros pelo corte de taxas do IRS previsto para este ano. Ou seja, um acréscimo de rendimento líquido anual total de 1.011,21 euros.

Pressupostos assumidos

1 - As presentes simulações foram efetuadas com base nas regras fiscais em vigor à data de preparação dos cálculos e visam quantificar a variação no rendimento líquido, decorrente da redução das taxas de IRS aplicáveis aos rendimentos de 2026, aprovada em Conselho de Ministros a 17 de setembro de 2026 (e ainda pendentes de aprovação por parte da Assembleia da República, previsivelmente a 9 de outubro) e a atualização dos escalões prevista na Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2027.

2 - A remuneração base atual considerada corresponde a 14 meses do rendimento bruto mensal.

3 - Nas presentes simulações, estamos a assumir os seguintes cenários: solteiro sem filhos, solteiros com dependentes e casados com e sem dependentes.

4 - Nas simulações, por simplificação, estamos a assumir que os dependentes têm todos idades superiores a 6 anos, pelo que a dedução correspondente será de Euro 600, por dependente.

5 - O rendimento líquido é apurado da seguinte forma: rendimento bruto - contribuições para a Segurança Social (11% do rendimento bruto) - IRS a pagar.

6 - Para efeitos de dedução específica, assumimos o valor de Euro 4.587,09 para o ano de 2026 e, nos cálculos acima, mantém-se o valor para o ano de 2027 uma vez que não foi publicada qualquer informação relativa ao valor do Indexante dos Apoios Sociais para 2027.

CASADO

TRIBUTAÇÃO CONJUNTA - 2 TITULARES



Casado, sem dependente

	2026	2027
Rendimento bruto	42 000,00	42 000,00
Rendimento coletável	32 825,82	32 825,82
IRS a pagar	4 909,88	4 836,73
Rend. líquido anual	32 470,12	32 543,27
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

130,76€

73,15€



Casado, 1 dependente

	2026	2027
Rendimento bruto	42 000,00	42 000,00
Rendimento coletável	32 825,82	32 825,82
IRS a pagar	4 309,88	4 236,73
Rend. líquido anual	33 070,12	33 143,27
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

130,76€

73,15€



Casado, 2 dependentes

	2026	2027
Rendimento bruto	42 000,00	42 000,00
Rendimento coletável	32 825,82	32 825,82
IRS a pagar	3 709,88	3 636,73
Rend. líquido anual	33 670,12	33 743,27
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

130,76€

73,15€

	2026	2027
Rendimento bruto	70 000,00	70 000,00
Rendimento coletável	60 825,82	60 825,82
IRS a pagar	12 541,88	12 221,85
Rend. líquido anual	49 758,12	50 078,15
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

266,70€

320,02€

	2026	2027
Rendimento bruto	70 000,00	70 000,00
Rendimento coletável	60 825,82	60 825,82
IRS a pagar	11 941,88	11 621,85
Rend. líquido anual	50 358,12	50 678,15
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

266,70€

320,02€

	2026	2027
Rendimento bruto	70 000,00	70 000,00
Rendimento coletável	60 825,82	60 825,82
IRS a pagar	11 341,88	11 021,85
Rend. líquido anual	50 958,12	51 278,15
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

266,70€

320,02€

	2026	2027
Rendimento bruto	84 000,00	84 000,00
Rendimento coletável	74 760,00	74 760,00
IRS a pagar	17 363,10	17 033,07
Rend. líquido anual	57 396,90	57 726,93
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

308,50€

330,03€

	2026	2027
Rendimento bruto	84 000,00	84 000,00
Rendimento coletável	74 760,00	74 760,00
IRS a pagar	16 763,10	16 433,07
Rend. líquido anual	57 996,90	58 326,93
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

308,50€

330,03€

	2026	2027
Rendimento bruto	84 000,00	84 000,00
Rendimento coletável	74 760,00	74 760,00
IRS a pagar	16 163,10	15 833,07
Rend. líquido anual	58 596,90	58 926,93
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

308,50€

330,03€

	2026	2027
Rendimento bruto	112 000,00	112 000,00
Rendimento coletável	99 680,00	99 680,00
IRS a pagar	27 231,11	26 562,66
Rend. líquido anual	72 448,89	73 117,34
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

342,76€

668,45€

	2026	2027
Rendimento bruto	112 000,00	112 000,00
Rendimento coletável	99 680,00	99 680,00
IRS a pagar	26 631,11	25 962,66
Rend. líquido anual	73 048,89	73 717,34
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

342,76€

668,45€

	2026	2027
Rendimento bruto	112 000,00	112 000,00
Rendimento coletável	99 680,00	99 680,00
IRS a pagar	26 031,11	25 362,66
Rend. líquido anual	73 648,89	74 317,34
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

342,76€

668,45€

	2026	2027
Rendimento bruto	140 000,00	140 000,00
Rendimento coletável	124 600,00	124 600,00
IRS a pagar	38 345,43	37 676,98
Rend. líquido anual	86 254,57	86 923,02
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

342,76€

668,45€

	2026	2027
Rendimento bruto	140 000,00	140 000,00
Rendimento coletável	124 600,00	124 600,00
IRS a pagar	37 745,43	37 076,98
Rend. líquido anual	86 854,57	87 523,02
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

342,76€

668,45€

	2026	2027
Rendimento bruto	140 000,00	140 000,00
Rendimento coletável	124 600,00	124 600,00
IRS a pagar	37 145,43	36 476,98
Rend. líquido anual	87 454,57	88 123,02
Variação rend. líquido anual (2026-27)		

342,76€

668,45€



Eduardo Teixeira
Deputado do Chega

■ O OE para 2027 é, na nossa avaliação, um orçamento de continuidade, sem a ambição reformista de que Portugal necessita. Apesar das medidas fiscais anunciadas, não encontramos uma redução suficientemente expressiva da carga fiscal sobre famílias e empresas. Persiste um modelo assente numa elevada receita fiscal, sem uma estratégia convincente de combate ao desperdício e à despesa pública desnecessária (...). Portugal precisa de respostas mais eficazes para o custo de vida, a habitação, a saúde, os salários e as pensões, bem como de condições que estimulem o investimento e a competitividade das empresas. É fundamental definir prioridades, reformar o Estado e garantir que cada euro dos contribuintes é utilizado com rigor e transparência. Precisamos também de serviços públicos que funcionem e de políticas que valorizem quem trabalha e produz riqueza (...)



Eurico Brilhante Dias
Líder parlamentar do PS

■ Este OE confirma a fraude eleitoral do programa da AD. 2027 era o ano em que o país iria crescer 3%, uma meta que os atuais governantes achavam que era “fácil” atingir. Porém, as perspetivas atuais estão todas em torno 2%. Pusemos condições e o Governo respondeu. As quatro condições eram públicas desde agosto. O primeiro-ministro mostrou-se disponível para as cumprir. O PS cumpre a sua palavra. O PS não acrescenta uma crise às crises (...) As contas estão no limite das regras europeias, essencialmente por opções fiscais erradas do Governo. Vamos acompanhar a execução. As condições do PS já trouxeram resultados positivos. O Governo anunciou uma linha de até 200 milhões de euros no OE2027 para concluir os projetos do PRR e deu garantias de que não irá mexer nas pensões (...). Este OE revela que o Governo desistiu do país, desistiu do crescimento económico, e desistiu também de dar resposta ao agravamento do custo de vida (...)



Mário Amorim Lopes
Líder parlamentar da IL

■ Este OE é um orçamento incapaz de resolver os problemas dos portugueses. É um orçamento que continua a aumentar a despesa e que tem uma descida de impostos mínima, e isso é algo que continuará a ser denunciado pela Iniciativa Liberal. Num momento difícil em que o custo de vida aumenta todos os dias e de forma galopante, nunca é o Estado a fazer o esforço, são sempre os contribuintes que ano após ano veem o Estado a ir-lhes ao bolso. Portugal precisa de um Orçamento que tenha a coragem de romper com a estagnação económica, que devolva poder de compra às famílias, que permita às empresas investir e criar riqueza e que dê aos jovens condições para construírem o seu futuro no país. Mas o Governo continua a preferir gerir o dia-a-dia em vez de resolver os problemas. Este é um Orçamento que se preocupa mais em alimentar a máquina do Estado do que em libertar o potencial da economia portuguesa (...)



Isabel Mendes Lopes
Porta-voz do Livre

■ O Livre entende que este Orçamento não é para o país que temos nem para o país que precisamos de ter. Não apoia as famílias, não alivia o aumento do custo de vida, nem resolve a crise na habitação. Dá borlas fiscais a quem não precisa delas e coloca em risco a classe média e as famílias mais vulneráveis. Quando o Governo desce o IRS e não mexe no IVA faz com que o sistema fiscal dependa mais de um imposto que pesa proporcionalmente mais em quem ganha menos, porque essas famílias têm de gastar quase todo o rendimento (...) Propomos o aumento do valor do abono de família e a majoração dos apoios sociais para as famílias monoparentais. Queremos melhores respostas para a nossa velhice, acessíveis a qualquer família, através de uma rede pública de lares. Propomos um rendimento de coesão, que lute contra o despovoamento do interior e permitindo melhores condições para viver, trabalhar e envelhecer com dignidade em Portugal (...)



Paula Santos
Líder parlamentar do PCP

■ A proposta de OE para 2027 é um frete ao capital e um desastre para o País. Numa situação marcada pelo aumento do custo de vida, pelo aprofundamento de injustiças e desigualdades, pela degradação dos serviços públicos, por uma crise no acesso à habitação, pelos impactos das intempéries, a proposta de OE não só ignora como aprofunda todos estes problemas (...) Esta proposta de OE dá cobertura aos baixos salários e pensões, aos benefícios fiscais e rendas ao capital, à degradação dos serviços públicos e à privatização de sectores e empresas, à submissão à UE e à NATO e ao favorecimento dos grupos económicos e multinacionais. Os trabalhadores e o povo não aguentam mais a política de baixos salários e pensões. O Governo quer limitar o SMN aos 970 euros em 2027, quando em Espanha esse valor ultrapassou os 1220 euros em 2026 (...)



Fabian Figueiredo
Deputado do BE

■ O Bloco de Esquerda rejeita um OE que concede borlas fiscais a quem lucra com a crise e ignora o agravamento do custo de vida (...). Em alternativa, o Bloco de Esquerda propõe cinco prioridades: 1) repor o IRC nos 21% para lucros acima de 50 milhões de euros e tributar os lucros excessivos da banca, da energia e da grande distribuição; 2) no custo de vida, aplicar o IVA zero num cabaz alimentar essencial, associado a acordos de controlo de preços; 3) nos combustíveis, reduzir o IVA para 13% e fixar preços máximos diários que limitem as margens das petrolíferas; 4) na habitação, impor tetos às rendas, revogar o benefício fiscal para contratos até 2300 euros, permitir a dedução dos juros no IRS e criar o Trvão Caixa, para que a CGD absorva o impacto da subida da Euribor; 5) na Segurança Social, duplicar o AIMI sobre o património imobiliário de luxo para reforçar o Fundo de Estabilização Financeira e valorizar as pensões (...)



Inês Sousa Real
Deputada do PAN

■ Para o PAN, este OE fica aquém dos problemas do país e das dificuldades que as pessoas enfrentam, agravadas pelo aumento do custo de vida. Falta ambição para proteger quem tem menos rendimentos e responder às necessidades na habitação, na saúde, no ambiente e na proteção animal (...) Defendemos a redução do IVA dos serviços médico-veterinários de 23% para 6%, porque os cuidados de saúde dos animais são uma necessidade e representam um encargo significativo para muitas famílias. Na habitação, é urgente reforçar acesso a casas a preços comportáveis e permitir a dedução dos juros do crédito à habitação no IRS, aliviando o esforço de quem enfrenta prestações elevadas. O PAN defende a baixa remunerada a 100% para os doentes oncológicos e o reforço dos benefícios fiscais, para que à doença não se some a perda de rendimentos e a insegurança financeira (...)



Miguel Ganança
Deputado do JPP

■ O OE 2027 contém melhorias de rendimento que valorizamos, mas oferece uma resposta ainda parcial aos problemas do país. Reconhecemos o reforço do Complemento Solidário para Idosos, a valorização salarial e o alívio fiscal. A nossa avaliação exige, porém, perceber quanto sobra às famílias depois de pagarem a habitação, a alimentação e a energia (...) Nas empresas, a descida do IRC pode beneficiar quem tem lucro tributável, dependendo da taxa aplicável. A competitividade exige igualmente energia e transportes a custos comportáveis, pagamentos atempados e uma Administração que decida com rapidez. É por essa combinação que se criam condições para investir e pagar melhores salários. Defendemos contas públicas sustentáveis e maior exigência sobre os grandes encargos do Estado (...)

**Carlos Cortes**

Bastonário da Ordem dos Médicos

Uma das minhas grandes preocupações é a redução de cerca de 350 milhões de euros na rubrica dos bens e serviços, uma diminuição de aproximadamente 4,5%. Estamos a falar de materiais e consumíveis necessários ao funcionamento diário dos hospitais e centros de saúde. Se não é possível comprar material, consumíveis, se aí vai haver um obstáculo, obviamente que quem vai sofrer novamente é o doente. Não podemos prometer mais consultas e cirurgias sem garantir os meios necessários para as realizar. Ou investimos efetivamente na saúde, ou mantemos esta rubrica, pelo menos, estável, ou não podemos prometer aquilo que é impossível.

**Cristina Siza Vieira**

Vice-presidente executiva da Associação Hotelaria de Portugal

■ Apresenta medidas positivas, como a descida do IRC e a manutenção dos incentivos à valorização salarial, e reitera o que vem de trás de incentivo à habitação dos trabalhadores. A AHP tem defendido sistematicamente incentivos fiscais e mecanismos que valorizem o emprego e estimulem a mobilidade geográfica dos trabalhadores. Contudo, continuam por encontrar respostas, nomeadamente quanto ao ponto crítico de habitação dos trabalhadores deslocados – mais uma vez, o que o OE consagra fica bem aquém do necessário e proposto pela AHP, e deixa por esclarecer as dúvidas que já se colocavam, e quanto à criação de condições mais favoráveis ao investimento na renovação, modernização e em medidas de conversão para maior sustentabilidade e eficiência energética das unidades hoteleiras. Num outro plano, consideramos fundamental, e uma omissão grave a sua ausência, a definição de critérios nacionais claros para a criação de taxas turísticas pelos Municípios, critérios esses que cada vez mais são, a nosso ver, essenciais. Num setor essencial para o nosso País, a política fiscal deve acompanhar o esforço das empresas para investir, qualificar o emprego e reforçar a competitividade de Portugal enquanto destino turístico.

**José Neves**

Presidente do AED Cluster Portugal

■ Prevê uma dotação de investimento superior a 855 milhões de euros para a Defesa, o que constitui uma oportunidade para prosseguir a modernização das Forças Armadas (FA) e o reforço das capacidades nacionais, num contexto de profundas transformações geoestratégicas e tecnológicas. Este esforço deverá contribuir simultaneamente para a prontidão operacional das FA e para o desenvolvimento da base tecnológica e industrial nacional. A sua concretização deverá traduzir-se em oportunidades para as empresas, universidades e centros de investigação portugueses, promovendo o desenvolvimento tecnológico, a capacidade produtiva, o emprego qualificado e a integração em cadeias de valor internacionais. Importa, por isso, acompanhar os resultados deste investimento não apenas na dimensão operacional, mas também pelo seu impacto na economia nacional.

**Ana Jacinto**

Secretária-geral da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP)

■ Fica aquém das expectativas da AHRESP. Permanecem por endereçar matérias essenciais para devolver margem e capacidade de investimento às empresas, designadamente as duas medidas que identificámos como prioritárias: a harmonização da taxa intermédia de IVA nos serviços de alimentação e bebidas e a redução da carga contributiva sobre os rendimentos do trabalho suportada pelas empresas. Nenhuma delas encontra, nesta fase, tradução na proposta de lei. Não se trata de um pormenor mas de medidas estruturantes de que todas as outras dependem, porque determinam a capacidade das empresas para investir, inovar, qualificar e valorizar os seus profissionais. A modernização dos estabelecimentos, a adoção de novas ferramentas e a formação das equipas financiam-se com a margem que subsiste depois de suportados impostos, contribuições, energia, matérias-primas e demais custos de exploração. Quando essa margem é escassa, ou inexistente, o investimento deixa simplesmente de ser possível.

**José Eduardo Carvalho**

Presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP)

■ Saúda-se a preocupação de manter um excedente orçamental e de prosseguir a diminuição da dívida pública, num período de subida das taxas de juro e inquietações nos EUA e França. Embora já estivesse acordado, a descida do IRC também é muito importante, para impulsionar o investimento privado, que permanece abaixo da média histórica. A tão referida Reforma do Estado continua a não se notar no quotidiano das empresas e também não nas contas públicas. Aquilo que o Estado gasta consigo próprio (Despesas com pessoal + consumos intermédios) passarão de 15,4% do PIB em 2026 para 15,5% do PIB em 2027.”

**Gonçalo Lobo Xavier**

Diretor-Geral da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED)

■ Podia ser mais arrojada, no alívio fiscal e nos incentivos ao investimento, à criação de emprego e à valorização salarial. Dado o contributo do setor do retalho, tanto alimentar como especializado, que criou 22 mil novos postos de trabalho entre 2020 e 2025 e investiu, só em 2025, mais de 40,9 milhões de euros em formação, seria desejável que o OE previsse incentivos à requalificação profissional. O que esperamos que possa ainda acontecer na discussão na especialidade. Esperamos, igualmente, que a simplificação e a desburocratização possam ter lugar de destaque na discussão sobre o que aí vem para 2027. Mesmo num orçamento deliberadamente “enxuto”, é possível ir mais longe e simplificar a vida das empresas no seu relacionamento com a administração pública. Por isso, a nossa expectativa é que, durante esta discussão, os diversos grupos parlamentares se mostrem receptivos às propostas que a APED”.

**Paulo Amorim**

Presidente da Associação Nacional dos Comerciantes e Exportadores de Vinhos e Bebidas Espirituosas (ANCEVE)

■ O Estado continua a crescer acima daquilo que são as possibilidades do país e dos portugueses e continua a não ter coragem política para conter o crescimento da despesa. A elevada carga fiscal penaliza severamente a classe média e as empresas. As descidas do IRC e do IRS apresentadas no OE2027 continuam a ser insuficientes face à margem orçamental existente. O Orçamento continua a ser um documento de mera gestão corrente, perdendo novamente a oportunidade de potenciar, com ambição, uma verdadeira agenda reformista (na saúde, na educação e no sistema fiscal). O atual modelo orçamental assenta na manutenção do status quo, em vez de potenciar um crescimento económico robusto que tire Portugal da cauda da Europa. O Estado continua a expandir a despesa pública sem que isso se traduza numa melhoria visível na qualidade dos serviços públicos (como o SN). De facto, este Orçamento do Estado revela-se mais uma vez pouco ambicioso, o que contrasta com a imagem que o Governo tenta passar, repetindo vezes sem conta que é “reformador”. Portugal tem de ter a ambição de finalmente vir a ser um País moderno e competitivo. Não é claramente com Orçamentos do Estado como este que vamos lá.

**Paulo Lona**

Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP)

■ A proposta do Orçamento do Estado para 2027 reflete uma opção clara ao canalizar um investimento acrescido para a investigação criminal. Contudo, falha no essencial ao desconsiderar o Ministério Público, titular da ação penal. Reforçar os meios táticos e operacionais da PJ e modernizar a atividade laboratorial forense são medidas importantes, mas insuficientes. Não é menorizando o titular da ação penal que se obtém o proclamado aumento da eficácia das investigações criminais. Sem um investimento equivalente no MP, o sistema continuará descompensado. Urge reforçar os recursos humanos com o aumento substancial da formação de magistrados – o que exige um curso extraordinário –, além de dignificar as suas funções. Manter uma magistratura depauperada e em sobrecarga de trabalho compromete a capacidade de resposta da Justiça.

Renovado incentivo fiscal às empresas que subam salários

Benefícios fiscais ■ É renovado o incentivo fiscal para empresas que aumentem salários em 4,5% e prolongada isenção de IRS e TSU nos prémios de produtividade e de desempenho.

Lígia Simões
lsimoes@medianove.com

A proposta do OE2027 prevê a alteração aos requisitos de acesso ao incentivo fiscal à valorização salarial, que permite a majoração em 200% dos encargos com aumentos salariais, a deduzir no IRC. Em 2026, o acesso a este benefício, que abrange trabalhadores com contrato de trabalho a tempo indeterminado, estava condicionado a um aumento mínimo de 4,6% da retribuição base anual média na empresa. Para 2027, a proposta reduz este limiar para 4,5%. Exige-se, ainda, que os trabalhadores com retribuição base anual igual ou inferior à retribuição base média anual da empresa beneficiem de um aumento mínimo de 4,5%, referente ao incentivo fiscal à valorização salarial, mantendo-se as restantes condições anteriormente previstas.

Jaime Rocha, partner da EY, aponta críticas a esta medida. Apesar da orientação de continuidade na fiscalidade das empresas, com o corte do IRC, prorrogação do SIFI-DE II e dispensa condicionada do agravamento das tributações autónomas, o fiscalista sinaliza que “esta estabilidade não é acompanhada de uma ambição equivalente na resolução de dificuldades práticas”. Em causa está a redução do limiar de aumento salarial de

4,6% para 4,5%. “Não elimina os requisitos que condicionam o acesso ao incentivo à valorização salarial”. Samenta ainda que também nas obrigações fiscais “importa passar dos sucessivos adiamentos a decisões estruturais, avaliando a necessidade e o modelo de reporte do SAF-T da contabilidade. A previsibilidade é positiva, mas deve traduzir-se em regras mais simples e incentivos efetivamente aplicáveis.”

15.º mês renovado

O OE2027 renova também os prémios de produtividade e desempenho atribuídos pelas empresas aos trabalhadores até ao limite de 6% da retribuição base anual do trabalhador. Para beneficiar da medida, as empresas terão de cumprir determinadas condições de valorização salarial, incluindo aumentos mínimos de 4,5% na remuneração base manual média - o valor do aumento fixado em sede de Concertação Social. É ainda preciso que as empresas subam nessa mesma medida os trabalhadores “que auferiram um valor inferior ou igual à retribuição base média anual da empresa no final do ano anterior”.

À semelhança dos dois últimos anos, estes prémios, ainda que isentos de imposto, vão fazer retenção na fonte em 2027, correspondendo a taxa à que é aplicada à remuneração mensal do trabalho.

A medida está prevista no acordo tripartido sobre valorização salarial e crescimento económico, assinado em outubro de 2024 na Concertação Social e constou, pela primeira vez, no OE2025.

Ficou conhecida como “15.º mês” ao permitir que os empregadores paguem o equivalente a um mês de salário livre de impostos e contribuições, se cumprirem as regras estabelecidas para tal. A isenção fiscal foi proposta pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP), ainda com António Costa na liderança do Governo, mas só foi acolhida pelo Executivo da AD.

Até ao momento, só cerca de 50 mil trabalhadores beneficiaram desta medida, segundo o presidente da CIP com Armindo Monteiro a defender que é preciso “tirar amarras” para que possam ser mais.

IRC desce 1 p.p. para 18% com impacto orçamental de 300 milhões de euros

A taxa do IRC irá descer 1 ponto percentual (p.p.) no próximo ano de 19% para 18%, numa medida já aprovada no Parlamento e que tem um impacto orçamental previsto de 300 milhões de euros em 2027. Esta medida, estando já prevista no Código do IRC, não consta do OE, com o documento a contemplar apenas o seu impacto orçamental. O Parlamento aprovou na especialidade, em outubro do ano passado, a proposta de lei do Governo para reduzir a taxa do IRC para 19% em 2026 e 18% em 2027, numa norma transitória incluída no Código do IRC. A tributação chegará aos 17% em 2028.



Mantém-se o não agravamento das tributações autónomas

A proposta do OE2027 prevê que não se aplique o agravamento de 10 pontos percentuais das taxas de tributação autónoma às empresas com prejuízo fiscal que cumpram determinadas condições: terem registado lucro tributável num dos três anos anteriores e as declarações fiscais em dia, nomeadamente quem tenham cumprido atempadamente as obrigações declarativas referentes à entrega da Modelo 22 e IES, relativas aos dois períodos de tributação anteriores. Ou que o lucro tributável corresponda ao período de tributação de início de atividade ou a um dos dois períodos seguintes.



A isenção fiscal do 15.º mês foi proposta pela CIP, ainda com António Costa na liderança do Governo, mas só foi acolhida pelo Executivo da AD



Entrega de ficheiro SAF-T adiada

A entrega do ficheiro SAF-T da contabilidade estava prevista para os períodos de 2027, com primeira entrega em 2028. A proposta passa-a para os períodos de 2028 e seguintes, com entrega em 2029. É mais um adiamento de um ano, depois dos que já vinham de orçamentos anteriores.

Empresas mantêm benefício fiscal à habitação

Proposta dá continuidade, em 2027, à isenção de IRS e às contribuições sociais nos rendimentos de trabalho em espécie que resultem da utilização de casa de habitação permanente localizada em território nacional, fornecida pela entidade patronal. O benefício fica limitado ao valor das rendas previstas no Programa de Apoio ao Arrendamento, ainda que os imóveis cedidos não tenham de estar incluídos nesse programa. Mantém igualmente uma vantagem fiscal para as empresas. Para apurar o lucro tributável, os imóveis detidos, construídos, adquiridos ou reconvertidos pelas empresas para habitação dos trabalhadores “pode ser aplicada uma quota de depreciação correspondente ao dobro da que resulta da tabela anexa ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro”.



Faturas em PDF até ao fim de 2027

Pelas regras atuais, as faturas em PDF deixam de valer como faturas eletrónicas a 31 de dezembro de 2027. A partir daí, um PDF só conta se levar assinatura eletrónica qualificada, selo eletrónico qualificado ou outro mecanismo que garanta a origem e a integridade do documento. A proposta estende o prazo previsto para o final deste ano.

Governo espera arrecadar 300 milhões com combate à fraude aos combustíveis

Energia ■ Governo usa novo mecanismo de liquidação e cobrança de IVA para combater a fraude. UTAO alerta para risco de menor concretização dado os antecedentes na matéria.

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

O Governo espera arrecadar 300 milhões de euros em 2027 com o combate à fraude nos combustíveis. A rubrica está prevista na proposta do Orçamento do Estado para 2027. Depois de analisado o documento, a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) veio a público questionar as contas do Governo.

A proposta do OE2027 “não disponibiliza informação suficientemente detalhada sobre o seu conteúdo e os mecanismos de implementação, o que limita a avaliação da robustez da medida e a aferição da razoabilidade do impacto orçamental projetado”, segundo a UTAO.

O fiscalista Amílcar Nunes avisa: “não vai acontecer qualquer aumento de impostos” e explica a ideia do Governo. “O combate à fraude vai passar muito, provavelmente, pela implementação do mecanismo de inversão do sujeito passivo em IVA, que é o que se faz quando um legislador quer combater a fraude em IVA, aplica sempre o mecanismo de ‘reverse charge’, o que acontece nas sucatas, na construção civil; este é o meu palpite”, segundo o responsável da EY.

“É sobretudo pela implementação deste mecanismo de liquidação e cobrança de IVA” que o Governo deverá atingir 300 milhões de euros de receitas nesta rubrica. “Não conheço em concreto como é que vai ser o novo mecanismo, é o meu palpite”, sublinha.

Em junho, o Governo aprovou



Fraude nos combustíveis está na mira do fisco, mas UTAO duvida.

um novo regime para os combustíveis, criando a regra de inversão do sujeito passivo, com a responsabilidade pela liquidação do imposto, ao longo da cadeia de comercialização, a passar do fornecedor para o adquirente, até o combustível chegar ao consumidor final.

O objetivo é combater a fraude e evasão fiscal nesta matéria, com a aplicação mensal a ser obrigatória.

O fiscalista dá o exemplo do que aconteceu na construção civil e que agora vai ser aplicado aos combustíveis. “Em vez de ser o construtor a liquidar o IVA, a recebê-lo para entregar ao Esta-

do, essa responsabilidade é transferida para o cliente que autoliquida o IVA. Isto pode ser feito nos combustíveis e certamente que vai reduzir a fraude”, segundo Amílcar Nunes.

“É uma medida de reforço da fiscalização, de monitorização da circulação de combustíveis para se evitar as situações que temos visto no Algarve na zona da fronteira, onde depois são apanhados os camiões carregados de combustível”, afirmou.

Questionada pelo JE, a EPCOL (Associação das Empresas Portuguesas de Combustíveis e Lubrificantes) congratulou a medida. “Desejamos que o Estado seja bem-sucedido. É um sinal de que está ciente da importância do problema”.

A UTAO reforçou a crítica à falta de informação sobre esta medida, não conseguindo “fundamentar a estimativa ou avaliar a sua exequibilidade. Subsiste, assim, um risco de concretização inferior ao previsto, atendendo aos antecedentes de medidas de combate à fraude cuja execução efetiva se revelou menor, ou relativamente às quais a Conta Geral do Estado não disponibilizou informação suficiente para aferir os resultados alcançados”.

Governo aprovou um novo regime para os combustíveis. UTAO deixa críticas à falta de informação sobre a medida alertando para o risco de menor concretização.

Opinião

OE2027: da previsibilidade fiscal à competitividade empresarial



Jaime Rocha
Partner de International Tax and Transaction Services da EY

Num contexto económico internacional marcado pela incerteza, a previsibilidade pode, por si só, constituir um ativo. É talvez essa a principal leitura que as empresas podem retirar da Proposta de Orçamento do Estado para 2027: poucas alterações, manutenção dos principais instrumentos e continuidade na trajetória de redução da tributação sobre as empresas. Mas o tecido empresarial português e os investidores precisam de mais do que estabilidade e é precisamente este o ponto.

Em matéria de IRC, a principal medida para 2027 já estava definida fora do Orçamento: a taxa geral reduz-se de 19% para 18%, prosseguindo uma trajetória que irá levá-la a 17% em 2028. A própria proposta não introduz alterações ao Código do IRC, confirmando uma opção clara pela estabilidade do quadro fiscal.

Também nas tributações autónomas prevalece a continuidade. Mantém-se, em determinadas condições, o afastamento do agravamento associado à existência de prejuízo fiscal, solução que as empresas já conhecem e podem incorporar no seu planeamento.

Esta estabilidade é positiva. Num momento em que empresas e investidores avaliam não apenas taxas nominais, mas também a previsibilidade, simplicidade e segurança dos sistemas fiscais, reduzir a volatilidade legislativa é um fator de competitividade. Mas a estabilidade não deve significar imobilismo.

Este ponto ganha particu-

lar importância quando o investimento é chamado a assumir um papel determinante no crescimento económico. Com a redução progressiva do impulso associado ao PRR, coloca-se a questão de saber como criar condições para um novo ciclo de investimento privado. E é precisamente aqui que a fiscalidade pode passar de elemento de contexto a verdadeiro instrumento de política económica.

Nos benefícios fiscais, encontramos igualmente uma lógica de continuidade, com a manutenção de instrumentos relevantes. No Incentivo Fiscal à Valorização Salarial, o limiar de aumento salarial elegível é ajustado de 4,6% para 4,5%. Mais do que o ajustamento percentual, será importante avaliar se o desenho do regime permite que o incentivo seja efetivamente utilizado pelas empresas que apostam na valorização dos seus trabalhadores.

Também a prorrogação da aceitação das faturas em PDF como faturas eletrónicas até ao final de 2027 e o novo adiamento do SAF-T da contabilidade oferecem tempo adicional às empresas. Aqui, porém, o desafio deveria ir além do adiamento: o objetivo deve ser alcançar modelos estáveis e definitivos, que permitam planear investimentos em tecnologia, sistemas e processos sem sucessivos períodos de transição.

O OE2027 oferece, assim, algo que as empresas valorizam: previsibilidade. O próximo passo deverá ser transformar essa previsibilidade em ambição. Menos alterações legislativas, sim, mas acompanhadas por incentivos fiscais mais simples, estáveis e orientados ao investimento, à inovação e à capitalização das empresas.

Num país que compete por investimento e talento, a fiscalidade não deve ser apenas previsível. Deve ajudar a tornar Portugal uma escolha.

Setor automóvel pede “incentivos mais robustos” para elétricos

Mobilidade ■ Fileira automóvel considera “insuficiente” apoios que esgotaram em “apenas duas horas”. Já a rede de carregamentos defende envelope de 25 milhões com o mesmo valor de cheque para aumentar apoios em quase 3 vezes.

André Cabrita-Mendes
email@medianove.com

O setor automóvel em Portugal exige incentivos “robustos” para promover a mobilidade elétrica.

A ACAP – Associação Automóvel de Portugal considera “fundamental assegurar incentivos mais robustos, com verbas adequadas à procura e maior estabilidade e previsibilidade, bem como promover um enquadramento fiscal mais favorável à renovação e descarbonização das frotas empresariais”.

Esta foi a reação da associação à proposta do Governo para o Orçamento do Estado para 2027.

O documento anuncia a renovação do incentivo aos carros elétricos, mas o valor global do envelope e o valor unitário do cheque serão publicados posteriormente.

A Associação considera “claramente insuficiente a atribuição de apoios destinados a um número reduzido de veículos, que se esgotam em apenas duas horas após a abertura das candidaturas, como aconteceu em junho deste ano. É necessário garantir programas de incentivos com maior abrangência e continuidade, que permitam às famílias e às empresas planear os seus investimentos e contribuam efetivamente para acelerar a transição para uma mobilidade com menos emissões”, segundo a entidade que agrega

o setor automóvel nacional.

Já uma das principais redes de carregamento de carros elétricos em Portugal defendeu um envelope financeiro na ordem dos 25 milhões de euros em 2027 para comprar carros elétricos; depois dos 10 milhões de 2026, mantendo o cheque nos 4 mil euros, daria para apoiar 6.250 aquisições, quase três vezes o valor atual.

“2027 deve ser um ano de consolidação da transição para a mobilidade elétrica, e não de mudança abrupta de regras. Portugal tem conseguido avançar rapidamente e é importante preservar a confiança de consumidores, empresas e operadores”, disse Luís Santiago Pinto, presidente da Powerdot.

Entre janeiro e setembro, foram matriculados quase 189 mil veículos 100% elétricos, pesando 29% do total do mercado.

A Powerdot defende também



Luís Santiago Pinto
Co-fundador e presidente da Powerdot

que os apoios à compra de carros elétricos devem estar focados nos 100% elétricos.

“O objetivo deve ser criar um quadro estável e previsível, que permita a consumidores, empresas e operadores continuar a investir na eletrificação. A previsibilidade das regras é tão importante como o valor dos incentivos. A proposta de 25 milhões de euros para 2027 pretende precisamente garantir que Portugal mantém o ritmo de adoção dos veículos elétricos, enquanto o mercado caminha para uma situação em que estes apoios possam ser progressivamente reduzidos”, segundo Luís Santiago Pinto.

O cheque destinava-se a veículos até 38.500 euros, subindo para 55 mil euros no caso de veículos com mais de cinco luga-



Envelope de 25 milhões daria para apoiar mais de 6 mil aquisições

Álcool, tabaco e ISP sem mexidas

■ Na proposta do OE2027 não há aumento de taxas nos Impostos Especiais sobre o Consumo (IEC), nomeadamente ao nível dos impostos que incidem sobre o Álcool, as Bebidas Alcoólicas e as Bebidas Adicionadas de Açúcar ou Outros Edulcorantes (IABA), sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) e sobre o Tabaco.

No IABA vai manter-se com taxa reduzida de 25% até ao final do próximo ano, a licores e «crème de», às aguardentes destiladas e aguardente de frutos (em determinadas categorias e com certas características), desde que

fabricados exclusivamente a partir de frutos do medronheiro (*Arbutus unedo*), produzidos e destilados nos concelhos previstos na legislação que se encontra atualmente em vigor. No ISP, está previsto que em 2027, o gasóleo colorido e IUC não há alterações de taxas, mantêm-se em vigor o adicional de IUC aplicável aos veículos a gasóleo das categorias A e B. L.S.



Automobilistas vão pagar 4,8 mil milhões em impostos

Automóvel ■ Receitas de impostos ligados ao automóvel - ISV, IUC e ISP - vão subir com o aumento do consumo privado, Setor automóvel critica OE por não contemplar medidas que tem defendido como o abate ou mudanças fiscais.

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

O Governo prevê que os portugueses venham a pagar 4,8 mil milhões de euros em impostos relacionados com o automóvel. A proposta para o Orçamento do Estado para 2027 não prevê o aumento destes impostos, mas sim uma subida das receitas à boleia do aumento do consumo privado.

A maior fatia, de longe, está no Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP), com o Executivo a prever um crescimento de 5,2% nesta receita fiscal para um total de 3.796 milhões de euros. Este valor está muito acima da inflação esperada para o próximo ano, de 2,3%.

Segue-se o Imposto Único de Circulação (IUC) com uma receita prevista de 611 milhões de euros, mais 3,9% face ao ano anterior.

Já a receita do Imposto sobre Veículos (ISV) deverá ascender a 486 milhões de euros, verificando-se um aumento de 4,7% face a este ano, com este crescimento a decorrer do aumen-

to esperado no consumo privado.

A Associação Automóvel de Portugal (ACAP) apresentou este ano um estudo com propostas concretas para o setor, incluindo a "eliminação faseada do imposto ISV ao longo de 10 anos e da componente cilindrada".

Outra das prioridades defendidas pela associação é a criação de um programa de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, que contribua "efetivamente" para a renovação do envelhecido parque automóvel.

Em Portugal, circulam atualmente cerca de 1,8 milhões de veículos ligeiros de passageiros com mais de 20 anos, representando mais de 28% do parque automóvel desta categoria.

A ACAP defende assim um programa de incentivos que abranja 40 mil veículos, "permitindo acelerar a retirada de circulação dos automóveis mais antigos e poluentes e a sua substituição por modelos mais eficientes e seguros, com benefícios ao nível da redução de emissões, da segurança rodoviária e da eficiência energética".

Depois de analisado o documento, a ACAP lamenta que o setor continue sem resposta a alguns dos principais desafios, nomeadamente no que respeita à "fiscalidade, à renovação do parque automóvel e à descarbonização".

"A Associação tem vindo a defender a necessidade de uma reforma estrutural da fiscalidade de automóvel, que permita adequar o atual modelo de tributação à evolução tecnológica do setor e aos objetivos ambientais", remata a ACAP que conta com Helder Barata Pedro como secretário-geral.

ACAP lamenta que o setor continue sem resposta a alguns dos principais desafios, nomeadamente no que respeita à "fiscalidade, à renovação do parque automóvel e à descarbonização"

res, sendo também exigido o abate de um veículo a combustíveis fósseis com mais de 10 anos.

Olhando para outras medidas da proposta do OE para 2027, a ACAP defendeu a "atualização dos valores dos escalões de tributação autónoma aplicáveis às viaturas das empresas, de forma a acompanhar a inflação, bem como a redução progressiva das respetivas taxas até 2028, conforme previsto no Acordo de Rendimentos, assinado entre o Governo e os parceiros sociais".

Assim, a ACAP "lamenta que a proposta de Orçamento do Estado para 2027 não faça qualquer referência à concretização destas medidas, considerando que a ausência de uma redução das taxas de tributação autónoma representa um incumprimento dos compromissos assumidos".

Opinião

OE2027 e os impostos indiretos: o paradoxo da ausência de novidades



Amílcar Nunes
Indirect Tax Partner

Tal como já se antecipava, a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2027 (PLOE 2027), manteve a coerência daquilo que foi já a anterior proposta apresentada pelo Executivo para 2026: a estabilidade como factor de crescimento. Com efeito, a PLOE 2027 trouxe poucas novidades no domínio dos impostos indiretos. O Governo optou, assim, por uma abordagem de continuidade, privilegiando a estabilidade do sistema fiscal em detrimento de reformas de maior alcance a incluir no documento orçamental. A análise das medidas relativas ao IVA, aos Impostos Especiais de Consumo (IEC), ao Imposto Sobre Veículos (ISV) e ao Imposto Único de Circulação (IUC) revela que o OE 2027 não contém alterações estruturais relevantes. Este é, de facto, um orçamento de consolidação, marcado sobretudo pela manutenção de regimes já existentes e pela prorrogação de medidas temporárias. No domínio do IVA, destaca-se precisamente a ausência de mudanças significativas. Entre as poucas medidas previstas encontra-se a extensão, até ao final de 2027, da isenção de IVA aplicável a determinados bens destinados à produção agrícola, como fertilizantes, corretivos de solos e alimentos para animais, bem como a alimentos destinados a animais de companhia acolhidos por associações de proteção animal. Trata-se, contudo, da simples continuação de um regime já existente, sem qualquer alteração da sua configuração essencial. Também ao nível dos Impostos Especiais de Consumo observa-se uma forte continuidade face ao ano anterior. No caso do Imposto sobre o Alcool e Bebidas Alcoólicas (IABA), mantém-se o regime favorável apli-

cável às aguardentes e licores produzidos a partir do medronho em determinadas regiões do país, reconduzindo-se a redução de taxa de IABA já consagrada no OE 2026. No Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP), o Governo preserva igualmente a linha seguida nos últimos exercícios orçamentais. Mantém-se o processo gradual de eliminação de alguns benefícios fiscais considerados ambientalmente prejudiciais, sem agravamento das percentagens de tributação atualmente aplicáveis. São igualmente conservados os apoios associados ao gasóleo colorido e marcado utilizado por agricultores, pescadores e aquicultores. A estabilidade estende-se ainda aos impostos ligados ao setor automóvel. Não foram propostas alterações ao Código do IUC e permanece em vigor o adicional aplicável a determinadas viaturas a gasóleo. Paralelamente, o OE 2027 não prevê aumentos das taxas do ISV, mantendo-se assim o quadro fiscal existente para a aquisição e utilização de veículos. Esta opção pela ausência de grandes intervenções apresenta vantagens evidentes para as empresas. A previsibilidade fiscal permite reduzir custos de adaptação, facilita o planeamento financeiro e diminui os riscos associados à interpretação de novas regras. Para setores particularmente sensíveis à tributação indireta, como a energia, os transportes, a logística ou o retalho, a estabilidade assume-se como um fator tão relevante como uma redução efetiva da carga fiscal. Em suma, a principal novidade dos impostos indiretos no OE 2027 é, paradoxalmente, a falta de novidades. O Governo privilegiou a continuidade e a segurança jurídica, limitando-se a renovar regimes existentes e a efetuar ajustamentos pontuais. Para os contribuintes, empresas e operadores económicos, a mensagem é clara: 2027 deverá ser um ano de estabilidade fiscal e não de aumento da carga fiscal dos impostos indiretos.



OE2027 mantém contribuição sobre a banca e prevê receita de 210 milhões de euros, praticamente em linha com o ano anterior

Contribuições extraordinárias dão 765 milhões aos cofres do Estado em 2027

Receita ■ Os 765 milhões de euros com contribuições extraordinárias e outras, em 2027, traduzem um aumento de 39,9%% face a 2026.

Maria Teixeira Alves
mtalves@medianove.com

As contribuições extraordinárias e outras receitas agregadas que constam das rubricas da receita fiscal vão render 765 milhões de euros ao Estado em 2027, mais 218 milhões, ou 39,9%, do que os 547 milhões estimados para 2026, segundo o Relatório do Orçamento do Estado.

O valor resulta da soma de duas linhas de receitas: 434 milhões de euros nos impostos diretos – mais 171 milhões, ou 65,2%, do que a estimativa para 2026 – e 331 milhões nos impos-

tos indiretos, o que traduz um aumento de 16,3%.

Na Proposta de OE 2027, a rubrica “Outros” relativa aos impostos diretos agrega a receita da contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE), do adicional ao imposto municipal sobre imóveis (AIMI), da contribuição sobre o setor bancário (CSB) e das contribuições de solidariedade temporárias (CST). Isto tudo deverá gerar 434 milhões em 2027. Sendo que a nova contribuição petrolífera (incluída na CST) explica parte do salto de 65,2% em 2027.

A CESE é a única destas contribuições cujo valor é deta-

Receita das duas rubricas “Outros” do Orçamento do Estado soma 765 milhões de euros. Taxa sobre lucros extra das petrolíferas entra na conta.

lhado separadamente: deverá ascender a 44,8 milhões de euros em 2027, 14% abaixo dos 52 milhões relativos a 2026.

Nos impostos indiretos, a rubrica “Outros”, que inclui a contribuição extraordinária sobre a indústria farmacêutica (CEIF), a dos fornecedores de dispositivos médicos (CEFID) e a contribuição (que não é extraordinária) sobre o audiovisual (CAV), sobe de 284 milhões para 331 milhões de euros. Aqui, o valor que o Estado espera receber com a Contribuição Extraordinária sobre a Indústria Farmacêutica é o único detalhado: deverá subir quase 30% para os 27,1 milhões em 2027.

Petrolíferas são a novidade. As restantes não mudam

Segundo a análise da EY à proposta, a grande novidade em matéria de contribuições surge fora do articulado do OE: a criação de uma contribuição sobre o setor petrolífero.

Quanto às restantes, nada muda. A PL de OE 2027 prevê a manutenção, durante 2027, das contribuições extraordinárias sobre o setor bancário, a indústria farmacêutica, os fornecedores de dispositivos médicos do Serviço Nacional de Saúde e o setor energético (CESE). À semelhança do ano anterior, a proposta opta também por não atualizar os valores mensais da contribuição sobre o audiovisual.

Contribuição Extraordinária da banca paga cerca de 210 milhões

O Governo mantém, na proposta do OE2027, a contribuição sobre o setor bancário e estima arrecadar 209,8 milhões de euros no próximo ano, praticamente o mesmo valor previsto para 2026. A receita estimada fica 200 mil euros abaixo dos 210 milhões de euros inscritos na estimativa para este ano.

Criada em 2011 pelo Governo liderado por José Sócrates, a contribuição é uma receita tributária do Estado, mas a sua receita está consignada ao Fundo de Resolução. O próprio Fundo identifica-a como uma das suas principais fontes de financiamento.

Taxa de 33% para lucros extra das petrolíferas

Recorde-se que a 31 de julho o Conselho de Ministros aprovou uma proposta de autorização legislativa, a enviar ao Parlamento, que cria esta taxa. A Proposta de Lei n.º 106/XVII, do Governo, propõe a criação da Contribuição de Solidariedade Temporária sobre o Setor Petrolífero (CSTSP), aplicável às empresas que desenvolvam atividades nos setores do petróleo bruto e da refinação.

A contribuição incidirá sobre os lucros excedentários apurados no período de tributação iniciado em 2026, ou seja, a parcela do lucro tributável que exceda em mais de 20% a média dos lucros tributáveis de 2024 e 2025. A taxa aplicável será de 33%.

A CSTSP não será dedutível para efeitos de apuramento do lucro tributável em sede de IRC e a liquidação é feita pelos próprios sujeitos passivos, através de declaração à Autoridade Tributária e Aduaneira. A contribuição é apurada e paga até ao final de setembro de 2027.

Num contexto de instabilidade nos mercados energéticos e de subida extraordinária dos preços dos combustíveis fósseis, o Governo argumenta que as atividades de extração e refinação registaram lucros extraordinários que resultam exclusivamente de circunstâncias externas de mercado. A receita deverá financiar medidas para mitigar o impacto do aumento dos preços dos combustíveis junto das famílias e dos agentes económicos mais vulneráveis, e investimentos em eficiência energética e descarbonização.



José Feliciano Costa
Secretário-geral da FENPROF --
Federação Nacional dos Professores

■ A Educação tinha uma despesa consolidada de 7.543 milhões de euros, mais 5% face a 2025. Para 2027, a verba aumenta para 7.787,9 milhões, mais 244,9 milhões. Contudo, prevendo-se um crescimento nominal do PIB de 4,1%, para cerca de 334 mil milhões, a Educação representará apenas 2,33% do PIB. Ou seja, apesar do aumento nominal, o esforço orçamental relativo diminui. Se a riqueza nacional cresce mais depressa do que a dotação da Educação, o seu peso nas prioridades nacionais recua. Importa olhar para a composição da despesa: 6.624,2 milhões de euros, cerca de 85,1% do orçamento, destinam-se a pessoal. O aumento de 256,1 milhões visa, essencialmente, responder a compromissos já assumidos, como a recuperação do tempo de serviço. Com um crescimento nominal de 4% e uma inflação prevista de 2,3%, o aumento real será de apenas 1,7%. Onde está, então, o investimento na valorização da carreira docente e na melhoria das condições das escolas?



Pedro Barreiros
Secretário-geral da FNE -
Federação Nacional da Educação

■ O Orçamento do Estado é a expressão financeira das prioridades políticas do Governo. Para a FNE, o OE2027 tem de demonstrar, com medidas e recursos concretos, que a Educação é uma

verdadeira prioridade nacional. A FNE defende uma trajetória de investimento público que aproxime Portugal dos 6% do PIB e que se traduza em melhorias efetivas nas escolas. É indispensável cumprir o acordo de maio de 2024, garantindo a última parcela da recuperação do tempo de serviço em julho de 2027, corrigir ultrapassagens e valorizar a carreira docente, com salários mais justos, progressões sem bloqueios, menos burocracia e mais tempo para ensinar. É igualmente urgente valorizar os restantes trabalhadores da Educação, reforçar as equipas e responder à falta de professores, à inclusão e à indisciplina. O OE2027 deve ir além dos anúncios: exige compromissos, financiamento e resultados verificáveis. Investir na Educação é investir no futuro do país e valorizar quem faz a Escola Pública acontecer.



José Moreira
Presidente do SNESup - Sindicato
Nacional do Ensino Superior

■ No setor do Ensino Superior e da Ciência, o OE2027 fica marcado pelo fim do PRR. O investimento e as transferências de capital destinados ao ensino superior e à ciência diminuem mais de 50%, sobretudo devido ao fim do PRR. Se descontarmos o efeito deste programa europeu, as despesas de capital aumentam apenas 1%, muito abaixo da inflação. Em termos reais, isso significa uma redução do investimento num setor que necessita urgentemente de criar e recuperar infraestruturas para responder aos desafios societais. Em particular, na área da Ciência, e mesmo descontando o efeito do PRR, o investimento diminui 50 milhões de euros, o que representa uma quebra de 21%. Quanto ao emprego científico, o relatório do Orçamento do Estado não apresenta

informação específica. Relativamente às bolsas de investigação científica, é referido um montante de 67 milhões de euros, financiado em 40% pelo Fundo Social Europeu (FSE). No caso do financiamento das universidades, o reforço situa-se ao nível da inflação, em cerca de 3%. Não representa, por isso, um aumento real do financiamento. Num subsector dramaticamente subfinanciado, esta é uma má notícia.



Luís Menezes Leitão
Presidente da Associação
Lisbonense de Proprietários (ALP)

■ É essencialmente um orçamento de continuidade e de simples gestão das finanças públicas, não incluindo por isso medidas de fundo, que seriam absolutamente necessárias na grave crise habitacional que o país atravessa. A única medida que pode ter algum significado no sector habitacional é a que se encontra no artigo 6º, que permite a transferência de património edificado público para municípios, empresas locais, instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública administrativa que prossigam fins assistenciais, em ordem a permitir o arrendamento de habitações a preços acessíveis. É uma medida positiva, em ordem a mobilizar o enorme património público devoluto, mas não nos parece suficiente para colmatar a grave crise de habitação que atravessamos. Salientamos que o Governo continua a não adoptar uma medida que há muito se impunha, que é a revogação do adicional ao IMI, o denominado imposto Mortágua, que só incide sobre prédios de habitação e por isso dissuade os investidores particulares da investirem em imóveis habitacionais. A revogação desse imposto, que há muito é adiada, seria um contributo positivo para a resolução da crise habitacional.

Para além disso, são mantidas no Orçamento as contribuições sobre o sector bancário (art. 72º), a indústria farmacêutica (art. 73º), os fornecedores do SNS (art. 74º), o sector energético (art. 75º) e o adicional ao IUC (art. 76º). Não vemos razão para a persistência dessas contribuições, especialmente na altura de crise que atravessamos.



Pedro Ventura
Presidente da Associação dos
Inquilinos Lisbonenses (AIL)

■ Constitui uma continuidade da política económica e orçamental de anos anteriores, e por isso não resolve, antes pode agravar, os problemas que o Povo Português enfrenta com destaque para o aumento galopante do custo de vida. Na discussão do OE2027, o Governo tem de optar: ou se coloca ao lado das populações ou continua a alimentar os especuladores. Na habitação, estatísticas oficiais e estudos apontam taxas de esforço de 50%, 60%, 80% e até superiores a 100%, nos contratos posteriores e anteriores a 1990. Nestes, resultam dos baixos rendimentos dos inquilinos (sobretudo pensionistas, muitas vezes idosos e isolados) e das atualizações extraordinárias e anuais das rendas. Ainda assim, as medidas fiscais beneficiam claramente a propriedade, com isenções em IMI, AIMI, IMT, IRS, IRC e IVA, destacando-se a taxa liberatória de 10% para rendas "moderadas" até 2.300€ mensais, valor que se espera ver atualizado em 2027. Favorecem apenas os senhorios e não contribuem para a urgente descida das rendas. Para os inquilinos, prevê-se apenas um parco aumento do limite da dedução de 900€ para 1.000€, o que é discriminatório e inaceitável. Assim, propomos que, em sede de IRS, sejam dedutíveis todas as rendas habitacionais, acabando com a discriminação dos contratos anteriores a 1990. A dedução passe de 15% para, no mínimo, 20%. O limite da dedução suba para, no

mínimo, 1,5 vezes a RMN de 2027. E ainda que os inquilinos possam deduzir as obras de conservação feitas em substituição dos senhores, quando obrigatórias por vistoria ou autorizadas por estes. São medidas justas, que ajudam também a dinamizar o arrendamento, como o Governo e os partidos tanto defendem. Vamos esperar, agindo, para que estas propostas sejam consagradas em letra de lei.



Joaquim Barbosa
Presidente da Associação de
Energias Renováveis (APREN)

■ A APREN reconhece medidas positivas na proposta de OE2027, nomeadamente o desenvolvimento das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, o LicenciA e as iniciativas previstas para as redes elétricas e o armazenamento. Importa, contudo, garantir a sua rápida concretização. Persistem desafios estruturais que exigem respostas mais ambiciosas. A APREN defende um verdadeiro balcão único para o licenciamento, com prazos claros e previsíveis. É também essencial acelerar a modernização e expansão das redes elétricas e o desenvolvimento do armazenamento de energia. No plano fiscal, é fundamental eliminar a CESE e rever a carga fiscal e parafiscal do setor, que penaliza a competitividade e a atração de investimento. O setor já tem atualmente uma carga fiscal acima de outros setores estratégicos em Portugal, e acima dos restantes países europeus. Defendemos ainda uma distribuição mais equilibrada das receitas fiscais pelos municípios que acolhem projetos renováveis. Com cerca de 60 mil milhões de euros em intenções de investimento condicionadas, o OE2027 deve contribuir para desbloquear o potencial renovável do país, gerando crescimento económico, emprego e independência energética.

Lei do Arrendamento. “Medidas são insuficientes”

Nova Lei ■ Proprietários consideram que a proposta do Governo “é muito tímida”, mas um passo na direção certa. Inquilinos falam numa proposta “parcial” e que incentiva a “lei da selva”.

Rodolfo Alexandre Reis
rreis@medianove.com

A proposta de lei do Governo para alterar o novo regime de arrendamento urbano aprovada na sua generalidade no parlamento a 30 de setembro, depois de um acordo entre o Governo e o Chega para negociarem “melhorias” na especialidade está longe de corresponder às expectativas de proprietários e inquilinos.

“É uma proposta de lei intencionalmente destinada a subjugar e submeter os arrendatários aos interesses dos senhorios. É a manutenção e incentivo à “lei da selva” no arrendamento”, diz ao JE, Pedro Ventura, presidente da Associação de Inquilinos Lisbonense (AIL).

Numa altura em que as duas principais cidades do país saíram para a rua manifestando-se perante as dificuldades em encontrar uma casa para arrendar a preços acessíveis, o presidente da AIL, afirma que a proposta do Executivo é “insana, parcial, completamente desequilibrada e avassaladora” para os atuais e futuros inquilinos.

“O Governo comporta-se como um incendiário, prosseguindo a deregulação do arrendamento iniciada com a lei Cristas em 2012, desta vez indo mais longe, esmagando os direitos dos inquilinos e concedendo todos os direitos e garantias aos proprietários, colocando em causa o

direito à habitação e ao arrendamento. Chamamos a esta proposta uma “Lei Cristas Reforçada”, sublinha Pedro Ventura.

“Proposta muito tímida, mas um passo na direção certa”

Quem também não ficou entusiasmado com a proposta do Governo foram os senhorios. Luís Menezes Leitão, presidente da Associação Lisbonense de Proprietários (ALP), diz que a reforma apresentada no parlamento não procede “à revogação das medidas draconianas” contra os proprietários que, por razões “exclusivamente ideológicas”, foram efetuadas pelo PS de António Costa desde 2015.

“Essa revogação era necessária e urgente, uma vez que foi por causa dessas medidas que grande parte dos proprietários retirou as suas casas do mercado de arrendamento, levando a que Portugal tenha uma situação de crise na habitação muito superior à de qualquer outro país europeu”, afirma ao JE.

Por isso, reiteira que a proposta de lei fica muito aquém do que se exigiria a um Governo que quisesse fazer uma efetiva reforma do arrendamento, capaz de devolver a confiança aos proprietários.

“Não obstante a sua manifestada insuficiência, consideramos que é importante que essa proposta de lei seja aprovada, em lugar se manter a atual situação de desconfiança absoluta no mercado de arrendamento, que só



Nova Lei do Arrendamento Urbano vai ser discutida na especialidade

prejudica aqueles que precisam de casa para viver, especialmente os mais jovens”, salienta.

“Alterações positivas, mas insuficientes para estabilizar as rendas

Bruna Melo, partner, international tax and transaction ser-

“É uma proposta de lei intencionalmente destinada a subjugar e submeter os arrendatários aos interesses dos senhorios”, afirma Pedro Ventura, presidente da AIL

vices da EY, assume que “as alterações à lei do arrendamento são positivas, mas parecem insuficientes para aumentar de forma significativa a oferta de habitação e estabilizar as rendas”.

Por outro lado, reitera que o fim do travão às rendas pode melhorar a atratividade do mercado, mas não resolve um dos principais receios dos proprietários: o risco de incumprimento e a dificuldade em recuperar rapidamente o imóvel.

“A redução da tributação sobre rendas de valores moderados acessíveis e incentivos à colocação de imóveis no mercado podem contribuir para aumentar a oferta, mas serão insuficientes se persistir a incerteza jurídica. Sem confiança dos proprietários, o mercado continuará limitado e as rendas sob pressão”, conclui.

Estado vai inventariar todos os seus imóveis até 2030

■ O Governo incluiu na proposta do Orçamento do Estado para 2027 (OE2027), o objetivo de concluir até 2030 o inventário de todo o património imobiliário público.

“Numa terceira fase, a ocorrer entre 2027 e 2030, conta-se lançar novo procedimento tendo em vista inventariar os restantes imóveis públicos, culminando na inventariação de todos os imóveis do domínio público e do domínio privado do Estado, da administração indireta do Estado e do setor empresarial do Estado”, pode ler-se na proposta do OE2027.

Na última fase, será promovido o inventário contabilístico de todos os imóveis propriedade do Estado, permitindo consolidar a informação a prestar para efeitos da entidade contabilística do Estado.

Esta proposta aponta também a transferência “da propriedade ou a gestão de todos os imóveis rústicos integrados em domínio privado do Estado” e que estejam inscritos em nome do Estado na matriz para os respetivos municípios, “sem exigir qualquer contrapartida, para promoção da reutilização dos respetivos imóveis”, mitigação do risco de incêndios e gestão de proximidade e coesão, continuará a ser uma prioridade para o Governo.

“Importa ressaltar que o Estado português é proprietário de cerca de 43 mil imóveis rústicos e que, para além destes, encontram-se matricialmente inscritos a favor do Estado, ao abrigo do artigo 35º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, ou do Despacho nº 89/2017/XXI-A/SEAF, por não terem dono conhecido, mais 65 mil”, indica o documento. RAR

Escalões do IMT atualizados em 2,3%. Imóveis até 108.792 euros ficam isentos

A proposta do Orçamento do Estado para 2027 traz a habitual atualização do escalão do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). Os escalões vão subir cerca de 2,3%, o que em termos práticos significa que a mesma casa vai pagar um pouco menos de imposto. Na compra de habitação própria e permanente, a isenção passa a aplicar-se até 108.792 euros. A partir daí as taxas marginais sobem 2%, 5%, 7% e 8%, até 676.185 euros. Acima desse valor é aplicado uma taxa única de 6% e, acima de 1.177 323 euros, de 7,5%.



Estado como promotor do parque habitacional público a custos acessíveis

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) terá a autorização do Estado para pedir um empréstimo de 1.468 milhões de euros que vão ser destinados para a reabilitação do seu parque habitacional, bem como a promoção de habitação pública a custos acessíveis. As verbas provenientes da venda ou do arrendamento de imóveis públicos libertados pela reforma da administração central vão ser revertidos na sua totalidade para o Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.



Atualizado limite da venda de casas para taxa reduzida do IVA

O limite do valor de venda de imóveis habitacionais para efeitos de aplicação da taxa reduzida de IVA a empreitadas de construção ou reabilitação de imóveis destinados a venda para habitação própria e permanente do adquirente é atualizado em função da inflação, em 2,3%, para 676.185 euros.



Isenção de IMT alargada para jovens

Para os jovens até 35 anos a compra de casa vai ter uma isenção total de IMT até aos 338.141 euros. Após esse valor e até aos 676.185 euros é pago 8% sobre a parte que excede o limite da isenção. As mudanças no crédito à habitação, juros ou na garantia pública para os jovens ficam de fora.

Incentivo ao emparcelamento de prédios rústicos

A proposta do OE2027 prorroga, até 31 de dezembro de 2027, o incentivo ao emparcelamento de prédios rústicos previsto na Lei do Orçamento do Estado para 2026. Mantém-se a isenção de IMT e de Imposto do Selo aplicável às transmissões de prédios rústicos necessárias à realização de operações de emparcelamento de prédios contíguos ou confinantes, independentemente da respetiva afetação económica. Mantém-se igualmente a isenção de emolumentos aplicável aos atos, contratos e registos necessários à concretização destas operações. A aplicação das isenções depende da demonstração de que o requerente é proprietário dos prédios a emparcelar e de que os prédios são contíguos ou confinantes, devendo esta última condição ser certificada pelo município territorialmente competente.

Opinião

Tributação do património e habitação: o que muda e o que está por fazer?



Bruna Melo
Partner, International Tax and Transaction Services

Como esperado, a PLOE 2027 não surpreende o setor imobiliário. Atualiza os escalões de IMT em linha com a inflação, conserva incentivos e prolonga a garantia pública para financiamento da primeira casa de jovens até 35 anos, mas não responde, por si, à crise habitacional. O verdadeiro teste está fora do Orçamento: na Estratégia Construir Portugal, que concentra as medidas destinadas a aumentar a oferta de habitações e a dar previsibilidade ao investimento.

A estratégia aponta na direção certa ao estimular construção, reabilitação e arrendamento. Prevê IVA reduzido na construção, menor tributação em IRS e IRC para rendas moderadas e isenções para contratos de investimento com o Estado. O desenho é promissor, mas não basta anunciar benefícios: regras simples, interpretações claras e estáveis e processos céleres determinarão se os projetos saem do papel e chegam ao mercado.

Há no entanto limitações nesta estratégia. Excluir do regime de IVA reduzido a construção destinada à venda a investidores afasta investidores institucionais capazes de financiar, gerir e colocar no mercado grandes carteiras de habitação para arrendamento. Quando a oferta é escassa e os preços elevados, dispensar capital de longo prazo e escala profissional é um contrasenso e deve ser revertido.

Os regime dos Contratos de Investimento para Arrendamento podem lançar

o segmento de *build-to-rent*, ao ligarem compromissos de longo prazo a benefícios em IMT, Imposto do Selo, IMI, AIMI, IVA e IRC. A inovação, porém, só produzirá resultados se os organismos do Estado tiverem de recursos técnicos, humanos e decisórios para avaliar candidaturas, negociar condições e acompanhar obras sem atrasos. Sem essa capacidade, um instrumento útil arrisca tornar-se mais uma promessa travada pela máquina administrativa.

A interpretação das regras será igualmente decisiva. A experiência do IVA reduzido na reabilitação urbana mostrou o custo de conceitos vagos e leituras restritivas. A Autoridade Tributária deve publicar cedo interpretações claras, objetivas e estáveis, aplicadas de modo uniforme. Oscilações de entendimento alimentam litigância, atrasam decisões e corroem a confiança de investidores, proprietários, senhorios e arrendatários – precisamente o contrário do que a estratégia pretende alcançar.

Persistem, além disso, impostos que penalizam a oferta: derrama estadual, AIMI e taxas agravadas de IMI e IMT sobre investimento oriundo de jurisdições de baixa tributação. Estes encargos podem inviabilizar projetos e afastar capital produtivo. É positiva a revisão de critérios da lista portuguesa de paraísos fiscais para a aproximar da lista da União Europeia, mas a mudança deve ser rápida, transparente e coerente, permitindo reposicionar Portugal na competição pela captação de investimento que acrescente habitação.

O Governo tem uma estratégia mais ambiciosa do que a PLOE 2027 sugere. A crise exige instrumentos previsíveis para promover execução. Sem previsão não há confiança e sem confiança, não há casas.

Um novo ciclo orçamental que começa com o fim do PRR

Despesa ■ Ministérios vão gastar mais 2,1%, um aumento inferior ao da inflação e do crescimento da economia. Se retirássemos o PRR da equação, o crescimento seria de 8%. Incluindo a dívida, que está mais cara.

António Freitas de Sousa
afsousa@medianove.com

O Orçamento do Estado para 2027 (OE2027) marca o início de um novo ciclo. Mais corretamente, o fim do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) obriga ao começo de uma nova etapa. O impacto dos fundos europeus este ano tomam quase impossível uma comparação direta sobre as projeções para o próximo ano.

Descontando o PRR, a despesa efetiva do conjunto dos ministérios aumenta 8%, enquanto, incluindo-o, cresce apenas 2,1%, duas décimas abaixo da inflação e menos de metade da expansão de 4,6% da economia, em termos nominais.

O Ministério das Finanças é um dos que apresenta maiores diferenças entre a evolução da despesa total e da despesa efetiva consolidada. Enquanto a primeira aumenta 65,6%, para 50.735,1 milhões de euros, a segunda diminui 16,4%, para 8.951 milhões. A diferença resulta essencialmente das operações financeiras, nomeadamente empréstimos, participações e aplicações de fundos públicos.

A Gestão da Dívida Pública, contabilizada num programa autónomo, terá uma despesa efetiva de 8.511,6 milhões de euros, mais 20,1%

Paulo Rangel tem motivos para estar satisfeito. O ministério não querará com certeza passar por ‘sovina’ numa altura em que Portugal está no Conselho de Segurança das Nações Unidas

do que em 2026, refletindo sobretudo o aumento dos encargos com juros. Sinal dos tempos.

A Reforma do Estado é um dos exemplos mais expressivos da mudança de ciclo orçamental. A despesa efetiva consolidada cai 57%, para 107,6 milhões de euros. Por causa do PRR. Mas a redução esconde uma evolução diferente das dotações financiadas por outras fontes. Excluindo o PRR, a despesa efetiva mais do que duplica, passando de 47,7 milhões para 96,8 milhões de euros, um aumento de 103%. O investimento sem PRR aumenta 325,6%, para 23,7 milhões de euros, destinado sobretudo à Agência para a Reforma Tecnológica do Estado, responsável por projetos de transformação digital, simplificação administrativa, inteligência artificial e modernização dos serviços públicos.

Em termos de crescimento absoluto da despesa efetiva, é o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social que lidera o reforço de verbas. A dotação aumenta 7,9%, para 30.270,4 milhões de euros. O crescimento deve-se, sobretudo, ao aumento dos encargos com pensões e prestações sociais, incluindo o reforço do Complemento Solidário para Idosos e das dotações para o abono de família. As transferências correntes representam 91,5% da despesa efetiva, num total de 28.377,3 milhões de euros.

A Segurança Interna, uma das prioridades políticas do OE2027, regista um aumento de 9,3% da despesa efetiva consolidada, para 3.153,8 milhões de euros. Excluindo o PRR, o crescimento seria maior, de 13,1%. As despesas com pessoal aumentam 4,7%, para 2.420,7 milhões, refletindo a valorização das carreiras e das remunerações das forças de segurança.

O investimento aumenta apenas 0,5%, para 174,6 milhões de euros, embora praticamente duplique

quando se exclui o financiamento do PRR em 2026.

Apesar do compromisso de acelerar o cumprimento das metas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), a Defesa vê a despesa efetiva consolidada diminuir 1,8%, para 3.793,3 milhões de euros. Excluindo o PRR, aumenta 1,3%. A despesa total consolidada atinge 3.798,8 milhões, menos 1,7% do que na estimativa de execução de 2026. A evolução ocorre num contexto de reforço dos compromissos internacionais de Portugal, que pretende atingir uma despesa militar equivalente a 2,15% do produto interno bruto (PIB) em 2027.

A nova meta da NATO prevê um esforço global de 5% do PIB até 2035, incluindo 3,5% em despesas de defesa propriamente ditas e 1,5% em investimentos relacionados com segurança e resiliência.



Joaquim Miranda Sarmiento, ministro das Finanças, na apresentação do Orçamento

Saúde paga mais

A seguir ao Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a Saúde apresenta uma das maiores dotações de despesa efetiva, com 17.803,1 milhões de euros, uma redução de 1,4%, ou 259,3 milhões. A diminuição é explicada pelo fim do PRR.

Sem esse efeito, a despesa aumenta 3%.

O Governo prevê gastar cerca de 8.184 milhões de euros com pessoal, mais 5,2%, refletindo a valorização dos profissionais de saúde. Em contrapartida, a aquisição de bens e serviços diminui para cerca

Orçamentação por políticas públicas setoriais

Valores em milhões de euros

	Estimativa 2026	2027 Orçamento	Variação	PRR
Órgãos de soberania	7.452,3	7.657,3	2,8	0
Governança	773,9	794,6	2,7	0
Representação externa	487,5	512,2	5,1	0
Finanças	30.628,9	50.731,8	65,6	464,5
Gestão da dívida pública	174.195,6	176.500,9	1,3	0
Economia	3.636,5	3.149,5	-13,4	532,4
Coesão territorial	1.416,3	725,4	-48,8	38,7
Reforma do Estado	278,8	107,6	-61,4	10,8
Defesa	3.863,4	3.798,8	-1,7	0
Infraestruturas e Habitação	8.912,9	8.115,8	-8,9	49,8
Justiça	1.947,5	2.128,4	9,3	0
Segurança interna	2.894,8	3.164,0	9,3	0
Educação	7.673,5	7.787,9	1,5	0
Ensino superior, Ciência e Inovação	4.174,5	3.855,4	-7,6	32,7
Saúde	18.125,9	17.858,4	-1,5	0
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	29.172	31.023,9	6,3	0
Ambiente e Energia	2.340,4	2.265,2	-3,2	513,7
Cultura	659,9	541,7	-17,9	13
Juventude e Desporto	166,7	173	3,8	0
Agricultura e Mar	1.819,9	1.647,3	-9,5	22,3



o do Estado para 2027

de 8.436 milhões de euros. O investimento recua 33,7%, para 678,3 milhões.

Segue-se a Educação, cuja despesa efetiva consolidada aumenta 1,5%, para 7.787,9 milhões de euros. As despesas com pessoal absorvem 85,1% da dotação, num total de 6.624,2 milhões, mais 256,1 milhões do que em 2026. O reforço permitirá financiar a recuperação do tempo de serviço dos docentes e a progressão das carreiras. No Ensino Superior, Ciência e Inovação, a evolução é negativa: a despesa efetiva diminui 8,2%, para 3.779,3 milhões de euros. Contudo, quando se exclui o PRR, aumenta 9,2%.

Os Órgãos de Soberania apresentam um aumento de 2,8% da despesa efetiva, para 7.657,3 milhões de euros. A Justiça é outra das áreas com crescimento expressivo, registando um reforço de 9,3%, para 2.128,2 milhões. O aumento destina-se, nomeadamente, à valorização e ao reforço dos recursos humanos, à modernização tecnológica e à transformação digital dos serviços. O Governo pretende acelerar a desmaterialização dos processos e modernizar os sistemas informáticos das plataformas judiciais, reforçando também a utilização de ferramentas de inteligência artificial em tarefas administrativas e no tra-

tamento de informação. O objetivo é reduzir os tempos de resposta e a pendência processual. Estão ainda previstos investimentos nos meios alternativos de resolução de litígios, incluindo o desenvolvimento de mecanismos especializados, como a Câmara de Resolução de Litígios de Contratação Pública.

As Infraestruturas e Habitação apresentam uma redução de 1,3% da despesa efetiva consolidada, para 5.989,1 milhões de euros. Se considerarmos a despesa total, incluindo operações financeiras, a redução aproxima-se dos 9%. Também aqui o efeito do PRR é determinante: excluindo esse financiamento, a despesa efetiva aumenta 20,8%. O Governo prevê investimentos na promoção e reabilitação da habitação pública, procurando assegurar a continuidade dos projetos depois do encerramento do programa europeu.

O Ambiente e Energia apresenta uma redução de 2,4% da despesa efetiva, para 2.235,2 milhões de euros. Na despesa total consolidada, a quebra é de 3,2%. Mais uma vez, a evolução é condicionada pelo fim do PRR: sem esse efeito, a despesa efetiva aumenta 17,3%. O programa Energia absorve 842 milhões de euros, enquanto o Governo mantém as prioridades da transição ener-

gética, da descarbonização e do reforço da segurança do abastecimento.

A Economia parece ser o parente pobre do OE2027: tem uma dotação de 1.344 milhões de euros, que contrastam com os 2.312 milhões de euros estimados para 2026. A Coesão Territorial, 'encaixada' no mesmo ministério, é ainda mais penalizada: os 426,8 milhões para o próximo ano comparam com os 1.194 milhões estimados para este ano. A medida central para as empresas é a descida da taxa geral de IRC de 19% para 18%, com o objetivo de atrair investimento estrangeiro e aumentar a liquidez das empresas portuguesas. O segmento do Turismo, Comércio e Serviços conta com uma dotação específica de 38,7 milhões de euros destinada à promoção externa de Portugal e à digitalização do comércio de proximidade. No que diz especificamente respeito à Coesão Territorial, o Governo justifica a quebra com o facto de o orçamento anterior ter sido fortemente inflacionado por verbas extraordinárias de apoio às calamidades.

A Cultura, área que tradicionalmente resiste pouco a tempos adversos (costuma até perder a categoria de ministério, passado a secretaria geral), é também das que sofrem uma acentuada erosão entre o OE2027 e a estimativa para 2026: são menos quase 18%. Está previsto um envelope de 45,5 milhões de euros para o investimento, nomeadamente em programas de recuperação de monumentos, museus e edifícios classificados. Em 2027, Évora será Capital Europeia da Cultura, projeto que contará também com financiamento europeu.

O ministro Paulo Rangel tem alguns motivos para estar satisfeito: a dotação do OE2027 para a representação externa passa dos 487,5 milhões de euros estimados este ano para 512,2 milhões de euros em 2027. O Ministério dos Negócios Estrangeiros não querará com certeza passar por 'sovina' numa altura em que Portugal avulta como membro não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas – o que exigirá com certeza um forte reforço da capacidade diplomática.

A Juventude e desporto também não se sai mal: entre os dois indicadores há um aumento de 3,8%. O orçamento assegura o arranque do financiamento do Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo (PNDD) a longo prazo (que prevê injetar 130 milhões de euros ao longo de 12 anos, abrangendo três ciclos olímpicos).

Aumento de 6% na despesa não chega para as necessidades

Agricultura ■ Investimento sem PRR cai 44,6% em 2027, apesar do aumento de 6,5% da despesa total. Associações pedem apoios para reduzir custos e execução das medidas

Teresa Cotrim

tcotrim@medianove.com

O Orçamento do Estado para 2027 não responde às expectativas da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas (Confagri) para o setor agroalimentar, que continua sem ver medidas concretas para reduzir os custos de produção, reforçar o investimento agrícola e aproximar as condições dos agricultores portugueses das dos congéneres europeus, nomeadamente dos espanhóis.

A despesa total consolidada do Ministério da Agricultura e Mar vai aumentar 6,5% em 2027, para 1.625 milhões de euros, sem o efeito do PRR. Apesar do crescimento, o investimento recua

44,6%, para 120,8 milhões de euros, enquanto as transferências de capital caem 31,8%. Com o PRR, a despesa total consolidada diminui 9,5%, para 1.647,3 milhões de euros.

Nuno Serra, secretário-geral da Confagri, considera que o aumento de 6% da despesa não demonstra que exista financiamento suficiente para responder às necessidades do setor. "O orçamento que está inscrito no Ministério da Agricultura não tem tradução nenhuma daquilo que são as pretensões da Confagri", afirma.

Um dos principais problemas é a diferença de custos face a Espanha, nomeadamente nos combustíveis. Nuno Serra recorda que os agricultores portugueses receberam apoios de 10 centimos por litro de gasóleo agrícola, enquanto em França o apoio chegou aos 30 centimos. A proposta orçamental não apresenta, na sua leitura, sinais de uma resposta para atenuar estas diferenças. Uma posição partilhada por Luís Mira, Secretário Geral da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP).

A Confagri alerta ainda para a falta de verbas adicionais para investimento, numa altura em que o quadro comunitário está esgotado. Segundo Nuno Serra, excluindo as verbas do PTRR, o investimento previsto diminui, deixando o setor numa situação "cada vez mais débil", sublinhando que o setor agroalimentar representa 3.700 milhões de euros em volume de negócios.

Para Mira a execução do orçamento é mais importante do que a verba prevista, apontando as tempestades de 2026 como um dos exemplos de necessidade de maior agilidade na resposta do Governo perante situações de emergência. "O que falhou em 2026." Questionado sobre a redução da verba, o responsável alerta para as dificuldades de comparação entre orçamentos, uma vez que as rubricas podem mudar de ano para ano e os valores podem ser influenciados por despesas extraordinárias.



Nuno Serra

Secretário-Geral da Confagri



Luís Mira

Secretário-Geral da CAP

Aumentos de 2,3% na função pública fazem crescer massa salarial em 948 milhões

Remunerações ■ O Governo propõe um aumento do salário mínimo no Estado para os 995,51 euros e 15 cêntimos no subsídio de refeição. A despesa com a massa salarial aumenta, mas sindicatos querem mais.

Filipe Gil

fgil@medianove.com

A atualização das remunerações dos trabalhadores da Administração Pública é uma das medidas contempladas na proposta de Orçamento de Estado (OE) entregue pelo Governo de Luís Montenegro no passado dia 8 de outubro na Assembleia da República. Entre as várias medidas que afetam os trabalhadores da função pública, incluem-se efeitos das progressões, promoções e acordos de valorização das carreiras. O acordo plurianual prevê, para 2027, um aumento de 60,52 euros ou de 2,3%, garantindo o maior dos dois valores. A Base Remuneratória da Administração Pública (BRAP), vulgo salário mínimo no Estado, será, assim, fixada em 995,51 euros, contra os 934,99 atualmente em vigor. Além disso, o subsídio de refeição diário previsto terá um aumento de 15 cêntimos, subindo assim para os 6,30 euros. Estas condições decorrem de um acordo anterior, cuja execução tem reflexo no OE. Ainda assim, o aumento líquido dependerá da remuneração de cada trabalhador e dos descontos aplicáveis. Na proposta do Governo está estimado que o universo de 768,4 mil trabalhadores nas Administrações Públicas, correspondendo a uma dotação total para despesas com pessoal de 35.983 milhões de euros - foram de 34.171 milhões de euros em 2026. Só com as medidas já aprovadas na despesa da Administração Pública, o impacto orçamental é de 1,231 milhões de euros. Inclui os aumentos previstos no acordo de rendimentos, progressões e promoções, aumento da retribuição mínima mensal garan-



Salário mínimo sobe, mas sindicatos pedem mais ambição

tida e os acordos salariais. A Federação de Sindicatos da Administração Pública (Fesap) pretende que o Executivo vá além do que está previsto, defendendo medidas que evitem a perda de poder de compra e respondam às dificuldades sentidas pelos trabalhadores, nomeadamente no aumento de 15 cêntimos no subsídio de refeição e no aumento dos salários para 1.050 euros

em 2027. Já esta semana, depois da reunião com o Governo, a Fesap mostrou-se preocupada com o adiamento para novembro das respostas do Executivo. Também a Frente Comum acusou o Governo de desvalorizar o processo negocial sobre a atualização dos salários, referindo que o que foi apresentado foi "um absoluto zero" em matéria pecuniária.

Massa salarial cresce

■ A proposta do Orçamento de Estado para 2027 prevê o aumento da massa salarial num impacto orçamental direto de 948 milhões de euros. Desse montante fazem parte a atualização regular de 2,3% nas remunerações dos

trabalhadores, a execução contínua dos 54 acordos de valorização salarial celebrados com cerca de 350 mil colaboradores de 39 carreiras públicas. E a subida do salário mínimo para 970 euros.



A proposta de Orçamento transfere 14,3% para a Administração Local

Transferidos mais 342 milhões de euros para autarquias

Municípios ■ Proposta para 2027 prevê 5.727 milhões de euros para a Administração Local no âmbito da Lei das Finanças Locais e do Fundo para o Financiamento da Descentralização.

Ruben Pires

rpirez@medianove.com

São mais 342 milhões de euros transferidos para a Administração Local, prevê a proposta de Orçamento do Estado para 2027. No âmbito da Lei das Finanças Locais são 4.232 milhões de euros, mais 302 milhões de euros face aos 3.930 milhões de euros de 2026. E no Fundo para o Financiamento da Descentralização são 1.495 milhões de euros, mais de 40 milhões de euros, face aos 1.455 milhões de euros de 2026.

"As transferências do Orçamento do Estado para a Administração Local (14,3% do agregado), em cumprimento da lei das finanças locais, respeitantes principalmente à repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais, ao financiamento das entidades intermunicipais e à inscrição de verbas destinadas a assegurar as obrigações decorrentes dos contratos e protocolos celebrados entre o Estado e as autarquias locais", diz a proposta. "Inclui ainda as

dotações para financiamento das competências transferidas para as autarquias locais, realizadas pelo Fundo de Financiamento da Descentralização, principalmente no domínio da educação", acrescenta.

Estima-se ainda que a Administração Local, em 2026, tenha um excedente orçamental de 1.355 milhões de euros, "correspondente a uma redução de 26,5 milhões de euros face ao saldo orçamental" apurado em 2025. Isto resulta de receitas de 18.520 milhões de euros face a despesas de 17.165 milhões de euros. E para 2027 está previsto um excedente orçamental de 1.024 milhões de euros, "inferior em 331 milhões de euros ao estimado" para 2026. É o resultado de receitas de 16.433 milhões de euros da Administração Local, em 2027, contra despesas de 15.408 milhões de euros.

"Esta evolução resulta do efeito conjugado da redução da receita e da despesa, sendo a diminuição da receita mais expressiva do que a da despesa, e encontra-se sobretudo assente no fim do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que se traduziu numa quebra acentuada da receita de transferências, designadamente das provenientes da União Europeia, bem como da despesa de investimento, e, em menor grau, nas aquisições de bens e serviços", justifica.



BLOOMBERG

Redução das verbas para a saúde tem impacto no investimento e no funcionamento dos serviços

Saúde sofre primeiro corte orçamental desde a troika. Perde 268 milhões

SNS ■ O bastonário da Ordem dos Médicos, Carlos Cortes, alerta ainda que a redução de 350 milhões de euros em bens e serviços pode comprometer o acesso a consultas, cirurgias e a resposta aos doentes.

Teresa Cotrim
tcotrim@medianove.com

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) terá menos 268 milhões de euros em 2027, numa altura em que o Governo promete aumentar consultas e cirurgias. Para Carlos Cortes, bastonário da Ordem dos Médicos, as contas não acompanham a ambição e podem acabar por ter impacto direto nos doentes.

Sem o PRR, a saúde terá 18 mil milhões de euros, menos 1,5% do que em 2026. É o primeiro corte no orçamento da saúde para o ano seguinte desde 2011, durante a troika. "Há aqui a expressão de uma ambição para haver mais consultas, e mais cirurgias, que esbarra com a realidade do Orçamento do Estado", defende.

A redução do investimento preocupa o bastonário. Obras em hospitais, construção de centros de saúde, modernização de blocos operatórios e compra de

equipamentos de diagnóstico podem ficar comprometidas. "Isto tem um impacto no doente", alerta, defendendo que o Governo deveria esclarecer quais os projetos que avançam e quais os que terão de esperar.

Também a rubrica de bens e serviços deverá cair cerca de 4,5%, ou seja, cerca de 350 milhões de euros, segundo os valores analisados pelo responsável. A verba inclui materiais e consumíveis necessários ao funcionamento diário das unidades. "Se não é possível comprar material, consumíveis,... quem sofrerá novamente é o doente." O bastonário admite margem para combater desperdícios, como exames duplicados, mas questiona também os resultados do combate à fraude, depois de o Governo ter anunciado uma poupança de 300 milhões.

O Governo já tinha previsto no orçamento anterior cortar 10% nesta despesa, cerca de 900 milhões de euros, mas a meta não foi cumprida. Para Carlos

Cortes, primeiro é preciso tornar o SNS mais eficiente e só depois reduzir a despesa. "Fazer ao contrário não resulta", diz.

Apesar do corte, o Executivo mantém o recurso aos privados através das parcerias público-privadas (PPP). A fatura prevista para 2027 é de 254 milhões de euros, mais 34 milhões do que no ano anterior.

A pressão sobre o SNS deverá, entretanto, aumentar. Cerca de 24% da população portuguesa tem mais de 65 anos e a inovação médica permite diagnosticar e tratar mais doenças, mas também aumenta os custos. "A vida das pessoas não pode estar dependente de um PRR", afirma.

Cortes critica ainda a falta de investimento na prevenção e na literacia em saúde e alerta para o "charlatanismo digital". Para o bastonário, o Governo terá de explicar como pretende melhorar o acesso aos cuidados de saúde com menos investimento e menos dinheiro para o funcionamento do SNS.

Descongelamento das propinas é medida bandeira

Educação ■ Governo tenta pelo segundo ano descongelar as propinas. Estudantes vão à luta. Para a Educação, Ensino Superior e Ciência há 11,6 mil milhões.

Almerinda Romeira
aromeira@medianove.com

O Governo quer descongelar o valor das propinas a partir do ano letivo 2027/2028. No ano passado esteve quase, quase, tendo a medida sido chumbada pela oposição já na discussão do Orçamento na especialidade.

Congeladas desde 2020/2021, as propinas é a medida política mais relevante da proposta do OE para 2027 na área da Educação, Ensino Superior e Ciência. Os estudantes, de Norte a Sul, rejeitam o descongelamento e hoje, 21, protestam junto à sede do Governo em Lisboa. Entre os reitores, Luís Ferreira, da Universidade de Lisboa, diz ao Jornal Económico que "a propina não é o fator limitador para aceder ao Ensino Superior", lembrando o montante: 697 euros, a pagar em 11 mensalidades.

O OE2027 prevê que nas licenciaturas e nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) o valor máximo das propinas seja igual ao teto fixado em 2026/2027 (697 euros), acrescido da taxa de variação média do Índice de Preços no Consumidor (IPC), sem habitação, registada em 2026. O mesmo se aplica aos mestrados "indispensáveis ao exercício de uma atividade profissional ou aos casos em que a exigência do grau de mestre esteja definida nos estatutos de ordens profissionais". Isto inclui os mestrados integrados e os profissionaisizantes. Já nos restantes mestrados e doutoramentos, os aumentos devem ter em conta "o custo real da formação".

O Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), liderado por Fernando Alexandre terá

11.643,3 milhões de euros, o quarto maior bolo orçamental. Um bolo que se divide em duas vertentes: Educação, que recebe 7.787,9 milhões de euros, mais 1,5% do que no ano passado, e Ensino Superior e Ciência, que fica com 3.855,4 milhões, menos 7,6% em relação ao que o Governo estima executar este ano, incluindo as verbas relativas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A queda dá-se no investimento, que passa de 157,4 milhões de euros previstos na estimativa até final de 2026 para 27,3 milhões previstos no OE2027. "A redução significativa da dotação" explica-se "sobretudo pela conclusão da programação financiada pelo PRR, que determinou uma diminuição expressiva na orçamentação do investimento", diz a proposta.

A maior parcela do orçamento destina-se ao Ensino Superior: 2.604 milhões de euros. Para a Ciência e Inovação vão os outros 1.205 milhões, dos quais uma fatia de 610 milhões para a gestão do sistema científico nacional e outra de 584 milhões para a investigação e inovação.

No Ensino Superior e Ciência, as despesas com o pessoal equivalem a 56%, com destaque para os orçamentos das universidades e politécnicos. A tutela endossa 125 milhões de euros à Ação Social e alojamento, aplicando a nova bolsa de incentivo de 1.074,26 euros acumulável para os bolseiros do escalão mais vulnerável.

Também na Educação, a maior parte do dinheiro é adjudicado às despesas com pessoal: 6.624,2 milhões de euros no total, mais 256,1 milhões, face ao estimado para 2026, o que acomoda a última tranche dos encargos com o descongelamento do tempo de serviço dos professores. Os salários representam 85,1% do total do orçamento da Educação.

Tal como no ano passado, há um aumento da despesa com o pré-escolar e o ensino particular e cooperativo, mas menos significativo.

Investimento em baixo, mesmo com compromissos

Defesa ■ Mesmo com a ajuda dos fundos europeus, o investimento militar vai cair. No que está estritamente identificado, porque se mantém a promessa de a despesa superar os 2% do PIB.

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

O investimento militar, incluindo as verbas do instrumento europeu Ação para a Segurança da Europa (SAFE, no acrónimo em inglês), vai diminuir 30,1% no próximo ano, para 1.674 milhões de euros. É o que consta na proposta de Orçamento do Estado para 2027 (OE2027) face à estimativa de execução para 2026. São menos 721 milhões, numa altura em que Portugal assumiu compromissos de reforço da capacidade militar junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, no acrónimo inglês) e da União Europeia (UE).

A redução acompanha a quebra de 31% do total do investimento público. A formação bruta de capital fixo (FBCF) das administrações públicas deverá passar de 14.035 milhões de euros, na estimativa de execução de 2026, para 9.687 milhões no próximo ano. São menos 4.348 milhões, muito por causa do fim do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A despesa total consolidada do Ministério da Defesa também diminui 1,7%, para 3.798,8 milhões de euros. O que contrasta com a despesa global das administrações públicas, que aumenta 2,8%.

Retirando o efeito do PRR, contudo, a despesa consolidada da Defesa aumenta 1,4%. Pouco, menos do que a inflação prevista de 2,3%. O crescimento resulta sobretudo da despesa corren-

te, enquanto o investimento diminui, em qualquer dos casos.

O investimento diretamente inscrito no programa orçamental da Defesa cai 28,4%, para 855,9 milhões.

A estes montantes acrescem as dotações para investimentos militares ao abrigo do SAFE, contabilizadas no Capítulo 60 do Ministério das Finanças. A estimativa para 2026 ascende a 1,2 mil milhões de euros, enquanto a proposta para 2027 prevê 818,1 milhões. Corresponde a uma quebra de 31,8%. Somando as duas componentes, as dotações identificadas para investimento militar diminuem de 2.395 milhões de euros em 2026 para 1.674 milhões em 2027.

Sem o efeito do PRR, a quebra mantém-se. O investimento do programa Defesa diminui 20,9%, e, acrescentando-se as dotações SAFE, o total identificado passa de 2.282,1 milhões para 1.674 milhões, caindo 26,6%.

A diminuição é particularmente acentuada na Lei de Programação Militar (LPM), cuja dotação despenca 44,2%, para 524,3 milhões em 2027.

A despesa consolidada do Ministério da Defesa diminui 1,7%, o que contrasta com a despesa global das administrações públicas, que aumenta 2,8%



ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

Nuno Melo garante que a modernização incluirá a indústria nacional

Defesa alargada para fora

O relatório do OE2027 promete uma despesa militar equivalente a cerca de 2,15% do produto interno bruto (PIB), em resposta aos compromissos internacionais assumidos. Cumpe-se na diferença de conceitos. A despesa considerada para a NATO é mais alargada, inclui pessoal, funcionamento, manutenção e outras despesas.

O Governo destaca que o OE2027 contempla mais de 800 milhões de euros financiados através do SAFE, destinados à modernização de equipamentos e infraestruturas das Forças Armadas, à vigilância marítima, à ciberdefesa e à proteção de infraestruturas estratégicas.

O mecanismo europeu prevê empréstimos destinados ao reforço das capacidades militares e da indústria de defesa. Portugal tem um financiamento superior a 5,8 mil milhões de euros atribuído, que dependerá dos

projetos, contratos e respetivos calendários de execução.

Pretende-se que este bolo seja um motor da economia, esgotado o PRR e com o PT2030 em fase de arranque. Nuno Melo, ministro da Defesa Nacional, garante que o reequipamento das Forças Armadas terá “sempre como pressuposto o envolvimento das indústrias nacionais de defesa”.

O relatório da proposta de OE destaca ainda investimentos relativos à Defesa Nacional, incluindo a LPM num montante global plurianual de 2.638 milhões de euros. Entre os principais projetos previstos estão a aquisição dos aviões KC-390 e A-29N Super Tucano, a construção de navios de patrulha oceânica, a sustentação logística dos submarinos, a modernização das fragatas da classe Vasco da Gama e a aquisição de helicópteros de apoio, proteção e evacuação.

Orçamento da Justiça aumenta 9%, mais 181 milhões

■ Ultrapassa os 2,1 mil milhões de euros o orçamento da Justiça para o próximo ano. É um acréscimo de 9,3% sobre os 1.947,5 milhões de euros previstos para o ano corrente, que inclui o montante libertado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O OE2027 determina que uma parte significativa da despesa da Justiça, mais precisamente 63,7%, é feita com pessoal da administração central: 1.355,6 milhões de euros, acima da estimativa de 1320,7 para 2026 (1 318,1 sem PRR).

Do total de 2128,2 milhões de euros de despesa efetiva consolidada para 2027, 422,9 milhões de euros respeitam à aquisição de bens e serviços. As dotações discriminadas no documento atribuem 209,6 milhões de euros para o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ), 67 milhões de euros para a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e 49,8 milhões para a Direção-Geral da Administração da Justiça.

Nas quase 500 páginas do OE2027, o Executivo de Luís Montenegro justifica as opções tomadas no setor da justiça tendo em vista “assegurar a sua celeridade e eficácia, centrada na celeridade processual, na digitalização e numa cultura de eficiência nos tribunais”, através, sobretudo, da modernização de Infraestruturas no âmbito da Justiça.

A transformação digital dos serviços é, reitera, “uma prioridade central da ação governativa, dado o seu papel catalisador de maior eficiência e celeridade no processo penal, bem como a execução da reforma do contencioso administrativo”.

No capítulo da segurança interna, a dotação de despesa consolidada cresce em torno de 13% para 3.164 milhões de euros em 2027, com as despesas com o pessoal a representarem 76,5% da despesa total. A dotação correspondente à compra de bens e serviços são 206,3 milhões de euros. Inês Amado

Capitalização de empresas públicas duplica no próximo ano

Setor Empresarial do Estado ■ Maior esforço de capitalização e mais dívida acumulada. Menos empresas na órbita do Estado e menos subsídios e indemnizações compensatórias.

Ruben Pires

rpipes@medianove.com

O Governo prevê mais do que duplicar as dotações de capital destinadas às empresas públicas não financeiras em 2027, aumentando-as de 1.750 milhões de euros, na estimativa de execução deste ano, para 4.000 milhões. Um crescimento de 128,6%.

O reforço insere-se num aumento generalizado dos instrumentos de financiamento público, apesar da intenção declarada de reduzir a presença do Estado em empresas consideradas não estratégicas.

No conjunto, as verbas para ações e outras participações financeiras aumentam 79,4%, para 7.444,9 milhões de euros. Simultaneamente, os empréstimos de médio e longo prazo crescem 15,4%, para 7.689,8 milhões de euros. Estes instrumentos não se destinam exclusivamente às empresas públicas, mas abrangem também outras operações financeiras do Estado.

Entre as entidades expressamente identificadas destaca-se a Infraestruturas de Portugal, com uma dotação de 2.554,4 milhões de euros para operações de capital, um aumento de 13%. A empresa, responsável pelas infraestruturas rodoviárias e ferroviárias nacionais, concentra parte importante dos investimentos públicos em curso e previstos, designadamente na modernização da rede ferroviária e na construção de novas ligações.

Carteira reduzida

A carteira de participações públicas também está a mudar. A Entidade do Tesouro e Finanças (ETF) acompanhava diretamente 92 participações sociais no final de maio de 2026, menos 11 do que em dezembro de 2025. Isto resulta exclusivamente da carteira acessória, que foi reduzida a metade, a 11 participações, num período



Paulo Carmona, presidente da IP tem uma dotação de 2.554 milhões

em que foram registadas sete entradas e 18 saídas.

A carteira principal manteve-se inalterada, com 81 empresas participadas, mas o valor do capital social ou estatutário detido pelo Estado aumentou 445,3 milhões de euros, para 53.850,4 milhões. Resultou sobretudo de operações de capitalização de entidades públicas, designadamente nos setores das infraestruturas de transporte e da gestão da água.

A carteira acessória, por sua vez, apresenta um valor residual de 1,3 milhões de euros, contra 1,7 milhões no final de 2025.

O perímetro acompanhado pela ETF inclui ainda 16 entidades em liquidação e nove fundos públicos, dos quais dois fundos de capital de risco.

No setor financeiro, o Banco Português de Fomento (BPF) deverá receber um reforço de capital de 450 milhões de euros em 2027, o triplo deste ano. Integra um plano de capitalização de 1.500 milhões de euros, com execução faseada até 2030. O objetivo é permitir ao banco mobilizar até 30 mil milhões de euros em financiamento de médio e longo prazo. Estão previstas novas entradas de capital de 450 milhões em 2028 e 2029.

Entre janeiro de 2025 e maio de 2026, o financiamento e investimento mobilizados pelo BPF superaram 10.800 milhões de euros.

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) continua a representar a principal participação bancária do Estado, mas apresentou um lucro consolidado de 1.900 milhões de euros em 2025, mais 10% do que no exercício anterior, permitindo distribuir um dividendo de 1.300 milhões de euros ao acionista Estado. No primeiro trimestre de 2026, o lucro subiu 1%, para 397 milhões de euros.

Empréstimos em alta

Em 31 de maio de 2026, o stock de empréstimos concedidos pelo Estado ao setor empresarial público ascendia a 9.912,6 milhões de euros, um aumento de cerca de 112,6 milhões, ou 1,1%, face ao final de 2025. A Parvalorem concentrava praticamente metade deste montante, com 4.946,8 milhões de euros, seguindo-se a Infraestruturas de Portugal, com 2.215,6 milhões, e o Metropolitano de Lisboa, com 2.167,4 milhões.

Além das operações financeiras, o OE2027 contempla subsídios e indemnizações compensatórias para assegurar obrigações de serviço público. As dotações específicas para subsídios ao setor empresarial do Estado diminuem 12,6%, para 19,2 milhões de euros, enquanto a transferência identificada para a CP aumenta de sete milhões para 13,2 milhões. Nos transportes aéreos estão previstos 40,3 milhões de euros e nos ferroviários 10,3 milhões.

Mais encargos, mas com promessa de redução

PPP ■ O setor rodoviário reduz, mas continua a ser a maior fatia. Ferrovia cresce muito. Saúde também aumenta, mas menos. Nos anos seguintes, os encargos descem.

Ruben Pires

rpipes@medianove.com

Os encargos líquidos do Estado com parcerias público-privadas (PPP) deverão aumentar 6,8% em 2027, atingindo 1.438 milhões de euros, mais 92 milhões do que os 1.346 milhões estimados para 2026, segundo a proposta de Orçamento do Estado para 2027 (OE2027).

Os encargos com PPP estão concentrados em três setores: rodoviário, ferroviário e saúde. O aumento global resulta sobretudo do agravamento dos encargos ferroviários, que mais do que compensa a redução prevista no setor rodoviário.

A maior parte dos encargos continuará a concentrar-se no setor rodoviário, para o qual está estimado um custo líquido de 889 milhões de euros em 2027, que representa uma redução de 5,6%. Quer dizer que 61,8% dos encargos líquidos totais com as parcerias público-privadas se concentram aqui.

Para o setor ferroviário, regista-se uma subida de 64,2%, para 312 milhões de euros. O aumento está relacionado,

nomeadamente, com a reprogramação dos pagamentos associados à concessão do primeiro troço da linha ferroviária de alta velocidade entre Porto e Lisboa, cujos desembolsos inicialmente previstos para 2025 foram transferidos para os anos seguintes.

Na saúde estão previstos encargos de 254 milhões de euros, representando um aumento de 10%. A evolução reflete, entre outros fatores, maiores encargos associados à gestão clínica do Hospital de Cascais e a reprogramação de pagamentos relativos a infraestruturas hospitalares.

Para o setor aeroportuário e para o Oceanário estão previstas receitas, em vez de encargos, de 13 milhões e três milhões de euros, respetivamente. No primeiro caso, representam uma diminuição de um milhão de euros, ou 7,1%. No Oceanário, as receitas mantêm-se inalteradas.

As previsões apontam para uma redução dos encargos com PPP depois de 2027. Em 2028, o Estado deverá suportar 1.169 milhões de euros, menos 18,7% do que no próximo ano. Desse total, 705 milhões estão associados ao setor rodoviário, 228 milhões ao ferroviário e 266 milhões à saúde.

Em 2029, os encargos líquidos deverão voltar a diminuir 20,9%, para 925 milhões de euros. Estão previstos 648 milhões de euros para o setor rodoviário, 41 milhões para o ferroviário e 265 milhões para a saúde.



O setor rodoviário absorve mais de 60% dos encargos com as PPP

PROGRAMA

2027 ORÇAMENTO DO ESTADO

21 CCB | 08H30
outubro



- 08h15** **Receção e acreditação**
- 09h00** **Boas-vindas**
José Carlos Lourenço, CEO da Media Nove
- 9h05** **Abertura: O OE2027**
Joaquim Miranda Sarmento, Ministro de Estado e das Finanças
- 9h30** **Intervenção: Ler o OE2027**
Pedro Fugas, Country Tax & Law Leader da EY
- 10h00** **O que querem os agentes económicos?**
Gustavo Paulo Duarte, Presidente da CCP*
Armindo Monteiro, Presidente da CIP
Ricardo Gomes, Presidente da AICCOPN
- 10h30** **Coffee break**
- 11h00** **Painel: O que está e o que não está**
Anabela Silva, Tax Partner | People Advisory Services EY
Amílcar Nunes, Tax Partner | Indirect Tax EY
Bruna Melo, Tax Partner | International Tax and Transaction Services EY
Jaime Rocha, Tax Partner | International Tax and Transaction Services EY
- 11h30** **Decisão política: O que falta ao OE e o que vem a seguir?**
Paulo Nuncio, Presidente do grupo parlamentar do CDS
António Mendonça Mendes, Vice-presidente do grupo parlamentar do PS
Rui Afonso, Deputado do Chega
- 12h15** **Entrevista: Olhar para o futuro**
Nadim Habib, Professor da Nova SBE

SAIBA MAIS
AQUI



ORGANIZAÇÃO
CONJUNTA



O Jornal
Económico



Powered by
**MEDIA
NOVE**